

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 11 a 17 de março de 1960 N° 54
Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr. Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Minas e Goiás Consagraram Lott

Reportagem na 3ª página do 1º caderno



Estudantes e operários a JK:

-DEMITA FALCÃO!

COM o apoio dos trabalhadores e de toda a opinião pública, revolvida diante das selvagens violências policiais ordenadas pelo ministro Armando Falcão, os estudantes brasileiros estão em greve-geral, dispostos a voltar às escolas somente depois de demitido o ministro espancador. Notícias de São Paulo e Belo Horizonte informam que nesses Estados os estudantes e operários vêm realizando assembleias e comícios nos quais é exigida do governo a demissão imediata de Armando Falcão. Em outros Estados, a campanha pelo afastamento do ministro assaltante da UNE começa a adquirir envergadura. Na 6ª página desta edição damos detalhada reportagem em torno da selvageria policial ordenada pelo fascista Armando Falcão.

BRASÍLIA, ANO I Brasileiro mostra que sabe construir

BRASÍLIA? Essa a pergunta constante que nos fazem em suas cartas e pessoalmente muitos dos nossos leitores. É uma velha dívida deste jornal, reconhecemos. E agora começamos a saldá-la, através de uma série de reportagens, a primeira das quais vai publicada na 8ª página desta edição. Para isto, NOVOS RUMOS enviou especialmente a Brasília o nosso companheiro Josué Almeida a fim de escrever sobre a nova capital. Durante uma semana o jornalista lá permaneceu, viu, ouviu, perguntou, investigou. Seu depoimento fala do bom e do mau, da grandiosidade das obras e da situação dos trabalhadores, de cujas mãos Brasília está saindo.



FALCÃO MANDOU: POLÍCIA ESPANCA PRESIDENTE DA UNE

ESTA foto testemunha um crime contra a democracia que não se verificou nem mesmo nos tempos do Estado Novo: depois de assaltar a sede da União Nacional dos Estudantes, a polícia espanca covarde e selvagemmente o presidente da UNE, acadêmico João Manoel Conrado. Segundo se sabe, o próprio ministro espancador Armando Falcão determinou que o presidente da UNE fosse uma das vítimas da selvageria policial. Três estudantes, dentre os muitos que foram presos e seviciados, continuam desaparecidos: Carlos Augusto Collau, Alberto Nicolau e Reston Filho. E outras prisões continuam a ser feitas. Os estudantes em péso exigem a imediata demissão de Armando Falcão.

Pilôto yanque atacou Cuba 3 vezes antes de morrer

AVIÕES norte-americanos, pilotados por mercenários norte-americanos, partem de aeroportos situados na Flórida para bombardear cidades, empresas e plantações em Cuba, causando enormes prejuízos e mortes. Diante dos protestos enérgicos do governo de Fidel-Castro, o Departamento de Estado dos Estados Unidos dizia que as acusações eram «infundadas», chegando mesmo a sugerir que os bombardeamentos, como o de Havana, no ano passado, eram «inventados». Agora, um avião pirata explode e cai em território cubano e toda a história é revelada. Leia na 7ª página reportagem com as provas fornecidas pelo governo cubano.

FERROVIÁRIOS DA LESTE: GREVE VITORIOSA

DURANTE DEZ DIAS, dez mil ferroviários da Leste Brasileiro (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí) mantiveram-se em greve contra a tremenda exploração a que são submetidos pela direção da ferrovia e da Rede Ferroviária Federal. Cerca de 70 por cento desses trabalhadores recebem salários que não chegam a 5 mil cruzeiros, com o que têm de sustentar suas famílias, em geral numerosas, numa região onde a carestia de vida assume proporções alarmantes. A greve dos ferroviários da VFFLB terminou com um acordo em que são atendidas certas reivindicações imediatas dos ferroviários. (Reportagem na pag. 2)

ESTA EDIÇÃO comemorativa do 1º aniversário de NOVOS RUMOS circula, ao preço normal de cinco cruzeiros, com dois cadernos e um suplemento especial, que não podem ser vendidos separadamente.

VITÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS

Comendo cinco bois festejaram a posse da terra

Reportagem na 1ª página do 2º caderno

Aniversário

Orlando Bomfim Jr.

NOVOS RUMOS completou um ano. É pouco, sem dúvida, na vida de um jornal. Mas, se estamos circulando durante curto espaço de tempo, também é certo que, refletindo o pensamento político da vanguarda da classe operária, surgimos como continuadores de uma tradição definida e longa na imprensa brasileira. Antes de nós, «A Classe Operária» e «Voz Operária» haviam a seu turno cumprido, às vezes reconhecidamente com falhas e deficiências, mas sempre com destemor e dignidade, a missão de intérpretes dos comunistas brasileiros. Nasceram, assim, já de posse de um legado ao mesmo tempo rico e oneroso. Continha, por um lado, um acervo ponderável de experiências, úteis para a escolha dos caminhos a seguir. Por outro lado, representava um patrimônio de dedicação, muitas vezes submetida a duras provas e que nos cumpria manter viva, à luta pela vitória de uma nobre causa. Procuramos seguir os caminhos que a experiência nos indicava e não desmerecer o passado.

Situando-se nas posições do proletariado, que é a classe mais revolucionária da sociedade e tem a tarefa histórica de conduzi-la ao socialismo, NOVOS RUMOS empenhou-se por se integrar na frente unitária das forças que, ante os problemas enfrentados no presente pelo nosso povo, se orientam no sentido de romper a dependência em que nos encontramos ao capital monopolista estrangeiro e os entraves determinados por uma estrutura agrária atrasada. Tivemos sempre em vista a necessidade da unificação das correntes interessadas no esforço comum capaz de levar à vitória a luta pela emancipação nacional de nosso povo, a democracia e o progresso. Por isso mesmo, temos procurado, face à batalha política que se trava pela presidência da República, contribuir para

o agrupamento das forças nacionalistas e democráticas em torno da candidatura do marechal Teixeira Lott, ao mesmo tempo que denunciávamos o caráter reacionário e entreguista da candidatura Jânio Quadros.

Nossas páginas permaneceram abertas à defesa dos interesses específicos dos trabalhadores, às campanhas pelas suas reivindicações imediatas, na justa resistência que oferecemos às tentativas de transformá-los em burros de carga do desenvolvimento nacional. E também cuidamos de dar guarida aos movimentos reivindicatórios das demais camadas do povo, sem dúvida cada vez mais decidido a encontrar solução para os problemas que o afligem.

Desde o primeiro dia nos colocamos, quanto às questões do mundo, ao lado das forças da paz, dos países socialistas, daqueles que já se desprenderam das cadeias do colonialismo e dos que, como o Brasil, lutam para desvencilhar-se da opressão e exploração imperialista.

Temos consciência de que incorremos em erros e apresentamos muitas lacunas. O que realizamos foi muito aquém de nossas intenções e do nosso dever. Procuramos, agora, como consequência também da consulta feita aos leitores, dar um passo à frente para suprir falhas. Esta edição, já assinalada por algumas modificações no formato, na parte gráfica, no conteúdo do jornal, deverá ser o início de nova fase. E é com otimismo que entramos no segundo ano de vida. Porque nosso trabalho é realizado não apenas com a decisão de ir corrigindo nossas próprias deficiências, mas também com a certeza de que nada no mundo será capaz de impedir a vitória da causa que defendemos.



Convocando a Conferência

Os líderes sindicais cariocas reuniram-se na última sexta-feira no Sindicato dos Têxteis, e resolveram convocar para os dias 7, 8, 9 e 10 de abril próximo a III Conferência Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, com o objetivo de apreciar, entre outros assuntos, o problema a ser criado com a mudança da Capital para Brasília.

Na mesma reunião, considerando a necessidade do reforço da unidade dos trabalhadores em torno de um programa geral de reivindicações, foi endereçado um apelo a CNTI, solicitando dessa entidade a promoção de um encontro com as demais confederações, federações e sindicatos nacionais, para convocar o Congresso Sindical

Nacional. Na foto, um aspecto da reunião, vendo-se os líderes Odílio Borges, presidente da Federação na indústria do Vestuário; Roberto Moreno, procurador do Sindicato dos Marceneiros; Erico Figueiredo, delegado regional do IAPI e líder gráfico; e Euripedes Aves de Castro, presidente da Federação dos Metalúrgicos do DF.

Parou a Leste Brasileiro

DEZ MIL FERROVIÁRIOS DEZ DIAS DE GREVE

SALVADOR (do correspondente) — Pela primeira vez desde 1933, os ferroviários da Leste Brasileiro realizaram uma greve-geral, da qual acabam de sair vitoriosos. O movimento se estendeu pelos Estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí, paralisando totalmente, de 19 a 28 de fevereiro, as oficinas, estações e linha férrea da VFFLB. Dez mil ferroviários foram à greve.

seguição aos grevistas. O acordo foi assinado em Salvador pelos membros da comissão de greve, diretor da Leste e vários deputados federais e estaduais.

Conferência preparatória

A greve foi precedida de demorada preparação, que culminou com a conferência realizada em Alagoas nos dias 6 e 7 de fevereiro, no salão da Câmara Municipal. Participaram da conferência delegados dos ferroviários de todas as concentrações importantes, além de deputados federais, estaduais, vereadores e o prefeito do município. Nesta conferência ficou decidida a deflagração da greve. Antes dela várias assembleias haviam sido realizadas, sobretudo nas concentrações da Bahia e de Sergipe.

Só 6 dias depois da conferência, quando se convenceu de que os ferroviários estavam mesmo decididos a paralisar o trabalho, o diretor da Leste, sr. Alberto Rosas, viajou para o Rio a fim de manter entendimentos com a direção da Rede Ferroviária Federal e o Ministro da Viação.

Nas assembleias e palestras realizadas nas várias estações e oficinas foram os ferroviários se preparando para a greve, unindo-se em torno de suas organizações (a União dos Ferroviários do Brasil e a Associação de Ferroviários da Leste Brasileiro), marchando, assim para o grande movimento que paralisou por completo a ferrovia.

Desde o seu primeiro dia, os grevistas contaram com a solidariedade não só dos trabalhadores de outras categorias, como da população em geral. Organizaram comissões de coleta de recursos, realizaram comícios e passeatas, promoveram visitas ao comércio — e em toda parte encontraram solidariedade e estímulo. A Assembleia Legislativa da Bahia, a Câmara Municipal de Salvador e a Convenção do PSD da Bahia, que se realizava durante os dias de greve, aprovaram moções de solidariedade aos grevistas.

O movimento de apoio popular foi tão amplo e a greve teve tal repercussão que o próprio diretor da Leste viu-se obrigado a reconhecer a justiça do movimento realizado pelos ferroviários. Os grevistas contaram com a ajuda ativa de vários deputados estaduais, sobretudo os srs. Murilo Cavalcanti e Heremito Dourado, e os deputados federais Waldir Pires, Fernando Santana e Clemens Sampaio, que participaram de entendimentos junto à VFFLB e as autoridades federais.

Ameaça de greve-geral

O ponto mais alto do movimento de solidariedade foi, porém, a decisão tomada pelos diversos sindicatos baianos, reunidos na sede da Federação dos Trabalhadores da Indústria, no dia 26, de ser decretada a greve-geral se, dentro de 7 dias, não fossem atendidas as reivindicações dos ferroviários. Esta resolução foi adotada diante de uma grande massa de grevistas que, após uma passeata, haviam-se dirigido à sede da Federação.

A ameaça de greve-geral, que repercutiu intensamente em toda a imprensa baiana, contribuiu para que os entendimentos se acelerassem e, já no dia 28, fosse concluído o acordo.

Organização

A greve apresentou um excelente nível de organização. A comissão de greve, em que se destacaram os ferroviários Diógenes Alves, Vilor Santos e Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias, esteve todo o tempo ligada à massa de grevistas, realizando palestras e ouvindo a opinião dos trabalhadores. Os piquetes funcionaram permanentemente, não permitindo a ação de provocadores. Não houve um só fura-greve. O movimento dos ferroviários da Leste Brasileiro constituiu uma importante vitória não só dos trabalhadores da VFFLB, mas de todo o movimento sindical nos Estados por onde se estendeu a ferrovia, particularmente Bahia e Sergipe.

Montes Claros (MG) tem Conselho Sindical

Luta Contra a Carestia Unifica Trabalhadores!

MONTES CLAROS — Minas Gerais (Do Correspondente) — Mais de 600 trabalhadores participaram da concentração intersindical realizada no dia 7 de fevereiro, no Cine Olinda, nesta cidade, onde foi criado o Conselho Sindical Permanente do Norte-Minas, que passará a atuar na base de um programa geral de reivindicações, entre as quais se inclui a luta pela construção do Mercado do Produtor, de modo a que todos os lavradores e pequenos silitantes possam vender seus produtos com isenção de tributos, a preços mais baixos.

Apoio das Autoridades

A assembleia intersindical, que reuniu todos os representantes das entidades dos trabalhadores de Montes Claros, contou com a participação do

prefeito municipal, sr. Simeão Ribeiro Pires; dos vereadores Artur Fagundes, líder do PR; Robson Crusoe, do PRP; e Rui Braga, também do PR, e adjunto de promotor. O Prefeito de Montes Claros hipotecou sua solidariedade as resoluções da assembleia, salientando o seu empenho na defesa das liberdades democráticas, e no combate à carestia da vida.

A Comissão Executiva do Conselho Sindical, entidade que representa um significativo passo para a unidade dos trabalhadores de Montes Claros, está constituída dos líderes Dionísio Brito Vilas Boas, Porfírio Francisco de Souza e Matias Gomes Barbosa, da construção civil; Raimundo Lirio Brant, bancário; Alcides de Almeida Rocha, do Sindicato de Tração Animal; Hermelindo José de Carvalho, barbeiro; Edson Gomes Brasileiro, indústria de alimentação; Jerô-

nimo Pimenta Filho, cortumes; José Manoir, mecânico e Romildo Mendes, da União Operária.

Reivindicações

A Concentração Sindical de Montes Claros foi convocada para debater as resoluções da II Conferência Sindical Nacional, realizada em novembro de 1959, no Distrito Federal, e para discutir os problemas locais dos trabalhadores. No ato foi aprovado o programa de reivindicações, muitas das quais de interesse de toda a população. Dentre as resoluções, destacam-se as

seguintes: a) luta pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e pela regulamentação do direito de greve; b) apoio ao projeto de construção do matadouro municipal; c) criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Montes Claros; d) Construção, pelos institutos de previdência, de um restaurante e de casas populares destinados aos trabalhadores segurados; e) criação de um educandário destinado aos cursos superior e médio; extensão da rede de Três Marias à Montes Claros, a fim de possibilitar a sua industrialização; e) asfaltamento da estrada Montes Claros-Belo Horizonte.

Nota Sindical

Congresso Sindical

Dirigentes sindicais cariocas, reuniram-se no Sindicato dos Têxteis e decidiram pôr um fim às manobras protelatórias que vêm sendo adotadas para retardar a convocação do Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores. O Congresso, segundo resoluções da II Conferência, deveria ter sido convocado até a segunda quinzena de dezembro do ano findo. Passaram-se três meses e o conclave não foi convocado. A CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito), dirigida por Huberto Messes, tentou promover duas reuniões para tratar do assunto, mas a CNTI, CNTT e CNTC não compareceram, fato que causou estranheza aos representantes das Federações e dos Sindicatos Nacionais que estiveram presentes.

Analisando essa situação, os líderes reunidos na semana passada fizeram um apelo direto à CNTI, para que essa entidade tome a iniciativa de convidar as outras confederações, federações e sindicatos de âmbito nacional, até o dia 12 do corrente, a fim de tratarem da convocação do Congresso Sindical Nacional. O conclave, segundo a opinião dos cariocas, deve-se realizar de 6 a 10 de julho próximo.

Ao mesmo tempo que reclamaram a promoção do Congresso, os dirigentes sindicais decidiram realizar a III Conferência Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, de 7 a 10 de abril vindouro, com o objetivo de examinar a situação a ser criada com a mudança da Capital, dar um balanço nas decisões adotadas na II Conferência e preparar as teses para o Congresso Sindical Nacional. Em outros Estados, entre os quais o de São Paulo, os trabalhadores mobilizaram-se também para a realização dos seus congressos e conferências.

A promoção desses encontros, no momento atual, é de grande importância. Estamos num ano marcadamente eleitoral, quando se agitam nas praças públicas, nas salas de reuniões, nas portas das fábricas e nos bairros residenciais, os vários problemas do país e, em particular os da classe operária. Os demagogos e aventureiros servem-se desse período para confundir e dividir, apresentando como salvadores, oferecendo solução para todas as dificuldades que afligem o país, os trabalhadores e as suas famílias.

Daí a necessidade de se fazer cada vez mais claro o pensamento das massas laboriosas em face das suas próprias reivindicações, e de definir a sua posição frente aos problemas nacionais e às forças políticas que se apresentam ao pleito sucessório.

O Congresso Sindical Nacional permitirá o caldeamento da opinião dos trabalhadores, que se vêm reunindo em escala regional, e reforçará a sua unidade sindical. Além disso, reafirmando a sua posição nacionalista, dará um novo impulso ao agrupamento de forças que lutam em nosso país pela realização de um governo democrático e progressista, capaz de promover as reformas de base insistentemente reclamadas pelos trabalhadores.



Mesa da Unidade

Os trabalhadores de Montes Claros organizaram o seu Conselho Sindical em memorável reunião, da qual participaram os dirigentes sindicais daquele município mineiro.

Os "Barnabés" Voltarão As Escadarias do Senado

O funcionalismo público e autárquico de todo o país entra agora na fase decisiva da luta pela conquista do Plano de Classificação. Duas concentrações de "barnabés" estão programadas para as escadarias do Senado, a primeira, no dia 15, a segunda, no dia 18. O objetivo dessas duas manifestações do funcionalismo é o de solicitar a votação do regime de urgência para o Plano de Classificação e

a aprovação do substitutivo Jarbas Maranhão. As entidades que congregam funcionários de diversas categorias continuam, por outro lado, orientando os seus associados no sentido de que os mesmos enviem cartas e telegramas aos parlamentares dos seus Estados, solicitando-lhes o apoio ao substitutivo Jarbas Maranhão e ao pedido de urgência para votação do Plano.

Sindicato Dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos, Trolley-bus e Cabos Aéreos do Rio de Janeiro

SEDE: RUA MAIA LACERDA, 170 — (Edifício Próprio) Telefones: 32-2650 e 52-5971 — Distrito Federal

Carta Aberta ao Público e às Autoridades

O poder Executivo Municipal, está estudando a organização de uma Companhia Mista de Transportes Coletivos, com o fim de receber da Cia. Light o serviço de bondes, em que pese o término do contrato só ocorrerá daqui a 10 anos.

Ocorre, entretanto, que a Cia. Light And Power, contratou com o Governo Federal, em 1907, os serviços públicos de eletricidade, gás, telefone e bondes, comprometendo-se a fornecer tais serviços de acordo com as necessidades do Município e por prazo determinado.

Com o correr dos anos a Cia. Light constatou que os serviços mais lucrativos eram os de energia elétrica, gás e telefone, e, conseqüentemente, menos lucrativo o de bondes, devido ao crescimento da Cidade, maior trânsito e criação de outros meios de transportes, motivo pelo qual deixou de interessar-se por este setor do grupo, pois entregando-os à Prefeitura a Light vai vender força elétrica por preços proibitivos.

Resultado daí, a supressão de várias linhas, ou seja, as de n.ºs. 26, 39, 41, 48, 49, 52, 55, 59 e 65, bem como, a retirada de rebocques, bondes bugigamos e 2ª classe, cujo material está apodrecendo com reais prejuízos para o público.

Com o objetivo de forçar uma situação que lhe fosse favorável, passou a Cia. a aumentar sua folha de pagamento, contratando Superintendentes e seus auxiliares, independentemente da criação de vários tipos de chefes, o que veio elevar suas despesas extraordinárias de quantia superior a Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) anuais. Acrescentem-se a esses gastos inúmeros, a locação de um prédio de 12 andares por Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) anuais.

Agora a Light procura entregar seus serviços de bondes à Prefeitura ou qualquer Companhia Mista, mediante vultosa indenização, na qual está incluída também a Companhia Jardim Botânico, que por força do contrato, reverterá no corrente ano à Prefeitura sem qualquer ônus. Necessário se torna denunciar que, prevendo o término do contrato, o Grupo Light, há muitos anos, não muda os trilhos naquele setor, estando o material rodante imprétable, motivo dos constantes desastres, inclusive com mortes.

Nas oficinas a ordem é de pintar os carros a fim de que eles voltem ao tráfego de qualquer maneira. Tal atitude mais criminoso se afigura quando se constata a existência de motores, contrôles, enfim, todo material necessário à manutenção dos carros, em completo abandono, sujeito ao tempo nas oficinas. Apenas as máquinas de maior valor têm merecido melhor cuidado, a fim de serem vendidas, como vem acontecendo.

Assim a Companhia Mista, de que a Prefeitura será a maior acionista, receberá do Grupo Light um monte de ferro velho, em troca de apreciável importância a título de indenização.

E' para tudo isto que o Sindicato do Carris, chama a atenção do poder Legislativo e Executivo dessa Cidade a fim de que não seja beneficiada essa Cia. estrangeira em prejuízo da Prefeitura.

Queremos apenas, que a Light cumpra o contrato que assinou, nada mais. Caso tenha que ser encampado o serviço de bondes, que o seja, também, o de energia elétrica, gás e telefone, visto não se justificar que somente o setor que a Light conscientemente vem prejudicando, fosse para o poder público, enquanto ficam em poder deste grupo estrangeiro os demais serviços.

Na hipótese de criação da falida Companhia Mista de Transportes Coletivos, que ela compreenda inicialmente, apenas, a Cia. Jardim Botânico, que neste ano, passará para a Prefeitura sem ônus, ficando a incorporação das demais sujeita ao término dos respectivos contratos.

Necessário se torna denunciar, também, o projeto em trânsito na Câmara Municipal, resultante da mensagem n.º 6, na parte relativa aos direitos dos atuais empregados, visto o mesmo ser nocivo aos seus interesses... Deve sofrer as alterações que o Sindicato de Classe vem pleiteando, a fim de que os trabalhadores não sejam prejudicados.

Encerrando, queremos salientar do Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, bem como do Dr. Sá Freire Alvim, que os mesmos determinem que o Departamento de Concessões da Prefeitura se limite a fiscalizar o serviço de bondes e não estudar em seus Gabinetes a criação de uma Companhia prejudicial ao interesse público. Rio de Janeiro, 4 de março de 1960. Antônio J. C. de Vasconcellos — Presidente.

Panorama

A onda de violências desencadeada pelo ministro Armando Falcão — atingindo os estudantes e sua entidade nacional com uma selvagem que não se verificou nem mesmo no período do Estado Novo — não corre apenas por conta do seu conhecido reacionarismo, pelo seu zelo em evitar distúrbios e Lighti nem pelo seu empenho em demoralizar os jovens no instante em que se levantam em defesa da escola pública.

O fato tem um sentido muito mais grave. Como já não é segredo para ninguém, Falcão desde há muito tempo pastou a ser no situacionismo um dos mais ativos e perniciosos agentes da «guerra fria» contra a candidatura Lott. Todas as manobras tentadas contra Lott, antes e depois da Convenção do PSD, contaram com a sua participação imediata e dirigente. Por baixo dos sorrisos diplomáticos e da aparência de articulador da maioria, mal se oculta a traição consciente e metódica à candidatura do ex-ministro da Guerra. Na verdade, o ministro da Justiça serve não à candidatura Lott, mas a forças que, dentro do próprio situacionismo, não perderam ainda a esperança de surgir um novo «querrel». São essas forças, e comente elas, que amparam Armando Falcão.

O ataque policial aos estudantes e, fundamentalmente, um golpe contra a candidatura nacionalista. E o acintoso aparato policial que se estende por todo o centro da cidade é uma provocação e uma ameaça de novas violências que pretendem exatamente Falcão e demais heróis da «guerra fria» anti-Lott? Até onde imaginam levar a sua provocação, quando os setores lottistas, tanto civis como militares, lhes negam qualquer apoio?

Sobretudo depois das declarações com que Jânio procurou capitalizar em seu proveito a furiosa investida contra os estudantes, Falcão se revela abertamente como o melhor aliado do candidato do Clube da Lanterna, ao qual o próprio Falcão tem o seu nome indissolúvelmente ligado.

O afastamento de Armando Falcão não é uma exigência apenas dos estudantes e dos trabalhadores, mas de todos os que desejam seriamente a consolidação e a vitória da candidatura Lott.

X X X

A candidatura de Jânio Quadros dá cada vez mais a impressão de um labirinto. Cada passo que dá o candidato, num desesperado esforço para solucionar determinadas dificuldades, dá lugar a outras dificuldades, ainda maiores. E' o que acontece com a anunciada viagem a Cuba. Seu objetivo é claro: confundir a opinião pública e encobrir o seu caráter entreguista e reacionário. Mas as consequências são desastrosas: o objetivo visado não é atingido e, além disto, sofre Jânio um sério abalo em sua base política e eleitoral. As contradições no seio do bando janista são hoje mais graves do que nunca. E a tendência é de que elas se tornem sempre mais agudas, levando inclusive a importantes defecções — particularmente entre os udenistas de orientação nacional —, que podem ocorrer a qualquer momento.



Almir Mattos



Depois das entusiásticas manifestações populares de apoio à sua candidatura, verificadas na cidade de Antônio Carlos e outras localidades mineiras, o Marechal Lott foi calorosamente recebido pelo povo de Goiânia, quando ali esteve para assistir à Convenção Estadual do Partido Social Democrático (foto).

A marcha para o Oeste

Minas e Goiás Consagram Lott

O êxito da caravana eleitoral do marechal Teixeira Lott a Minas e Goiás e, por outro lado, o fracasso completo das visitas e comícios programados para Jânio Quadros nesta capital revelam com nitidez as duas linhas de desenvolvimento da campanha sucessória. Enquanto a candidatura Lott vê aumentar, dia a dia, a sua popularidade, dando lugar a sucessivas manifestações de entusiástico apoio, não há manobra que consiga impedir o declínio da candidatura Jânio, inclusive no Rio (o principal reduto do lanternismo) e em S. Paulo (a mais forte base eleitoral do candidato).

Lott em Minas

O candidato nacionalista escolheu a cidade de Antônio Carlos, em Minas — município onde nas-

ceu — para dar início formalmente à sua campanha eleitoral. Milhares de pessoas, do pequeno município e das cidades vizinhas, reuniram-se em Antônio Carlos para saudar Lott e reafirmar ao candidato das forças patrióticas o seu apoio a 3 de outubro. Antes de chegar ao antigo Sítio, o marechal Lott e sua comitiva haviam recebido outras calorosas manifestações populares. A primeira delas foi na cidade fluminense de Três Rios. Nota de relevo na passagem de Lott por este município foi o encontro que se estabeleceu entre o PSD e o Partido Trabalhista, que até então viviam em aberta hostilidade. Falando em Três Rios aos ferroviários o ex-ministro da Guerra reafirmou a sua posição favorável ao Plano de Reclasseificação do funcionalismo e à melhoria de salários dos trabalhadores.

Em Matias Barbosa, onde a comitiva estacionou em seguida, Lott foi recebido pela Câmara de Vereadores, sendo saudado por representantes de vários partidos.

A comitiva esteve em seguida em Juiz de Fora, onde o candidato nacionalista recebeu, nas ruas da cidade, entusiástica demonstração de solidariedade. Num churrasco que aí se realizou, com a participação de cerca de 500 pessoas, Lott foi saudado por vários oradores. O deputado Almino Afonso, que inte-

grava a caravana lottista, acentuou em seu discurso que a candidatura Lott nascera do povo, refletindo o desenvolvimento da luta pela consolidação da legalidade democrática e pela conquista de nossa liberdade econômica.

Novas manifestações populares foram prestadas à caravana de Lott em Barbacena, onde se achavam o governador Bias Fortes e o candidato ao governo de Minas, Tancredo Neves.

Entreguistas são criminosos

Nos discursos que pronunciou e nas declarações que fez à imprensa nas cidades mineiras, o marechal Lott teve oportunidade de acentuar o caráter nacionalista de sua candidatura, inclusive desmascarando os que, a serviço dos trustes estrangeiros, acusam o nacionalismo de xenofobia e veem o «comunismo» em toda parte. «Eles são mentirosos e até criminosos — declarou o marechal Lott — porque o que desejam é que o capital estrangeiro seja senhor em nossa pátria e continue com a mesma maneira fácil de enriquecer. Querem um Brasil escravo, sem recompensa justa para o nosso trabalho».

Em Goiás

A fim de assistir à Convenção do PSD que indicou a candidatura do deputado Mauro Borges Teixeira ao governo do Estado, o mare-

O Circo Janista

A «troupe» janista esteve no Espírito Santo. Eis alguns episódios da «tournée».

Em Colatina, apertado pelo comando janista para «apresentar» um orador operário no comício realizado naquela cidade, o diretório local da UDN enviou o sr Nilton Soares de Oliveira à «Serra-raria Floresta São Silvano» a fim de pedir ao gerente da firma um trabalhador para o «meeting».

Informados do que pretendia o dirigente udenista, os operários nem sequer aceitaram discutir o assunto. Receberam o delegado da UDN debaixo de vaías, dizendo-lhe em altos brados:

— Nada de Jânio. O nosso candidato é Lott!

O trem para Colatina achava-se parado numa estação quando Jânio, olhando impacientemente para o relógio, expulsiu:

— Se este trem demorar mais cinco minutos voltarei para Vitória!

Um dos membros da caravana arriscou a pergunta:

— E Colatina? Como vai ficar Colatina?

Jânio não se continha:

— Não tenho nada com Colatina. E não estou disposto a continuar nesta falta de conforto.

Ouvir então o comentário:

— O homem quer mesmo é sombra e água fresca.

Arquivado processo contra Prestes

O último inquérito instaurado na Divisão de Polícia Política, em março de 1958, contra Luiz Carlos Prestes e outros dirigentes e jornalistas comunistas, acaba de ser definitivamente arquivado pelo juiz da 9ª Vara Criminal, em face do parecer da Procuradoria Geral.

Além de Prestes, eram visados neste processo os srs. Mário Alves, Pedro Mota Lima, Maurício Grabois, João Amazonas, Carlos Marighella e Diógenes Arruda Câmara.

Comitê dos trabalhadores da Light-Rio

Os trabalhadores do grupo Light-Rio instalaram na última terça-feira, na ABI, o Comitê Eleitoral dos Empregados da Light pró Lott-Jango. O ato contou com a presença de grande número de trabalhadores e populares, falando diversos oradores.

No manifesto de lançamento do Comitê, os trabalhadores da Light assinalam as posições nacionalistas assumidas pelo marechal Lott, assim como suas atitudes favoráveis à regulamentação do direito de greve e da previdência social, o ensino público gratuito, a reforma agrária e o direito de voto aos analfabetos.



Eisenhower chorou

Alguma coisa haveria de fazer o duro general chorar às claras. Pode ser que o fingido desinteresse e aparente «fair-play» com que recebeu o impacto do «I like Fidel Castro» na fachada da UNE, afinal o tenham levado, na intimidade dos aposentos da embaixada americana, a verter lágrimas de desgosto. Mas essas não foram lágrimas, digamos assim, públicas.

Já as de Montevidéu tiveram o testemunho de milhares de pessoas. Apenas não chorou ele de desgosto, de ódio, de saudade. Houve um agente químico, o insuportável gas lacrimogênico, cujos efeitos provou, talvez pela primeira vez, embora os próprios «G-Men» do seu serviço de segurança já muitas vezes fizeram com que outros sentissem suas apimentadas consequências, que naturalmente ardem mais nos olhos do vizinho. Mesmo do bom vizinho...

Aqui no Rio — convenhamos — não houve contra Ike a agressividade registrada em outras capitais sul-americanas. Pelo menos aparentemente. Porque — não tenhamos dúvida — aquele painel na UNE valeu na verdade por milhares de pessoas gritando «Go Home, Ike!»

Em Buenos Aires, em Santiago e em Montevidéu, no entanto, o espírito do povo não estava propenso a sutilezas, e os métodos empregados, como é claro, se diferenciaram um pouco da ironia e da mordacidade carioca.

—xxx—

No Brasil, além da UNE, houve apenas incidentes prosaicos, co-

mo os dos tapetes em Brasília e aqui no Rio. Eram tapetes maiores do que o necessário e só foram colocados na hora do desembarque, porque ficamos a arrumar a casa até a chegada do visitante. Agimos como certas donas-de-casa que nos fazem esperar à entrada e, enquanto arrumam às pressas a sala de visitas, gritam para nós com a maior doçura: «Um momentinho, já abro a porta». Quando foram colocar os tapetes, havia pano demais. No Rio, não sei como resolveram o problema. Mas em Brasília um nordestino puxou a peixeira para cortar as sobras, causando enorme susto num dos policiais que protegiam Ike. O homem do FBI, como é óbvio, não deixou nem quis utilizar a faca autôctone. Puxou da cintura o seu punhal (ignorávamos que também usassem arma branca, pois americano tem medo que se pèle de uma lâmina) e praticou a operação-tapete. Eisenhower pôde, enfim, pousar os pés presidenciais em nosso solo, sem maculá-los com a poeira subdesenvolvida da futura capital. No Brasil, de resto, Ike demonstrou bons conhecimentos de contabilidade. Ensinou-nos que o mundo só tem um dilema: débito ou crédito. Somos atualmente devedores, como bem lembrou. E a nossa política de desenvolvimento só poderá levar — ainda segundo o presidente inque — a que nos transformemos em credores. Vejam só em que dá o uso do cachimbo...

—xxx—

Mas, voltando às manifestações populares um tanto opostas ao «I

Afonso Gascon

like Ike»: elas tiveram um denominador comum — Cuba. Não só as cariocas, como as argentinas, chilenas e uruguaias. Por quê? Haverá nos povos um sexto sentido? Perceberam eles que o principal motivo da exaustiva viagem de Ike era exatamente este? Parece que sim, para desgraça dos atuais governantes norte-americanos e outros do Sul, tipo Frondizi, que conseguiram bater recordes iguais de impopularidade, em seu próprio país. Porque as ameaças já ostensivas contra o governo de Havana, o real perigo de intervenção dos Estados Unidos para tentar liquidar a revolução de Castro, e, por outro lado, o apoio não menos ostensivo às ditaduras remanescentes da América Latina — são um gritante desmentido à apreçoada amizade fraternal dos círculos dirigentes da grande nação do norte e à sua política de respeito aos direitos de autodeterminação.

Os povos sul-americanos mostram ser bem sensíveis a essas questões. Nosso cartaz na UNE, as vaías no Chile e na Argentina, as enérgicas manifestações em Montevidéu que fizeram o visitante chorar, foram formas diferentes do mesmo repúdio a uma política de opressão e de intromissão nas questões internas de outros países. Como o foi, há poucos anos, a famosa e já antológica cusparada que atingiu o vice Nixon.

De tudo isso Eisenhower poderá se quiser, tirar uma conclusão: ac-mexer com os barbudos de Cuba, é preciso pôr as barbas de molho.



Falcão declarou guerra aos agitadores. O presidente da UNE foi espancado. A entidade máxima estudantil atacada pela polícia. Deputados que ocorreram em defesa dos estudantes foram contidos. Enquanto Falcão proclamava: «Não tomo conhecimento de provocações. Na esfera de minhas atribuições não haverá demasias nem excessos, mas não faltarão serena energia e tranqüila firmeza na ação que porventura se torne indispensável, a fim de proteger a população ante as arremetidas dos agitadores».

Fora de Rumo

O herói palotino, horas depois da proclamação épica, demonstrava não falar em vão. Mandou também atacar a Faculdade de Direito, Emprego cavalaria, Polícia Especial, bala e granadas de gás. Na esfera de sua competência, sem demasias nem excessos, sereno e tranqüilo, o sócio-fundador do Clube da Lanterna, o antigo pedinchão de notinhas aos redatores da «Tribuna de Imprensa» estendeu o ataque ao Hospital Souza Aguiar, onde certamente haveria provocadores arremetidos, ameaçando a população com suas pernas engessadas e demais engenhos ortopédicos de alta periculosidade.

Os doentes do Souza Aguiar foram transportados às pressas das enfermarias bombardadas ao pátio do hospital. Durante uma transfusão de sangue a céu aberto morreu um agitador que ali se encontrava internado, com fortes indícios de que pretendia arremeter contra a população e provavelmente contra os cavalos da Polícia Militar e os Espedez da Polícia Especial. Houve um parto de emergência, sob o estampido das bombas. Uma senhora grávida, nas imediações da rua Moncorvo Filho, foi esbofada com tranqüila firmeza. Medida preventiva, pois há recém-nascidos que veem à luz aos gritos, arremetendo contra a humanidade. E Falcão não toma conhecimento de provocações.

Feito o trabalho, o possessor Falcão comunicou a JK: «Apenas um rápido in-

cidente com estudantes, sem qualquer pessoa ferida gravemente. Apenas um rápido incidente. O Ministro da Justiça tem o justo senso da medida, na esfera de suas atribuições. As arremetidas, no entanto, continuaram e esse próprio JK, que por sinal já foi estudante, depois de haver compactuado com os desordens de várias faculdades na abertura das aulas da Universidade do Brasil, telefonou amavelmente ao diretor desse covil de malfeitores que é o Souza Aguiar.



Paulo Motta Lima

NORDESTE 1960 (I)

Onde Chega a Energia Começa o Progresso

Reportagem de Gennyson Azevedo
enviado especial de NOVOS RUMOS

NO ANO DA GRAÇA DE 1960 a seca é ainda a coisa mais característica desta vasta região que é o Nordeste. Ainda hoje falar do Nordeste significa clamar contra as secas, responsabilizando-as pelo pauperismo, pela fome e pelo atraso das populações que aí vivem.

Corresponderá isto, exatamente, à verdade? A seca será a única responsável pelo atraso e pela miséria do nordestino?

Estas as perguntas que levamos antes de iniciar uma viagem através de Alagoas, Sergipe e Bahia passando pelo sertão, visitando fazendas, usinas e fábricas, colhendo aqui e ali informações sobre as condições de vida e o progresso destes estados. Viajando de ônibus, de jipe, a cavalo ou de avião, fomos de Aracaju até Paulo Afonso e daí partimos para Maceió, seguindo um itinerário onde se incluem — Maroim, Rosário, Itabaiana, Frei Paulo, Carira, Geremoabo, Paulo Afonso, Delmiro Gouveia, Agua Branca, Mata Grande, Santana, Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos.

Para começo de conversa vamos oferecer aos nossos leitores uma curiosa estatística sobre o chamado polígono das secas que por certo jogará luz sobre o assunto.

Estados	Área do polígono d: secas
Bahia	33,68 %
Piauí	22,91 %
Ceará	14,48 %
Pernambuco	9,21 %

Estes 4 estados da zona flagelada pela falta de chuvas são também dos que possuem maior área no chamado polígono das secas. Por incrível que pareça, com exceção do Piauí, os três outros apresentam o maior índice de progresso do Nordeste. Ainda podemos aduzir um outro dado — Alagoas que tem apenas 1,28% do seu território na área assolada pelas secas não possui um desenvolvimento comparável ao de Pernambuco que figura com 9,21% de suas terras na zona flagelada.

Que quer isto dizer? Simplesmente que não se pode culpar a ausência de chuvas por todos os males do Nordeste. Sim, além deste, existem outros fatores que retardam o progresso desta imensa região. Antes de mais nada é preciso assinalar: a industrialização apenas começa nestes estados, o consumo de energia elétrica ainda é ridículo, se comparado com os estados do sul. A base econômica assenta na atividade agrícola e na pecuária. Neste terreno, o que se vê são

métodos primitivos de exploração do solo e nenhuma preocupação especial na criação do gado. É ainda o latifúndio perpetuando formas arcaicas de cultivo, reduzindo o homem do campo a um estado de pobreza extrema. Sem tratores, sem energia elétrica, faltando a assistência técnica, os créditos, estando a propriedade concentrada em mãos de uns poucos, o desenvolvimento só pode ser lento, ainda mais se as condições climáticas são rigorosas.

PAULO AFONSO — Desenvolvimento

Contemplar a cachoeira de Paulo Afonso é um dos espetáculos mais deslumbrantes de quantos a natureza doou ao nosso país. A majestade do São Francisco impressiona fortemente pelo volume das águas revólutas e pela altura das diversas quedas. Hoje, além da beleza natural da cachoeira, Paulo Afonso oferece um outro espetáculo imponente (este criado pelo homem) — a Usina Hidrelétrica.

Em 1913-1915, Delmiro Gouveia, um pioneiro da industrialização do Nordeste, levou a cabo a construção de uma usina de 1500 HP aproveitando o potencial hidráulico de Paulo Afonso. O natável empreendimento (para a época) destinava-se a fornecer energia a uma fábrica de linhas montada por Delmiro na cidade alagoana de Pedras, hoje Delmiro Gouveia. No quadro-geral das necessidades dos estados vizinhos e das possibilidades oferecidas por Paulo Afonso a usina não teve qualquer expressão.

Cerca de 33 anos após a construção desta primeira usina serão iniciados os trabalhos de barragem do São Francisco para a instalação inicial de 3 grupos geradores de 60.000 kW, cada um, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Em pouco tempo os 180.000 kW produzidos em Paulo Afonso já são consumidos em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Paraíba, obrigando a CHESF a realizar obras de ampliação para aumentar a capacidade da usina. Atualmente escava-se dentro da montanha para instalar mais 6 geradores de 60.000 kW. Dentro de mais um ano a CHESF passará a produzir 540.000 kW atingindo sua rede o Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco nasceu uma cidade moderna que vive em função da Usina e das atividades da companhia. A CHESF oferece aos seus empregados casas, diversões, assistência hospitalar, alimentação, em condições bastante módicas. Há no acampamento três escolas primárias e um ginásio, destinadas aos filhos dos funcionários. Todas as manhãs junto aos portões da

CHESF agrupam-se dezenas de homens vindos das cidades próximas para disputar um emprêgo na Usina ou nas obras de ampliação. Fora deste acampamento existe uma cidade livre, onde as casas nascem como cogumelos em ruas sem alinhamento, num contraste violento com a limpeza e a elegância das construções da CHESF.

Aonde vai a eletricidade chega o progresso, criam-se condições para o melhoramento do nível de vida das populações. Ao mesmo tempo a energia elétrica vem favorecer a industrialização e permitir a instalação de bombas que tragam água às cidades. Os frutos produzidos já começam a aparecer aqui e ali. Porém, um grande entrave ao desenvolvimento da região consiste em que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco não distribui diretamente a energia aos consumidores. Em vários estados o preço do kW sofre tremenda majoração por ser entregue a uma companhia intermediária. Assim, companhias estrangeiras que não investiram um centavo sequer no empreendimento recebem a eletricidade da Paulo Afonso para revendê-la majorada ao consumidor. Para que a missão pioneira da CHESF seja plenamente cumprida é preciso eliminar os intermediários, tornando o preço do kW acessível ao industrial, ao fazendeiro e às famílias.

Resposta Ao Leitor

OSCAR NEVES (Tairatá-RJ) — Agradecemos os termos de sua carta a propósito do primeiro aniversário de NOVOS RUMOS. De nossa parte tudo faremos para tornar NR um jornal cada vez mais moderno e atraente, para o que esperamos continuar a merecer o apoio de leitores entusiastas como você.

ANTÔNIO PEDROSO (Araraquara, SP) — Recebemos, e aproveitamos em um dos próximos números, sua reportagem sobre a mortalidade infantil. Agradecemos a renovação de jornais dessa cidade.

UM LEITOR (São Bernardo do Campo, SP) — Infelizmente não nos foi possível publicar sua carta aberta dirigida ao Presidente dos Estados Unidos, sobre a necessidade da abolição da pena de morte naquele país. O original chegou atrasado às nossas mãos. Esperamos que o amigo nos envie reportagens sobre os problemas dos trabalhadores dessa importante cidade paulista.

H.G.D. (Petropolis, RJ) — Agradecemos suas referências ao nosso jornal, a propósito da passagem de seu primeiro ano de circulação, e anotamos suas sugestões sobre a imprensa sindical.

JOSE JERÔNIMO (Queimados, RJ) — Deixamos de publicar sua carta dirigida aos posseiros de Pedra Lisa, Xerém e São Bento denunciando a voracidade dos grileiros e latifundiários desse Estado, por ser muito extensa. Desnecessário se torna dizermos que estamos de pleno acordo com os termos gerais de sua missiva. Gostaríamos que o amigo nos escrevesse sobre reivindicações dos camponeses de sua localidade.

MANAUS (AM) — Comunicamos aos leitores dessa cidade que recebemos a correspondência sobre as comemorações aí realizadas por ocasião da passagem do aniversário de Prestes. Não a publicamos, porque a recebemos com muito atraso. A propósito, registramos com satisfação a visita que fez à nossa redação o leitor Valério Caldas, residente nessa cidade.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.

Secretário — Fragnon Borges

REDATORES

Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luís Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 157, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

Entêreço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual Cr\$ 250,00

Semestral = 130,00

Trimestral = 70,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte

Número avulso Cr\$ 5,00

Número atrasado = \$8,00



Vestidas de azul e branco

Embora de sorriso franco, como no samba, o encanto das normalistas serviu, desta vez, de cenário para a importante luta que elas e todos os estudantes enfrentam atualmente: impedir que o Senado aprove, em sua redação original, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O LUTO E A LUTA DAS NORMALISTAS

Desde que foram alertadas pelo prof. Mário de Brito, diretor do Instituto de Educação, e após os contatos iniciais com a Comissão de Educação da U.N.E., as normalistas do D.F. integraram-se decididamente na Campanha em Defesa da Escola Pública. Cada dia tornam-se mais conscientes da importância da Campanha, e sua participação no movimento tornou-o mais simpatético e significativo aos olhos do povo.

Na Câmara

Logo na primeira sessão extraordinária da Câmara Federal, em janeiro último, grupos de normalistas e universitários lá estiveram, falando pessoalmente com os deputados e entregando-lhes as justificativas para supressão dos cinco artigos do projeto, lesivos à Escola Pública. Mobilizadas por suas colegas do I.E., começaram a aparecer as alunas das Escolas Normais Carmela Dutra e Sarah Kubitschek.

No dia da votação do projeto de Diretrizes e Bases as galerias da Câmara estavam repletas de uniformes azul e branco. Indignadas com a rapidez e descaso com que foi considerado um assunto tão importante, resolveram convocar, apoiadas pelo prof. Mário de Brito, uma reunião de todas as alunas das escolas normais públicas, para traçar as bases da campanha que então encetariam ao lado da U.N.E.

No Senado

Nessa e em reuniões posteriores, foi planejada uma passeata-monstro partindo do Senado, onde se procuraria interessar os senadores na votação da lei. Ficou também resolvido que as normalistas passariam a usar um "fumo" preto no uniforme, em sinal de luto pela morte dos ideais democráticos de educação, consignada no projeto da lei de Diretrizes e Bases, tal como saiu da Câmara Federal.

No dia 3 de fevereiro deste ano, realizou-se a manifestação frente ao Senado. Cerca de 500 normalistas ali se concentraram com faixas e cartazes explicativos. Vários líderes estudantis usaram da palavra, expondo os motivos da Campanha.

Não houve receptividade alguma dos senadores. Somente o senador Lino Teixeira, do P.T.B., declarou-se solidário com as estudantes, prometendo iniciar esforços para conseguir interessar sua bancada pelo problema.

Dirigindo-se pela Av. Rio Branco até a Câmara Municipal, as normalistas fizeram ali um último apelo aos homens públicos, para que atentassem na gravidade do caso.

Desistindo de contar com as "personalidades" e já desiludidas com os representantes do povo, decidiram as normalistas alertar diretamente a população, por todos os meios possíveis. Essa resolução marcou o início da ofensiva através do rádio, televisão, jornais,

visitas a sindicatos e a Associações de Amigos do Bairro.

A Comissão de Educação da U.N.E. centralizou a direção do movimento, criando subcomissões de elaboração de faixas e cartazes, de propaganda nos jornais, rádio e televisão, de visitas aos sindicatos e de coordenação-geral.

Organizaram-se plantões e comitês revolucionários no I Educação e na U.N.E. que distribuem as tarefas diárias.

Aliança Operário-Estudantil

As normalistas e os universitários estão concretizando, em torno do problema do ensino, que a todos atinge, e através das visitas a sindicatos, a aliança operário-estudantil.

Vários sindicatos já foram visitados em dia de assembleia. Metalúrgicos, trabalhadores em energia elétrica, sapateiros, alfaiates, ferroviários, aeronautas, bancários, lácteos, portuários, marítimos, marceneiros e muitos outros operários ouviram a palavra esclarecedora dos estudantes e normalistas e deram seu apoio à campanha. Os líderes sindicais convocarão assembleias e reuniões de diretoria para resolver de que maneira ligarem-se ao movimento.

Lott apóia

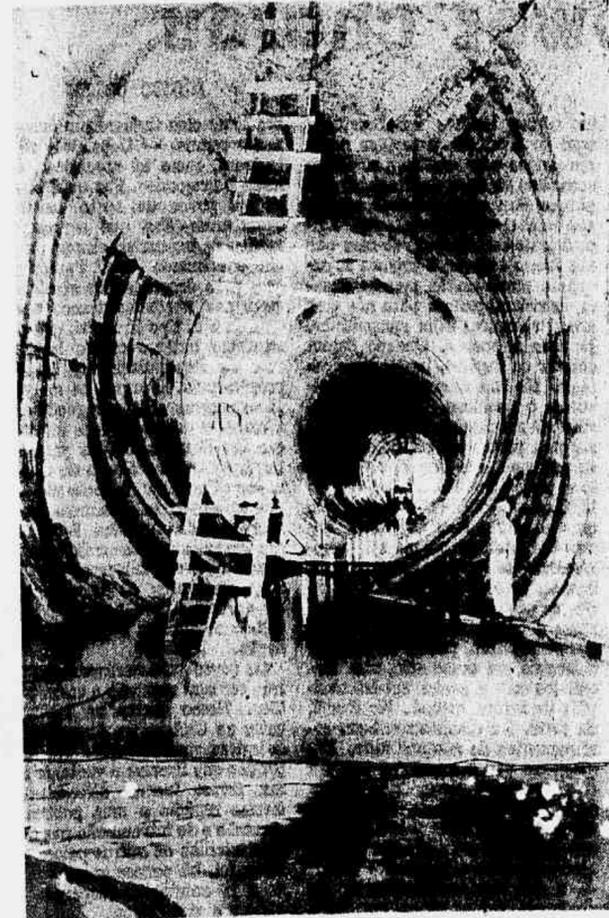
Falando aos jornais, o Marechal Lott declarou, sobre a luta dos estudantes em defesa da Escola Pública:

— «Não concordo com alguns dispositivos do projeto de Diretrizes e Bases aprovado pela Câmara Federal, porque defendo o fortalecimento da escola pública. Já disse e repito que as escolas particulares só devem receber ajuda do Governo através de bônus-de-estudo. Considero a subvenção um absurdo.»

E sobre as normalistas: — «As alunas da Escola Normal, como futuras educadoras, têm assegurado o direito de manifestar seu ponto-de-vista sobre um problema que lhes diz respeito e utilizar os meios legais para fazer vencer o princípio que defendem. Não vejo motivo para não estar solidário com as jovens estudantes, desde que elas estão defendendo uma causa justa e do interesse de todos os brasileiros que não são ricos.»

Semana da Escola Pública

Tendo-se tornado um movimento de âmbito nacional, ampliaram-se os planos da Campanha em Defesa da Escola Pública. Contando com o apoio de professores, escritores, técnicos de educação e operários, dos estudantes secundários e universitários de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Ceará, projeta a Comissão de Educação da U.N.E. realizar, em todo o Brasil, a Semana da Escola Pública, que será na segunda quinzena deste mês. Constará de conferências, debates e aulas públicas para os transeuntes, realizações essas que visam esclarecer o povo e fazê-lo participar da Campanha.



As águas vão rolar

A mão do homem desviou o curso do rio. As águas rolam nas grandes turbinas e vão produzir energia para o progresso essencial ao desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

DESCULPEM

Confesso que há coisas que não entendo e quando não entendo, procuro fazê-lo, sempre com a possível urgência. Por exemplo: Por que um presidente eleito de um país que apregoa democracia — neste caso, naturalmente Eisenhower — sai para visitar outros países e para tal promove uma verdadeira parada de policiamento e também de asneiras? Dois meses antes de sua chegada já a cidade estava ocupada por dezenas de homens que fochavam tudo, iam e vinham com o nariz no ar, procurando conspirações anti-ianques, vindo em tudo ameaças à vida do presidente dos E.U.A.

Deve ser triste para um dirigente de um país ter tanto medo dos países vizinhos. Deve ser triste sorrir no momento exato, fechar a cara no exato momento. Deve ser horrível andar com um mundo de policiais acompanhando nossos passos, mãos no revólver, olhos acesos.

E tudo isto descarada e abertamente. E havia policiais para tudo, até para provar o que o Presidente ia comer. «Quem não deve não teme» lá diz o ditado. E como há medo nos Estados Unidos, hein? E a história do colchão? E a farmácia, e os médicos, os avôes, tudo especial como se viessem para um país onde se dormisse no chão, não se tivesse remédios nem médicos.

Desculpem os leitores, mas não entendo, não posso entender. Meu amigo, o jornalista e escritor Osório Borba escreveu no «Diário de Notícias» um artigo delirioso de ironia chamado «A Invasão» em que há uma frase que repito: «final, a gente tinha de perguntar se era algum tirano odiado que visitava uma terra vítima de sua opressão sangüinária, ou o amigo Ike, o comandante-herói da guerra democrática, o presidente popular». E disse também o grande jornalista-escritor: «No meio de todo esse aparato policial norte-americano, em termos de filme de Cecil B. de Mille, o sr. Eisenhower declarou em Washington que não se preocupava absolutamente com a sua segurança pessoal. Avaliem se se preocupasse.

Pois sim, que ele não se preocupa. Outro grande cronista, Stanislaw Ponte Preta de «Última Hora» comentou a visita com grande dose de graça. Adalgisa Neri, essa combativa e decidida cronista política, também comentou o politeísmo sóto e inclusive perguntou ao Itamarati qual a posição que iria tomar com o «Brasil Herald» órgão da colônia americana em nosso país que fez muitas queixas nossas ao Presidente dos E.U.A., dizendo inclusive que os ianques moradores no Rio são muito perseguidos pelos «massacres comuno-nacionalistas». Ora vejam só que jornalzinho safado. Dando queixas nossas que somos donos da casa a um visitante que é o papai deles. Engraçado? Não. Triste, muito triste.

Felizmente os cronistas individualmente protestaram todos: Rubem Braga, Antônio Maria, Ponte Preta, Adalgisa, Osório etc. Felizmente a UNE gritou: nós gostamos de Fidel Castro; e o Partido Democrata Cristão fez a Ike um apelo: terminar com a pena de morte.

Comento essa visita, atrasada, para dizer apenas isso: não compreendo nem aceito o seu aparato bélico. Se eu não fosse nacionalista pela própria natureza sei-lo agora. Que diabo, nasci aqui, esta é a minha casa. Como é que vou aceitar a vizinha querendo viver às minhas custas, querendo mandar no que é meu.



Da favela aos campos de futebol

João das Neves

Foi o próprio autor de «Chapetuba Futebol Clube», Oduvaldo Viana Filho, quem nos chamou a atenção, antes mesmo de assistirmos ao atual (e excelente) espetáculo do Arena, para as diferentes linhas de forças características de seu trabalho e de «Eles não usam Black-tie», de Guarnieri, através de um artigo publicado no Programa da peça.

Dizia ele que o movimento nacionalista do nosso teatro desdobra-se em duas posições — ainda que confusas e interpenetradas. Uma, que procura fazer com maior precisão o que já não surte efeito no estrangeiro, ou seja: «obedecer a um pensamento nacionalizante que pretende tão-somente organizar e dar maior eficácia ao nosso quadro econômico, sem tocar nas relações de produção»; outra, tentando caracterizar o movimento da realidade, através da luta de classes.

Oduvaldo localiza o «Black-tie» nesta última corrente e sua peça na primeira, embora afirme que «Chapetuba F. C.» também tenha pretendido abordar o fenômeno futebol segundo uma realidade que o condiciona.

«Black-tie» e «Chapetuba» abordam uma idêntica temática — a traição.

Em «Black-tie», no entanto, ela é tomada em seu mais amplo sentido, pois situa-se no cerne da luta de classes, ou seja, nas relações capital-trabalho. «Chapetuba», ao



contrário, focaliza o ambiente do futebol, colocando-se, deste modo, num plano quase que de exceção dentro das relações entre patrões e empregados, o que torna, é evidente, muito mais difícil a abordagem do mesmo tema sob o prisma das relações referidas.

Em primeiro lugar, porque existem — e o próprio autor já o

assinalou — as relações de produção. E depois porque, mesmo se considerarmos que a condição de assalariado do jogador de futebol lhe confere, de imediato, uma posição definida face à luta de classes, e que essa evidentemente não será a do capital, ainda assim, achamos-nos diante de dois obstáculos para uma perfeita colocação do problema:

O primeiro deles seria a descaracterização pelo aparente bem-estar econômico usufruído por jogadores de grandes esquadões, e a quase conseqüente alienação dos problemas que envolvem a sua coletividade. (Para não irmos muito longe, basta que citemos o exemplo do sindicato dos profissionais de futebol aqui do Rio de Janeiro, que, ainda hoje, luta desesperadamente para aliciar os nossos jogadores; e isso numa época em que a própria burguesia já sentiu a necessidade de, ela mesma, organizar-se para a defesa de seus interesses). E não esqueçamos que a inevitável auréola criada em torno dos craques é fator preponderante desta alienação.

O segundo — e fugindo ao anterior estaremos, quase que forçosamente, diante deste — é ainda a descaracterização da luta de classes, mas já agora por fenômeno diverso, situado talvez no polo oposto ao primeiro: o quase amadorismo existente nos pequenos clubes, principalmente os de interior (este é o caso de «Chapetuba»), dando como resultado a união contraditória de empregador e empregados em torno de um ideal comum.

Al residem o defeito e as grandes qualidades de «Chapetuba». Dizemos defeito e só o fazemos em respeito às próprias palavras do autor, que diz não ter a peça abordado o fenômeno do futebol segundo uma realidade que o condiciona — a da luta de classes. Mas, se por um lado, isso não foi inteiramente atingido, há muita coisa de positivo em «Chapetuba». (Para nós, inclusive, quase tudo é positivo).

A posição do pequeno clube de interior que luta para galgar a primeira divisão e se torna juguete dos interesses econômicos dos «cartolas» da federação; o «filhinho de papai» que já na véspera da partida é o maior jogador em campo, pre-

O barraco

judicando, em sua inconsciência de amator, os que vivem da profissão; a situação de decadência moral e financeira do velho ídolo; o amor desinteressado às cores do clube; o drama dos reservas, dos intermediários entre a direção e os craques, tudo isso é magnificamente captado na peça de Oduvaldo, com a maior simplicidade, pureza, e, muitas vezes, por força mesmo desta singeleza, envolto na mais pura clarividência poética.

Deixamos para o fim o ponto mais importante a considerar: o suborno do jogador. Este, queremos crer, terá sido o ponto de partida, e foi o que maior atenção mereceu por parte do autor, afastando-o um pouco, por um lado, do objetivo central, mas levando-o, por outro, a tocar um ponto afim com aquele mesmo objetivo e com a peça «Eles não usam Black-tie», de Guarnieri.

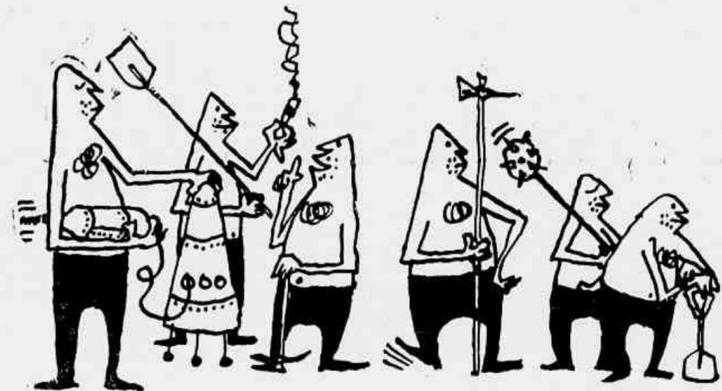
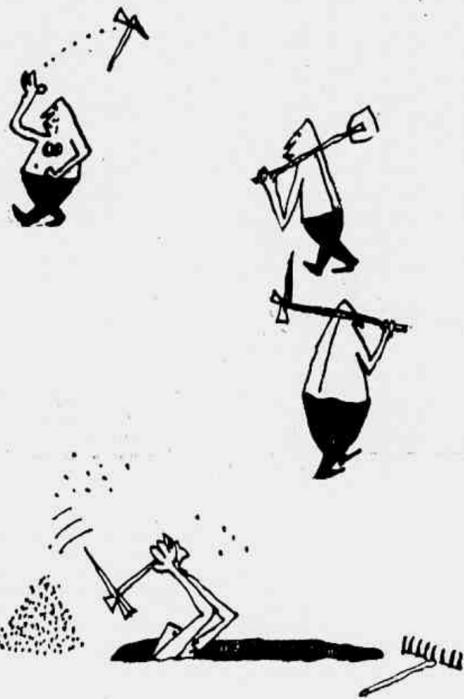
Maranhão, o goleiro, é subornado — é «cantado» para não jogar. Simula uma entorse e não vai a campo. Seu time, que precisava vencer para obter o acesso à primeira divisão, empata o jogo e se desclassifica. Os companheiros de Maranhão descobrem o fato.

Ao deixar que isso fosse feito em cena e que as reações psicológicas dos companheiros frente à atitude do goleiro fossem o traço dominante desse ato (o 3), o autor não pôde dirigi-las objetivamente, foi levado pela própria situação e nos deu um ato em que a análise social e, por conseqüente, a peça foram sensivelmente prejudicadas.

Mas no ato precedente (em que se desenvolve a ação de suborno, quando Maranhão é «cantado» para não jogar e termina por ceder — não obstante seu desejo sincero de vitória, de «sair limpo de Chapetuba» — pressionado mais por sua própria condição econômica, seu ser social, do que por um repórter desonesto) Oduvaldo nos coloca, tal como Guarnieri em «Black-tie», em contacto com a afirmação marxista de que não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social que lhes determina a consciência. E não apenas o faz, senão que o realiza como um dramata dono do realismo como um dramata dono de seus meios, como um autor a sua vez que se afirma e desbrava novos caminhos nesse excelente grupo do Arena.

Os buracos do neoconcretismo

Pedro Severino



No Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (sábado, 27-2-60) e poeta Ferreira Gullar, um dos vultos de proa do chamado neoconcretismo, deu-nos uma demonstração prática dos resultados que já obteve em suas pesquisas do não-objeto.

Como os não-objetos verbais consistem, conforme explica o redator do referido suplemento, na «busca de um lugar para a palavra», cada poema é um «lugar específico» para determinada palavra. Os poemas, portanto, não podem mais ser impressos em jornal ou livro; têm que ser armados em cartolina, papelão ou madeira, num exercício semelhante aos que as professoras de trabalhos manuais exigem de seus alunos no primário e no ginasial.

Vem, pois, o Gullar e, através de fotografias, dá-nos conta do seu mais recente poema, que ele próprio descreve como sendo, inicialmente, «um quadrado preto, com um corte no meio». O leitor, com suas mãos, deve abrir o quadrado pelo corte; abrindo-o, sentirá «que está lidando com uma coisa organicamente construída».

Transforma-se, então, o quadrado num refângulo, e deixa ver uma placa ou lápide branca, cujos bordos salientes «solicitam novamente a mão do leitor», que deve ser fina, delicada, quase adamada, para não conspurcar a obra poética. Removida a placa, chega o poema, enfim, à palavra que encontrou o seu «lugar específico»; desvenda-se «uma superfície vermelha, viçenta,

onde está escrita a palavra não».

E essa a recompensa do leitor curioso, depois de tanto manuseio. O que lhe pode provocar — muito justamente — o comentário natural: «Essa não!»

Mas a verdade é que o Gullar não pretende parar aí nas suas experiências, conforme ele próprio informa: «Este não-objeto... levamos a conceber um outro, enterrado no chão e em proporções tais que permitirão a entrada do próprio leitor no poema».

Isso quer dizer, como vemos, que o próximo poema («não-objeto») de Gullar vai ser — literalmente — um buraco. E um buraco bem grande, capaz de encerrar uma pessoa.

Que os poetas neoconcretos se apoderem de pás e enxadas e se ponham a cavar. É possível que depois de «escrever» uma dezena de poemas a exaustão esgote sua veia poética, prestando um belo serviço à literatura. E também é possível que, mais bem ambientados, se entusiasmem com a nova atividade e ofereçam seus préstimos à lavoura outro belo serviço.

Pode ser também que o poeta, apaixonado por sua obra, resolva ficar morando dentro dela. Barba crescida, olhar esgazead, esquecida (de vez) a linguagem articulada, ver-se-á transformado, efetivamente, num autêntico homem das cavernas, aos urros, intratável, obsecado pela procura de novos «lugares específicos».

Nota Sobre Livros

Ao caracterizar a atmosfera ideológica dominante na Itália renascentista de fins de século XV e começo do XVI, o eminente crítico e historiador português António José Saraiva transcreve em seu livro — História da Cultura em Portugal o seguinte trecho de Renan:

«As doutrinas que no tempo de Petrarca tinham-se reduzido a esconderem-se e a conspirar na sombra, tinham-se tornado no começo do século XVI a filosofia quase oficial de toda a Itália. As discussões sobre a imortalidade da alma estavam na ordem do dia na Corte de Leão X. Renan não escudia as suas paródias por Pomponazzi... Todos os velhos aforismos do averroísmo incrível — que o inferno é uma invenção das príncipes, que todas as religiões contêm fábulas, que as rezas e os sacrifícios são invenções dos sacerdotes — eram repetidas penas por suas mãos bem colocadas na Corte».

Sabendo-se que a Corte aí referida era a Corte do Papa Leão X (João de Medicis); que Bembo era o Cardinal Bembo, grande escritor além de Cardeal; que Pomponazzi, era o filósofo político, matemático e professor da Universidade de Pádua; e finalmente que o averroísmo era uma doutrina herética — pode-se então avaliar em toda a sua extensão o real significado das palavras de Renan, citadas por Saraiva.

Ora, essas palavras de Renan levaram-nos, por fácil encadeamento de raciocínio, a uma pequena reflexão de atualidade. Isso, bem entendido, sem qualquer propósito de estabelecer analogias históricas. É o caso que também as idéias marxistas durante dezenas e dezenas de anos, reduzidas a esconderem-se e a conspirar na sombra, acabaram por expandir-se à plena luz do Sol, a partir de 1914, e são hoje em dia a filosofia dominante numa série de países que abarcam cerca de um bilhão de habitantes — e vão ganhando irresistivelmente as populações dos demais países da Europa.

Mas a Corte papal de hoje busca a toda o custo barrar a crescente popularização da doutrina marxista, através de certos meios muito sutis de «estudadas» e «interpretadas». A realidade entretanto é que a Igreja, como toda e qualquer instituição existente sobre a terra, está também ela sujeita à pressão das conjunturas históricas, e portanto se pode facilmente verificar em sua própria história. Seus homens, por mais santos que sejam, não podem escapar a sua condição de criaturas deste mundo, ou seja, de seres sociais.

Não está esquecido o episódio dos padres franceses que se fizeram operários com o objetivo de combater corpo-a-corpo a influência marxista entre os mesmos, na fábrica, no sindicato, no lar. A experiência, que durou alguns anos, produziu o seguinte resultado: os padres, trabalhando e vivendo como operários, sofreram na própria pele a condição de homens sujeitos a outra exploração capitalista, e que iam se passando para o marxismo. O Vaticano, que havia estimulado o movimento, arrependeu-se e ordenou a sua liquidação. Francisco da Igreja, Vitória do marxismo.

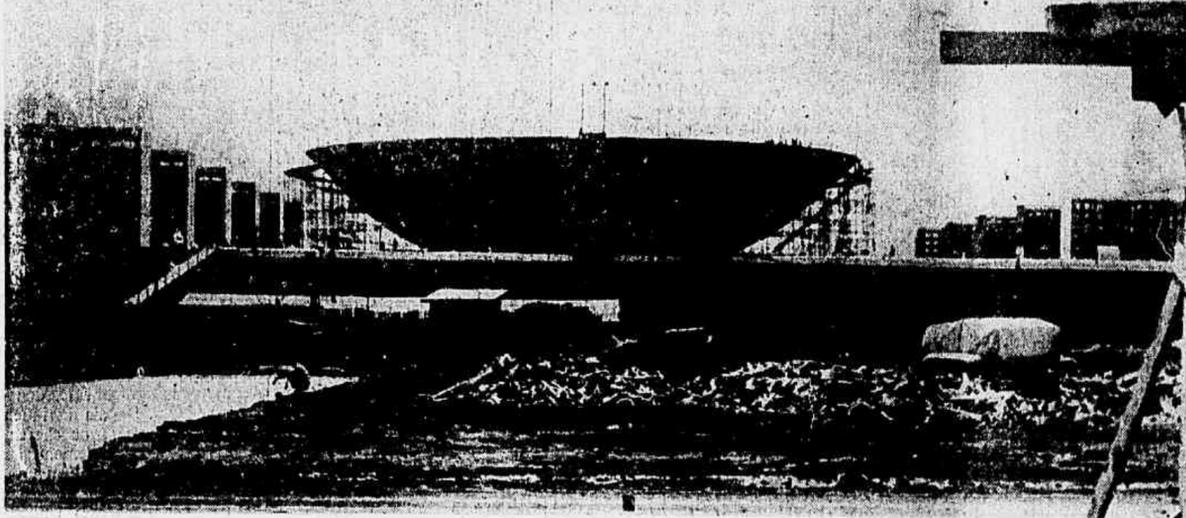
Mas outras experiências são tentadas, noutros planos, por disposição inelutável dos novos tempos. Agora mesmo, na Itália, o Partido Democrata Cristão, que é o partido político do Vaticano, entra em combinação para uma nova composição governamental com acentuada inclinação para a esquerda, com o apoio inclusive dos comunistas. Tudo indica que a política clerical-direitista chega ao fim, vencida e superada, e isto, transposto para o plano ideológico e filosófico, significa simplesmente que o marxismo — ciência da realidade social em movimento — continua ganhando a consciência das massas populares ali no próprio país que é sede da Corte papal.

Não será de admirar que mais dia menos dia surjam em Roma novos Bembos, Bembo do século XX, a discutirem certos dogmas da Igreja pelas colunas do Osservatore Romano. Parafraseando o velho rito, poderemos dizer que a História tem cara de heresia.



O clube

BRASÍLIA - ANO I



REPÚBLICA DE ROUPA NOVA

No meio da vasta Praça dos Três Poderes o meu cicerone, um entusiasta construtor da Novacap, parou a jipe e apontou, sorrindo para o edifício do Congresso.

— Ele vinha correndo de lá para cá e quase só tivemos o trabalho de apANHÁ-lo. Era um tatu grande e hoje está recolhido ao Jardim Zoológico de Brasília, perto da Cidade Livre. E isso não faz dois anos. Hoje é o que você está vendo: estes três palácios.

Meu amigo, um carioca da gema não deixou passar a oportunidade para fazer a piada: a coincidência do tatu, um legítimo e eficiente cavador, fazer seu «footing» na Praça dos Três Poderes e justo no local onde se instalarão os nossos valentes deputados e senadores...

Mêdo do mato

Quatro anos atrás, o que hoje é Brasília era só mato. No chapadão batido pelo sol e a chuva habitavam apenas animais silvestres: tatus, porcos selvagens, veados, gatos do mato, emas, perdizes em quantidade. À medida que a cidade se espalha eles vão sendo expulsados para a zona rural do futuro Distrito Federal.

Naquele tempo, o mato metia medo. Quem vive nas grandes cidades, mesmo sem conforto, mas cercado dessa infinidade de pequenas garantias que a civilização oferece, custa a se acostumar com o mato. Em Brasília, houve casos até de engenheiros que, cinco ou seis dias depois de chegados, tomavam o primeiro avião e voltavam.

— Não era descrença na obra. Em geral, tínhamos a certeza de que a coisa iria pra frente. Além disso, nossa situação estava garantida, nossos salários eram razoáveis. Os que voltavam era de medo. Pensavam: e se um fóripicado por cobra, ou aranha venenosa, onde a amputação, onde o socorro pronto? Nas grandes obras os acidentes são comuns, ninguém está a salvo. E mesmo mercúrio-cromo era problema. As primeiras noites no mato, essas então eram terríveis para nós, desabitados àquilo. Dá tristeza e insegurança. Esses engenheiros se apavoraram e a tal ponto que nem foram buscar no Novacap o salário dos dias já ganhos...

Relatou como esses, que me foi feito por um funcionário da administração do Departamento de Arquitetura da Novacap, eu os ouvi repetidos por outras pessoas.

Hoje, porém, Brasília anda por volta dos cem mil habitantes. Se bem que parece mais um imenso canteiro de obras, já é uma cidade.

— De um lado e de outro os edifícios dos ministérios (dez andares cada um), desembocando em cima do Palácio do Congresso que fica escultado, à direita, pelo Palácio Presidencial e à esquerda pelo Palácio da Justiça. Roupas novas, pelo menos, a República terá

À medida que o automóvel avança do aeroporto para o centro — são uns oito quilômetros — vão se definindo os contornos das construções, umas já acabadas, todas as outras em ritmo ace-

Ninguém quer voltar

Em Brasília, tudo parece provisório. Uma rua por onde se transita pela manhã, à tarde poderá estar fechada a

lotes de terrenos, que hoje já valem o dobro do preço pelo qual foram comprados há um ou dois anos.

Os apartamentos são amplos e confortáveis, variando os aluguéis segundo

Já foi pasto de tatu a Praça dos Três Poderes

Reportagem de JOSUÉ ALMEIDA,
enviado especial de NR

lerado. Sobressaindo na paisagem, lá estão as duas lâminas de 28 andares plantadas na Praça dos Três Poderes. É o edifício anexo ao Palácio do Congresso. Por toda parte, o ruído típico das grandes construções: caminhões carregados de materiais — ou de operários — rodando nas diversas direções, pedreiros, ajudantes, marceneiros, eletricitas cuidando de suas tarefas, engenheiros conferindo plantas, o som característico dos misturadores de concreto, das serrarias, dos bate-estacas, dos motores que geram energia para certas obras.

Brasília é uma cidade turbilhão. Dia e noite trabalha-se. É impossível sopitar um sentimento de orgulho ao contemplar esta obra grandiosa. Ali está o que de melhor produziu a arquitetura brasileira: desde o plano-piloto de Lúcio Costa, aos projetos saídos do cérebro prodigioso de Oscar Niemeyer. E tudo isto transformado em realidade pelo candango, sinônimo de brasileiro. Sim, porque os homens que estão tirando Brasília do nada outros não são senão os simples camponeses brasileiros, sobretudo do Nordeste. Muitos jamais haviam pegado numa colher de pedreiro, quanto mais num soldador elétrico para estrutura metálica. É impressionante sua capacidade de adaptação à moderna técnica da construção civil.

Acima de quaisquer considerações, a construção de Brasília é um testemunho irrefutável da inteligência e da capacidade realizadora do trabalhador brasileiro colocadas a serviço de uma arquitetura de vanguarda.

tráfego, para obras. Mas, não são obras que se eternizam e estarão rapidamente concluídas. É com razão que os construtores de Brasília nos dizem: aqui as estatísticas envelhecem do dia para noite. De fato, o ritmo de trabalho é infernal. Tem-se a impressão de que ninguém pensa em outra coisa senão no trabalho. É esta característica invade os hábitos dos homens. Conversei com funcionários e funcionárias, médicos, arquitetos que viveram a vida toda no conforto do Rio ou de São Paulo. Quase de bom grado renunciaram a certas comodidades, na convicção de que logo voltarão a tê-las e em melhores condições. Dentre todas as pessoas com quem falei, e foram muitas, apenas um jovem funcionário do IAPI, chegado do Rio havia uma semana, manifestou vontade de regressar. Para os demais, sem exceção, o seu futuro é em Brasília. Será que toda esta gente está equivocada?

Residências

Fotos e filmes sobre Brasília são conhecidos em todo o país, mas há aspectos que precisam ser destacados. Lá, todos os edifícios de apartamentos são isolados, isto é, recebem ar e luz por todos os lados; não há casas ou apartamentos «internos». A intimidade forçada que a especulação imobiliária criou nas nossas grandes cidades lá não existe. Cada qual pode estar em sua casa certo de que não está sendo «observado». Visitamos alguns dos apartamentos e casas já prontos para serem habitados. Por enquanto, tudo o que existe de construção definitiva em Brasília pertence a órgãos da administração federal — tanto os edifícios públicos, como as residências. A iniciativa privada limitou-se à aquisição dos

as dependências. Os preços cobrados são sensivelmente mais baixos do que em qualquer das grandes capitais do país.

Os Mesmos Problemas

As necessidades se eternizam e por isso voltamos aos mesmos problemas. As anotações de vários anos sobre aspectos sociais da vida do povo não sofrem modificações fundamentais. Lá, estão os números indicativos dos que morrem muito cedo e dos que continuam vivendo muito mal. A linha do custo de vida vai subindo, subindo sempre, levando as famílias para o infinito do desespero. No ano passado, a mensalidade do colégio era de Cr\$ 350,00. Este ano passou para Cr\$ 700,00. A blusa da farda custava Cr\$ 165,00. Este ano passou para Cr\$ 350,00. Tudo ou quase tudo encareceu cem por cento. Onde vamos parar? Em que estrêla caberá tanta gente?

Encontro pessoas que me perguntam: não existirão problemas no socialismo? Cada etapa do desenvolvimento da sociedade tem os seus problemas, mas esses problemas são enfrentados, são solucionados. Poderão surgir outros que, por sua vez, serão, também, enfrentados, solucionados. Será possível estabelecer um paralelo entre um sistema, onde a educação de uma criança é um pesadelo para os pais, com outro sistema onde essa educação é distribuída de acordo com todas as exigências da população?

Aqui, temos recibos com despesas de cinco mil cruzeiros para a matrícula de uma criança no curso primário. O salário mínimo é de seis mil cruzeiros. Por isso, não me falem, diante desses números, em liberdade, nem tampouco em humanismo. Não me falem sobre direitos e nem sobre respeito ao indivíduo. Se liberdade existe é para o frigorífico Wilson and Company, cujo presidente informou, em Chicago, conforme telegrama do dia 17 do mês passado, que os negócios melhoraram consideravelmente, porque «as autoridades do Brasil estão dirigindo muito melhor a venda de carnes». E os negócios vão melhorar muito mais, mister, com o financiamento que a COFAP está negociando para os frigoríficos. Se direito existe é para a Light que consegue, de surpresa, o aumento das passagens, sob a garantia de todo o aparelho de repressão do Estado.

A palavra liberdade, que foi tão popularizada, aí pelo ano de 1798, pela burguesia tem sido usada tão imprópriamente, que não serve mais para encobrir a mentira dos direitos que são, apenas, de um grupo muito reduzido. É palavra que só tem um sentido exato quando usada pelo povo.

Ana Montenegro

Urbanismo em Brasília

Deficiências urbanísticas existentes nas grandes cidades foram eliminadas em Brasília. As ruas são largas, o tráfego fácil. Em poucos minutos pode-se percorrer uma distância de três, quatro ou mais quilômetros, no centro da cidade. As passagens de nível eliminam a necessidade de sinais luminosos porque não há cruzamentos de ruas num mesmo plano. A pavimentação está bastante avançada. Já se acham asfaltadas as vias que cortam a cidade no sentido longitudinal, entre as quais uma pista central de alta velocidade, e também muitas das ruas transversais. As passagens de nível estão em fase de pavimentação. Entre as pistas foram plantadas faixas de grama.

A arborização da cidade tem grande importância também para minorar uma outra deficiência: a da poeira nos dias de sol, e o da lama, quando chove. E um dos problemas sérios de Brasília e não acreditamos que tão cedo esteja solucionado.

O lago

Elemento de grande efeito na paisagem da nova capital é o lago de Brasília. A cidade é contornada por qua-

tro das centenas ou milhares de pequenos cursos d'água que abundam na região no Planalto Central. Esses quatro riberões unem-se em determinado ponto para formar o rio Paranoá. Barrado o rio, próximo à nascente, refluíram as águas para formar o lago, que envolve a cidade por três lados. De uma extremidade a outra, mede 40 quilômetros e, em seus pontos de maior largura, aproximadamente a distância Rio-Niterói, no percurso das barcas. Sua utilização será múltipla. Alimentará uma hidrelétrica de 27 mil KW, a poucos quilômetros de Brasília, será usado como via para o transporte entre diferentes pontos da cidade e também como centro para esportes aquáticos. Oscar Niemeyer, aproveitando uma particularidade do terreno, projetou uma bela sede para o futuro clube de Brasília.

Clima de sanatório

Outro fator positivo de Brasília é o clima. Passo a palavra ao dr. Cardoso, médico do IAPI, que se transferiu do Rio para a nova cidade: «O clima é de sanatório. Frio, mas não excessivamente, e seco». De fato, não deixei de surpreender-me quando, tendo deixado o Santos Dumont em pleno verão carioca, chego a Brasília e encontro velhos amigos metidos em roupas de lá...



— Não faz diferença: por toda parte onde se vá, de dia, como à noite, trabalha-se em Brasília. Todos esperam a mudança para 21 de abril e querem entregar tudo a tempo e a hora. Mesmo nos 28 andares do anexo do palácio do Congresso, que só ficará pronto em setembro, o trabalho não pára e as luzes só se apagam quando o sol já está para nascer.

NOVOS RUMOS

BRASÍLIA À NOITE

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, Semana de 11 a 17 de Março de 1960 N° 54



Festa da posse

Os lavradores comemoraram a desapropriação das terras do Engenho Galiléia com uma grande festa, (foto) na qual comeram cinco bois, vários porcos, perus e galinhas. Inúmeras autoridades estiveram presentes, inclusive o artista Abelardo da Hora, que ofereceu uma escultura aos lavradores em homenagem a sua vitória

Vitória das Ligas Camponesas

Comendo 5 bois festejaram a posse da terra

Os 1 080 habitantes do Engenho Galiléia já dormem tranquilos. Acabou vitoriosa a luta por eles travada durante três anos, resistindo aos ataques da polícia e dos capangas dos latifundiários, que tudo fizeram para expulsá-los da terra que lhes dá o sustento.

Os 500 hectares em litígio, — palco de cenas de violência e banditismo — foram desapropriados por uma lei da Assembleia Legislativa do Estado. O governador Cid Sampaio, determinando a sua execução, assegurou aos lavradores a posse das terras, que lhes

serão vendidas a preços módicos, com facilidade de pagamento, e garantia de ajuda técnica.

Comemorando essa vitória, os valentes habitantes do Engenho da Galiléia promoveram uma grande festa de homenagem à Assembleia Legislativa e ao Governador do Estado. Cinco bois, vários porcos e perus foram saboreados no banquete do dia 14 de fevereiro, que contou com a participação de numerosas autoridades federais, estaduais e municipais; de representantes sindicais e associações agrícolas.

Solidariedade, fator de vitória

Em 1956, durante uma assembleia de lavradores na cidade de Vitória, a polícia invadiu a sede da Delegacia da Associação, prendeu o deputado estadual Francisco Julião, conduzindo-o amarrado para o Recife. Era o início das violências. Dias depois o advogado Djaci Magalhães era atacado a bala pelo próprio Juiz da Comarca, amigo dos latifundiários.

Essas violências repercutiram em todo o Estado e suscitaram a revolta e a solidariedade dos deputados, das entidades sindicais e estudantis, e de grande parcela do povo pernambucano, que foi sendo empolgado pela resistência dos lavradores.

Cercados da solidariedade popular, e escudados nos recursos judiciários que iam sendo utilizados por seus advogados, os lavradores conseguiram permanecer nas terras do Engenho, resistindo à expulsão, ao tempo em que lutavam para entrar em sua posse definitiva.

Após 3 anos de lutas, os lavradores obtiveram da Assembleia Legislativa do Estado a aprovação do projeto do deputado Carlos Luis de Andrade, determinando a desapropriação das terras do Engenho Galiléia. No dia em que o projeto ia ser votado, os lavradores promoveram uma grande manifestação de solidariedade ao Poder Legislativo, desfilando aos milhares pelas ruas da cidade do Recife, concentrando-se em frente à Assembleia. Nesse dia o projeto foi aprovado. Comemorando a vitória, os moradores do Engenho Galiléia promoveram a grande festa do dia 14 de fevereiro, quando mataram cinco bois, vários porcos e perus. Na festa estiveram presentes, entre outros, o secretário do Governo, sr. João Monteiro de Melo Filho, que falou em nome do governador Cid Sampaio; Antônio Carlos Cintra, chefe do Gabinete do Prefeito do Recife; Artur Lima Cavalcanti, vice-prefeito do Recife; Murilo Costa Rêgo, líder do Governo na Assembleia Legislativa; deputado Inácio de Lemos; deputado federal Josué de Castro; ex-deputado Clodomir Moraes; jornalista David Capistrano; inúmeros dirigentes sindicais; o escultor Abelardo da Hora, que ofereceu um trabalho seu aos lavradores, além do deputado Francisco Julião e do advogado Djaci Magalhães, dois dos grandes capangas da vitória.

Início da luta

O Engenho Galiléia está localizado no município de Vitória de Santo Antão, a 50 quilômetros de Recife. O seu solo, embora muito pobre, alimenta de verduras e mandioca as populações de Vitória e do Recife. A família Beltrão, com títulos de propriedade, havia decidido expulsar as 192 famílias que ali habitam com os seus 432 filhos menores. Os lavradores, por outro lado, resolveram não deixar as terras. Dessas duas decisões surgiu uma luta que chegou a assumir aspectos de indescritível selvageria, tendo a sua repercussão ultrapassado as fronteiras de Pernambuco e agitado as colunas dos jornais da Capital da República.

Quando os Beltrões investiram contra os lavradores do Engenho, as 192 famílias que ali habitam viviam mais ou menos dispersas. Havia na localidade uma delegacia da Associação Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, cuja atividade se limitava à ajuda mútua entre os seus associados: em caso de morte, providenciava a compra de um caixão para o defunto, coisa que antes não era feita, e que causava muito desgosto aos lavradores. Essa Associação começou a se preocupar com outras reivindicações dos lavradores, como a da terra, quando a família Beltrão aumentou os fôros em mais de cem por cento. Os trabalhadores e suas famílias decidiram que não pagariam o aumento, e não pagaram. Os Beltrões entraram com ação de despejo. Desde então os camponeses começaram a se dirigir com mais frequência à Delegacia da Associação, que passou a licer a luta, iniciando a batalha judiciária, através dos seus advogados — Francisco Julião e Djaci Magalhães.



Vítimas do Latifúndio

Essas duas crianças já podem brincar tranquilas nas terras do Engenho Galiléia, onde durante mais de três anos os seus pais travaram uma batalha sem tréguas contra a polícia e os capangas dos latifundiários, que pretendiam expulsá-los do solo que há muitos anos vêm cultivando



O homem marcado

O deputado Francisco Julião, combativo advogado dos camponeses, é um homem marcado pelos latifundiários. Na luta pela posse das terras do Engenho Galiléia ele foi diretamente visado pelos capangas dos senhores de engenho. Mas os lavradores, como demonstra a foto, mantiveram-se ao seu lado, lutando até a vitória, conseguida através da desapropriação das terras daquele engenho, situado na cidade de Santo Antão, estado de Pernambuco

Eisenhower falou em paraíso americano...

Brooklin: O Inferno Começa Do Outro Lado da Ponte

MIL talheres foram arrumados nas mesas do Restaurante Fasano, o mais granfino de S. Paulo, para que, entre peitos de frango capão, risoto de cogumelos, champanhas e sobremesas especiais, o presidente Eisenhower, o governador Carvalho Pinto e o presidente do Conselho das Classes Produtoras de SP deitassem falação sobre os povos do Brasil e dos EUA.

Em seu discurso, com a segurança e tranqüilidade de quem comeu bem e bebeu melhor ainda, o presidente Eisenhower, a laudas tantas, afirmou:

«Os proponentes do Marxismo-Leninismo buscam diminuir o sistema americano. Falam das massas exploradas. Certamente, qualquer pessoa que tenha estudado História sabe que o capitalismo, em suas primeiras fases, foi muitas vezes explorador. Mas é ridículo pretender que as condições do século XVIII e início do século XIX existam atualmente na vida econômica dos Estados Unidos. Nosso sistema de livre iniciativa socialmente consciente beneficia a todos, a empregadores e empregados igualmente».

A arenga de Ike, toda ela no diapasão do trecho citado, é mais um elemento, importante porque oficial, que se vem somar ao pesado conjunto de toda uma propaganda bem dirigida e organizada com que o Departamento de Estado, através de suas embaixadas, lança sobre os demais países a «superioridade» do sistema norte-americano. O rádio, a televisão, o cinema, a imprensa «sadia» e outros veículos demonstram diariamente que nada existe no mundo que se possa comparar ao «paraíso americano».

Talvez deliberadamente, talvez por influência da variedade dos vinhos servidos no festim, o presidente Eisenhower não explicou direito em que categoria de benefícios iguais para todos se enquadram os mais de quatro milhões de desempregados confessados em suas próprias estatísticas. Como também não explicou o desespero de uma juventude que não sabe para onde caminha, aterrorizada pelas histórias em quadrinhos e o perigo de uma dizimação atômica, medo cuidadosamente cultivado pelos dirigentes do país. E nem mesmo vendo as nossas favelas, o Ike teve coragem de referir-se às condições de moradia de grande parte da população nova-iorquina.

Mas, como que de propósito, ao mesmo tempo que nos chegava o discurso de Eisenhower, chegava também um suplemento especial de TIEMPOS NUEVOS, revista semanal soviética, com a transcrição de uma série de reportagens de Wood Klein, repórter americano a serviço do NEW YORK WORLD-TELEGRAM AND THE SUN, que é um relato impressionante da mais negra miséria em que vive um número alarmante de moradores de Nova York. Acompanhado de alguns esclarecimentos da redação do NEW YORK WORLD-TELEGRAM AND THE SUN, reproduzimos em seguida, com ligeiros cortes, esse depoimento de Wood Klein.

É a resposta mais insuspeita a algumas afirmações do presidente Eisenhower, feita por antecipação e por um homem que conhece a fundo os problemas da cidade em que reside.

Sob o título geral EISENHOWER FALOU EM PARAÍSO AMERICANO... iniciamos hoje a publicação desse testemunho, numa série de cinco artigos.

Entre a sujeira e a miséria, vive nos cortiços de Nova York mais de um milhão de pessoas. Para ter uma idéia real do que é a vida nessas pocilgas, o New York World-Telegram and the Sun incumbiu Woody Klein, encarregado do problema habitacional, de passar um mês em três dos bairros de cabeças-de-porco mais repulsivos: Upper West Side, Lower East Side e o setor de Williamsburg de Brooklin.

Woody Klein usou o pseudônimo de Ben Clark, ator sem contrato procedente de Los Angeles e que se dirigia para Nova Iorque à procura de emprego. Deixou crescer a barba, vestiu calças sementas de soldado e uma camisa andrajosa. Encaminhou-se para um desses lamentáveis bairros, alugou um quarto mobiliado e pôs mãos à obra.

Horrorizado pela miséria que presenciava, muitas vezes o repórter arrependeu-se haver aceitado a incumbência. Todavia, suportou a prova, para poder dispor dos necessários elementos do julgamento. Passemos a palavra a Woody Klein.

Um cortiço escolhido ao acaso

Certa vez, durante uma chuva torrencial, encontrava-me num sombrio porão no centro do conglomerado infecto de Upper West Side. A água penetrava pelas gotas do teto, escorria pelas paredes do edifício de cinco andares e inundava o assoalho da peça, subindo a 70 milímetros do solo.

uma pia imunda, o tógao recoberto por uma grossa camada de gordura e um refrigerador que exalava um cheiro nauseabundo.

No meu andar havia apenas uma privada para seis apartamentos. José me aconselhou a não utilizá-la. Dei uma espiada e compreendi. Tudo que vi ao percorrer o edifício me causou asco; o aspecto do «banheiro», porém, revolveu-me o estômago.

Nos dias seguintes eu iria ficar

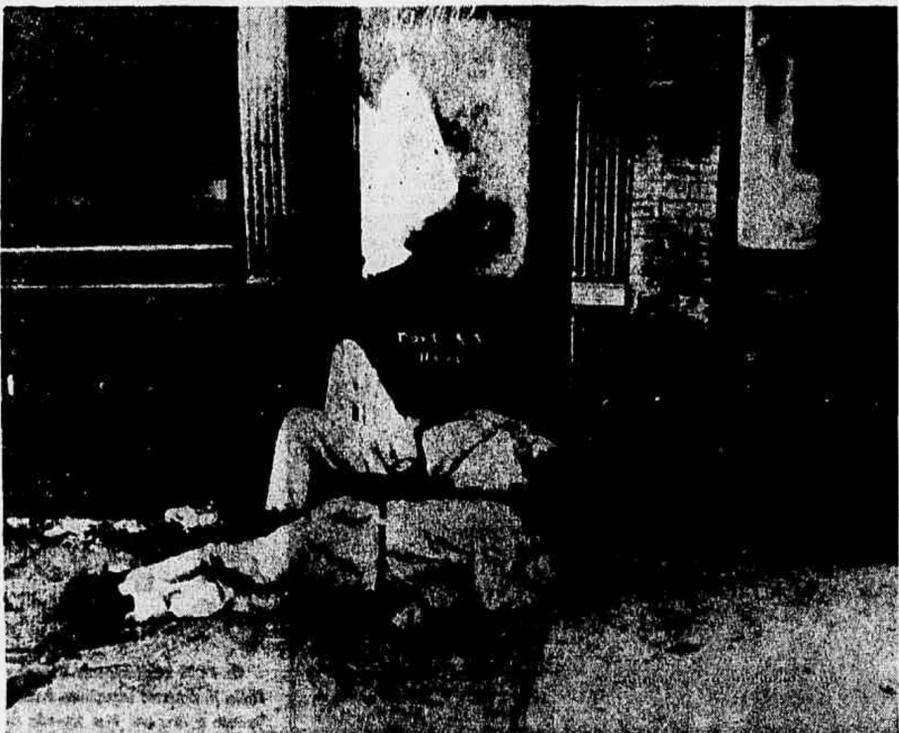
Grande número de homens e mulheres vive toldado pelo vinho, cerveja e uísque barato, gastando na bebida o dinheiro do seguro de desemprego. As garrafas vazias voam pelas janelas, dia e noite, em direção à rua ou ao pátio.

Uma família de quatro pessoas não se pode alimentar, vestir-se e pagar o aluguel com 170 dólares mensais. Com o dinheiro destinado à alimentação, muitas famílias adquirem bebidas alcoólicas.

Em muitos apartamentos, latas

de lixo, móveis e trastes de todas as espécies atravancam a passagem para o corredor e os devãos. As portas de emergência para os casos de incêndio estão de tal modo atulhadas que é impossível abri-las.

Paredes e tetos rachados, estado anti-higiênico das privadas, com os vasos quebrados e sem tábua, encaimamentos oxidados e com vasosmanos, fios elétricos desencapados, caixilhos das janelas partidos, escadas e corrimãos oscilantes: assim são esses apartamentos.



NOVA YORK SEM RETOQUE

Ao lado das luzes brilhantes da Broadway, dos carros de luxo, das grandes noites nos cabarés de Manhattan, Nova York é palco do drama diário de milhares e milhares de seres humanos que vivem nos cortiços da cidade sem destino e sem esperanças. O retrato sem retoques da metrópole é este: homens que vivem quase como animais, procurando aqui e ali um pouco de comida, um lugar para dormir.

assombrado com o desespero daquela gente abandonada, com a prostituição, o tráfico de entorpecentes, os ratos e baratas, a ausência de qualquer ordem ou objetivo na vida de tantas famílias desamparadas.

A tragédia da habitação

Como os demais habitantes de Nova Iorque eu considerava que os tugúrios são parte integrante de qualquer cidade grande. No entanto, morando neles, vivendo ao lado de uma multidão obrigada a alojar-se em casas velhas e insalubres, compreendi toda a extensão da gravidade do problema habitacional.

Durante toda a minha permanência nos cortiços averigüei que o inquilino deve pagar uma quantia excessiva — em muitos casos até 100 dólares por mês — por apartamentos imundos, abomináveis, hediondos.

Dezenas de famílias vivem em tal aperto que se torna impossível a existência de um mínimo de intimidade pessoal. As crianças dormem sobre as pernas dos pais. Num apartamento constituído por uma peça apenas, mora um chefe de família com sete crianças, em duas camas de casal.

Desprezam-se os mais elementares hábitos de higiene cotidiana: as pessoas não se penteiam, não escovam os dentes, não cuidam da roupa e não tomam banho. Uma mulher com três filhos disse-me que há oito anos não sabia o que era um banho completo. Lavava as crianças na pia da cozinha.

As caixas de fusíveis dos apartamentos servem para guardar os estupeficientes e a maconha usados pelos viciados. Rapazolais e moichas fumam cigarros com marijuana e comerciam com eles.

A qualquer hora do dia ou da noite vêem-se, nos corredores e nos quartos, partidas de jogos de azar, furtos e brigas.

Nota Econômica

O CNE e os Bancos Estrangeiros

O Conselho Nacional de Economia enviou à Câmara dos Deputados um parecer contrário ao projeto da Lei que proíbe os bancos estrangeiros de operarem com cartelas de depósitos em território nacional. Se fôssemos medir o valor da notícia pelo conceito público de que goza o CNE, este valor seria nenhum. Todos sabem ser o Conselho um dos órgãos-fantasma criados pela Constituição de 46, provavelmente com o objetivo de dar emprego a plebeias e outros traficantes de influência, pois outra não tem sido a sua função. Mas, é também sabido que onde há tráfico de influência o imperialismo se apresenta como comprador. E, precisamente por isso, e porque a sua inexpressividade nada retira das suas atribuições oficiais, o Conselho se transformou num instrumento ativo do imperialismo entre nós.

O caso presente ilustra de maneira eloqüente a sua função. O projeto sobre bancos estrangeiros, em várias e sucessivas redações, apresentado por diversos autores, se encontra na Câmara há quase dez anos, abafado por uma verdadeira cortina de silêncio. Nos últimos meses, entretanto, o movimento nacionalista passou a focalizar nele a sua atenção, procurando o «desengavetamento» do projeto. A Confederação Nacional das Indústrias, por seu lado, deu um valioso apoio aos nacionalistas, aprovando em sua recente reunião plenária, realizada em janeiro passado na Capital de Goiás, um voto especial de recomendação do projeto. O Partido Trabalhista Brasileiro, em seus acordos com a maioria parlamentar e o Governo, insistiu em que a aprovação do projeto, durante o corrente ano, fosse uma das condições indispensáveis para a apresentação da candidatura do sr. João Goulart à vice-presidência da República, ao lado do marechal Lott.

Assim, tudo se concertou para que o projeto sobre os bancos estrangeiros seja efetivamente examinado pela Câmara. Ocorre, entretanto, que à frente da Comissão de Economia da Câmara está uma velha e matreira raposa entreguista, o sr. Daniel Faraço, justamente um dos grandes responsáveis pelos dez anos de silêncio com que a Câmara travou o projeto. Sentindo o perigo, o sr. Faraço resolveu deixar o silêncio e passar ao contra-ataque. Como Presidente da Comissão, pede a opinião do CNE, e tão logo chegou à Câmara a resposta do Conselho ele passou a repetir para a imprensa os argumentos que este lhe veio fornecer contra a aprovação do projeto.

Ai está a importância deste parecer do CNE, apesar de que ninguém dá séria importância ao seu conteúdo e idoneidade dos que compõem este Conselho. Em nosso país, vimos, há poucos meses, como ele procurar impedir, com outro «parecer» semelhante, o

Dicionário

Balanco de Pagamentos

Dá-se o nome de balanço de pagamentos à contabilidade do conjunto das operações comerciais e financeiras do país com o exterior, durante um determinado período. Assim como qualquer empresa particular, para pagar impostos e para orientar-se em sua própria atividade, é obrigada a fazer «balanços» semestrais e anuais de suas contas, um país deve cuidar da elaboração periódica de seu balanço de pagamentos com o exterior. Tanto maior poderá ser a capacidade de um país de disciplinar, corrigir e expandir, num sentido favorável aos seus interesses, as suas relações com o exterior, quanto maior for o rigor, a finalidade e a precisão com que elabore os seus balanços de pagamentos.

No Brasil, a elaboração do balanço de pagamentos é viciada pela preocupação de mascarar e esconder a ação do capital estrangeiro imperialista no país. Ela é confiada à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que publica os seus resultados parciais e globais, mensalmente, em seus «Boletins» e, anualmente, em seus «Relatórios». Porque o nosso país está dentro da chamada «área do dólar» ou seja, a área de dominação do imperialismo norte-americano, o nosso balanço de pagamentos é feito em dólar; todas as moedas, inclusive o cruzeiro, são traduzidas por seu valor em moeda lanque, para que as transações em que elas serviram de veículos sejam lançadas no balanço.

O esquema com que a SUMOC elabora o balanço é um esquema-padrão, formulado pelo Fundo Monetário Internacional. Ele agrupa todas as operações comerciais e financeiras do país com o exterior em sete «itens», a saber: A) «Mercadorias e serviços», compreendendo as exportações e importações, turismo, fretes, seguros, remessas de lucros e de juros sobre empréstimos considerados «serviços de capital», as despesas e receitas dos serviços diplomáticos, e um sub-tem geral, chamado «serviços diversos», no qual a SUMOC esconde, entre outros os pagamentos de «royalties» e patentes; B) «Doativos», compreendendo as remessas graciosas do Governo e de particulares, feitas e recebidas (também utilizado largamente pelas empresas estrangeiras para dissimular remessas de lucros); C) «Capitais particulares», compreendendo o movimento de investimentos, empréstimos e financiamentos de particulares; D) «Capitais oficiais», compreendendo os empréstimos e amortizações recebidos e pagos pelo governo; E) «Erros e omissões»; F) «Atrasados comerciais»; e G) «Financiamento oficial compensatório». Os dois últimos compreendem as diversas formas de financiamento dos «deficits» registrados na soma dos «itens» A a G, que são simplesmente chamados de «deficits do balanço de pagamentos».

restamento de relações, mesmo comerciais, entre o Brasil e a União Soviética. Temo-lo visto contrariando sistematicamente iniciativas que interessam ao imperialismo norte-americano, e nunca o vimos tomar uma iniciativa que não interessasse ao imperialismo norte-americano.

Quais são, entretanto, os argumentos do CNE contra o projeto de proibição de depósitos em bancos estrangeiros? Tudo se resume nisso: a maior parte dos lucros dos bancos estrangeiros vem das operações cambiais, e não das operações com depósitos; os depósitos colocados em bancos estrangeiros representam apenas 5% do total dos depósitos bancários no país; por isso, finalmente, é devidamente das vantagens de uma medida de caráter compulsório, causadora de reações psicológicas, que podem ser prejudiciais aos interesses do país — ou, em outras palavras, o projeto não deve ser aprovado porque isso causaria a ruína dos imperialistas norte-americanos.

Os nacionalistas, no entanto, não estão interessados em nada disso. Em primeiro lugar, o fato de que a maior parte dos lucros dos bancos estrangeiros vem das operações cambiais, ao contrário de representar um argumento contra o projeto, atua a seu favor, pois, a ser verdade isso — o que não sabemos, e nem sabemos como o CNE conseguiu tamanha intimidade com a contabilidade ultra-secreta dos bancos estrangeiros! — não será então mais fácil aprovar o projeto? Em segundo lugar, os nacionalistas querem aprovação do projeto para eliminar, pelo menos em parte, a influência política antifuncional que a manipulação de uma parcela considerável dos depósitos bancários dá aos bancos estrangeiros. Mesmo sendo apenas 5% do total dos depósitos, estes 5% representam uma soma formidável de cerca de 18 bilhões de cruzeiros, retirados da chamada poupança nacional, que aqueles bancos utilizam, como cedentes de empréstimos, para reforçar a influência imperialista na economia do país. E esta influência política não se mede em porcentagens.

Finalmente, deve-se dizer que os nacionalistas não se preocupam de forma alguma com a ruína que a aprovação do projeto despertará no imperialismo. Pelo contrário, eles estão dispostos e mesmo desejosos de lutar contra o imperialismo sobretudo quando se trata de uma medida primária de soberania como esta, que nenhum país independente no mundo inteiro deixou de tomar.

Introdução ao Programa do Partido Comunista do Iraque

Divulgamos abaixo, de um texto publicado no jornal «Ittihad Ach-Chaab» («União do Povo») e em tradução de nosso colaborador dr. Jorge Karam, a Introdução ao Programa do Partido Comunista do Iraque. O jornal «União do Povo» é o órgão central do P.C.I.

O Partido Comunista do Iraque luta pela realização das tarefas da revolução de 14 de Julho, que foi possível e vitoriosa graças à ação do nosso bravo exército e ao apoio de nosso grande povo, sob a direção de Abd-El-Karim Kassem, fundador e dirigente da primeira República Iraqueana.

Na definição destas tarefas, o P. C. I. leva em conta a natureza da atual revolução, as condições objetivas de nosso país e as peculiaridades de nossa sociedade, guiando-se pelas leis e os princípios do socialismo científico.

A nossa revolução derrubou o retrógrado regime monárquico, semi-colonial e semi-feudal, e deu largos passos na liquidação de suas bases econômicas, jurídicas e ideológicas. Sobre os restos desse regime foi instituído um governo republicano independente libertador — contra o imperialismo — e democrático — contra a reação e os restos feudais.

A revolução de 14 de Julho, que dirigiu fundamentalmente seus golpes contra a dominação imperialista, contra a exploração feudal e o velho absolutismo, é em essência uma revolução popular, de que participam milhões de camponeses, operários e demais camadas de todo o povo.

Nas condições históricas atuais do mundo — existência e fortalecimento do campo socialista, popularização das ideias progressistas e da influência do movimento operário na evolução social — o caráter popular da revolução tem um relevo e uma importância extraordinários.

Tarefas fundamentais

Assim, as tarefas fundamentais da revolução, dada seu caráter libertador e democrático, são: a) Emancipação completa do país das restas de dominação e exploração colonial e imperialista; b) Liquidação dos latifúndios e seus apêndices no campo; c) Reforma agrária; d) Industrialização do país; e) Garantia das liberdades democráticas para o povo; f) Elevação de seu nível de vida material e cultural.

A realização destas tarefas prende-se à defesa da República e à concretização de seu programa libertador e democrático.

Tais são, de modo geral, as tarefas fundamentais da atual etapa histórica. Elas não visam alterar as relações de produção capitalistas. Por isso mesmo a sua execução não interessa exclusivamente a uma só classe e, sim, a todas as classes e camadas populares e patrióticas, operários e camponeses, pequena e média burguesias e a burguesia nacional.

Na caracterização das forças sociais impulsionadoras da revolução, devemos levar em conta a composição nacional da nossa sociedade. Ao lado de outras minorias nacionais, compõem fundamentalmente a sociedade iraquiana duas nacionalidades principais: a árabe e a curda.

Fortes laços materiais e históricos ligam os filhos destas nacionalidades. Laços de cooperação fraternal que durante séculos se estabeleceram e se fortaleceram pela vida em comum dentro da mesma pátria e pela luta que juntos empreenderam pela libertação nacional e que teve seu êxito com a vitoriosa Revolução de Julho.

Assim, o cumprimento das tarefas da revolução interessa e obriga igualmente tanto aos árabes, curdos, turcomenos e outros, independentemente de suas divergências religiosas ou tendências

políticas. Constituído os árabes a maioria ponderável no conjunto do iraquiano, torna-se necessária a proclamação e garantia dos direitos nacionais do povo curdo e a igualdade legal de todas as demais minorias, dentro de um amplo espírito de cooperação democrática e fraternal de todos os povos que compõem a República do Iraque.

A garantia do exercício destes direitos nacionais do povo curdo se prende à luta pela preservação da República, à consolidação e ao desenvolvimento de suas conquistas democráticas. A experiência e o êxito da luta em comum por um Iraque livre e democrático servirá de exemplo e inspiração aos demais filhos do povo curdo que vivem em outros países vizinhos e os levará à luta pela sua libertação.

O P.C.I. afirma que o Iraque é parte integrante da grande pátria Árabe, pois está ligado aos demais povos árabes por laços históricos e características comuns, como a língua, a cultura, etc. Entretanto, em consequência de uma longa dominação imperialista, o povo árabe se acha hoje dividido em vários países, em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e cultural. Por isso mesmo, o problema da unidade árabe deve ter uma característica primordial que é a luta comum pela libertação nacional. A solidariedade e a coesão nesta luta pela emancipação econômica e política e pela democracia é, no fundamento, o melhor meio de consolidar e desenvolver estes laços históricos e levar a uma unidade mais ampla, tendo em consideração o livre consentimento dos povos de cada um destes países.

A revolução de 14 de Julho, que libertou o Iraque, desferindo um golpe de morte no inimigo comum, contribuiu de forma considerável para a libertação total do conjunto dos povos árabes.

Por isso mesmo, a consolidação da República do Iraque e a defesa de suas conquistas interessa a todos os povos árabes irmãos, assim como interessa a nós o seu apoio e a sua solidariedade.

A realização destas tarefas, que fazem parte do conjunto da luta anti-imperialista e contra todas as forças retrógradas, une também o povo do Iraque a todos os demais povos do Oriente e de todo o Mundo. Entre todas estas forças, em que nos apoiamos para consolidar as conquistas da nossa República, devemos destacar a União Soviética, os demais países socialistas amigos, o movimento operário internacional, os movimentos de libertação nacional e todas as forças de paz do mundo. São estas as forças, internas e externas, com que contamos.

Vejamos agora quais os nossos inimigos. São os imperialistas e os feudais que, como lacaios recrutados entre o que há de mais retrógrado e corrupto, formam suas redes de espionagem e formam suas cadeias conspirativas e procuram destruir as nossas conquistas democráticas e progressistas.

Nesta luta contra os inimigos da revolução e pela execução de seu programa, na presente etapa histórica, devem-se unir todas as classes e camadas patrióticas da nação.

Contradições e Frente Única

Está claro que existem contradições entre estas classes e camadas, expressão de interesses econômicos divergentes, e que se refletem nas contradições políticas e ideológicas entre os partidos representantes destas mesmas classes e camadas. Estas contradições se sentem particularmente quando se trata de solucionar os complexos problemas que a realidade da atual etapa coloca em pauta.

Entretanto, estas contradições, por

mais agudas que sejam, são contraditórias internas, no seio do próprio povo, tendo uma importância secundária em relação às contradições que existem entre a revolução e seus inimigos. Portanto, elas não devem impedir a união destas forças políticas e a sua cooperação na solução dos problemas comuns que interessam a todas as classes e camadas patrióticas. Esta cooperação é necessária, pois nenhuma classe isolada é capaz de resolver sozinho as tarefas da revolução.

Assim a questão da Frente Única Patriótica assume uma relevante significação histórica.

Como os operários e os camponeses constituem a maior e a principal força social do país, sua aliança torna-se a base mais sólida desta Frente Única Patriótica e da luta de todas as classes e camadas contra o imperialismo e na defesa dos interesses comuns.

Esta cooperação entre as diferentes classes e grupos nacionais não supõe o desaparecimento das contradições econômicas, políticas e ideológicas; nem tampouco a dissolução de qualquer dos grupos ou partidos dentro da Frente. É possível e é necessário que cada um destes mantenha e conserve a sua independência política e orgânica e mesmo propague e defenda seus princípios e suas ideias através de processos democráticos. Por isso mesmo, impõe-se que haja entre os componentes da frente discussões e críticas fraternais e construtivas, tendo em conta os interesses gerais do povo. Compreende-se também que as contradições secundárias devem ser relegadas para uma posição secundária, firmando-se a Frente em princípios de cooperação política e econômica entre as classes e seus representantes oficiais, dentro de um programa comum. Em síntese, a colaboração e a unidade entre as diferentes correntes políticas devem compreender tanto os setores populares como os governamentais.

Pela natureza da etapa por que passa nosso país, os direitos de propriedade privada dos nacionais devem ser rejeitados, devendo a nacionalização atingir somente as empresas estrangeiras e as de serviço coletivo. A criação de uma indústria nacional e o estímulo aos capitais nacionais em seu desenvolvimento progressivo, exigem a participação do Estado, máxime na criação de uma indústria pesada, assim como a cooperação entre os setores estatal e privado, tendo em vista o progresso do país, a sua reconstrução econômica e o aumento da produção.

A criação de uma economia nacional sólida e florescente depende em última análise das forças produtivas da sociedade, particularmente dos milhões de operários, camponeses e de todas as massas trabalhadoras que, com o seu trabalho, criam os valores e a riqueza da nação. De modo que o alívio da exploração que pesa sobre estas massas e a elevação de seu padrão de vida constituem a condição necessária para o desenvolvimento econômico e o progresso do país. Por seu lado, as massas trabalhadoras, particularmente a classe operária sabem que a elevação de seu padrão de vida depende do florescimento de uma economia nacional desenvolvida. De modo que, na presente etapa, pode haver cooperação entre estas massas trabalhadoras e os donos das empresas, assim como entre os camponeses e as organizações estatais, uma vez que estão em jogo os interesses da nação, a sua independência política e econômica e o aumento da riqueza nacional. Pesando sobre os ombros dos trabalhadores a maior quota de sacrifício nesta reconstrução econômica do país, exige-se da parte dos donos de empresa maior compreensão para as reivindicações da classe operária, como salários mais

elevados, maior remuneração por horas extra de trabalho e mais sólidas garantias de seguro e previdência social.

Evolução para o socialismo

A luta pela preservação e consolidação do regime republicano, democrático e independente, exige que se liquidem os restos das forças reacionárias inimigas da revolução, internas e externas. Para isto, torna-se necessária uma política firme orientada no sentido de suprimir todas as bases destes inimigos, o controle e a restrição das liberdades destes setores que tramam e conspiram contra a integridade da nação. O apoio do povo e a outorga de amplas liberdades democráticas para as massas populares patrióticas e leais, são a maior e melhor garantia para a defesa da República e para o afastamento dos perigos que sobre a mesma ainda pesam.

Conclui-se daí ser possível e necessário que as forças patrióticas devem-se unir nesta luta pela preservação da República e pela execução de seu programa libertador e democrático e de todas as atuais tarefas da revolução.

Deve-se tornar claro que este programa, que o P. C. I. apresenta e por cuja realização lutar, não contém objetivos socialistas. Entretanto, depende de sua concretização criar todas as condições necessárias para o desenvolvimento do país e a sua evolução para o socialismo.

É sob este regime republicano e democrático, criado pela revolução de 14 de Julho, que o P.C.I. se compromete a lutar, democraticamente e pacificamente, pela realização de suas tarefas e pela vitória de todos os seus objetivos.

Teoria e Prática

Lott, Jânio Quadros e o Desenvolvimento

Na nota anterior procuramos indicar os pontos que devem constituir uma política de desenvolvimento independente, isto é, uma política que promova o progresso do país não como um fator de maior penetração do capital estrangeiro e mais profunda subordinação de nossa economia aos trusts imperialistas mas, ao contrário, como um fator básico para a conquista de nossa efetiva emancipação e de uma vida mais feliz para o nosso povo.

Diante deste problema, qual a posição dos dois candidatos à presidência da República? Que tipo de desenvolvimento é defendido por Teixeira Lott e Jânio Quadros?

Em recente entrevista à televisão carioca Jânio Quadros, tentando responder à crítica que o aponta como inimigo do desenvolvimento, afirmou: tanto não sou contrário ao desenvolvimento que quando governador, consegui que se instalassem em S. Paulo várias indústrias estrangeiras. Isto é bastante para definir a modalidade de desenvolvimento defendida pelo amigo de Rockefeller. Ai está o que Jânio faria caso chegasse ao poder: abrir ainda mais as portas do país à penetração do capital estrangeiro, à ação colonizadora dos trusts. Neste mesmo sentido é que ele se proclama um homem da elite empresarial e um partidário da reforma cambial nos moldes do que é exigido pelo Fundo Monetário Internacional. Não é difícil concluir quanto ao que resultaria disto: o domínio ainda mais absoluto dos monopólios imperialistas sobre a vida nacional e o aparelho de Estado, o estrangulamento da indústria brasileira, uma pilhagem ainda maior dos frutos do trabalho de nosso povo através das remessas de lucros, o agravamento da crise cambial e, no fim de contas, uma carestia de vida ainda mais insuportável para as massas. Jânio é partidário de um desenvolvimento que se assegura vantagens aos trusts, prejudicando os interesses nacionais e piorando as condições de vida do povo.

Lott, ao contrário, tem sustentado insistentemente a tese de que o desenvolvimento econômico deve conduzir à completa emancipação nacional. Este foi o sentido de seu discurso na Convenção do PTB. E, ainda agora, em entrevista ao «Jornal da Bahia», afirma categoricamente que é necessário assegurar para o Brasil um desenvolvimento independente. Os pontos da plataforma do candidato nacionalista por ele expostos confirmam a seriedade com que Lott expõe esta tese: proteção e estímulo às iniciativas nacionais, rigorosa limitação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras, intocabilidade da Petrobrás e de outras empresas pertencentes ao Estado, utilização em primeiro lugar dos recursos do próprio país, comércio exterior e diplomacia sobre a base de vantagens recíprocas e respeito à soberania da nação, recusa às imposições de órgãos imperialistas como o FMI, intensa formação de técnicos brasileiros, etc.

As ideias de Jânio sobre desenvolvimento se casam perfeitamente com as pretensões dos imperialistas norte-americanos, de seu «velho amigo» Nelson Rockefeller. São as ideias de Eugénio Guilin, de «O Globo» e o «Estado de S. Paulo». As ideias de Lott, por outro lado, são aquelas pelas quais vêm lutando os nacionalistas, inclusive contra o setor pró-imperialista do Governo. Lott se propõe a prosseguir os aspectos positivos das realizações do atual Governo corrigindo-as no que tem de prejudicial aos interesses da nação e do povo. Em suma: Lott defende e se compromete a realizar uma política de desenvolvimento independente.

Saudação de Cunhal e seus camaradas

Retornamos Ao Pôsto De Combate

Alvaro Cunhal e seus camaradas do Partido Comunista Português, que há pouco conseguiram evadir-se da fortaleza de Peniche, onde se achavam encarcerados pela ditadura fascista de Salazar, dirigiram aos seus compatriotas e aos comunistas e pessoas progressistas de todo o mundo, uma calorosa saudação de agradecimento. É a seguinte a mensagem de Cunhal e seus companheiros:

«Ao alcançarmos a liberdade e ao reformarmos o posto de combate, saudamos antes de mais o nosso Partido e o povo português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje, na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e legalidade.

Saudamos todos os portugueses honrados, qualquer que seja a sua ideológica ou crença religiosa; saudamos todas as forças e correntes anti-salazaristas, salientando a importância e a urgência da Unidade, como condição fundamental para a solução do problema político português.

Sem o decisivo auxílio do Partido

Comunista Português e da sua direção — a qual manifestamos toda a nossa confiança —, sem a coragem, o espíri-



Alvaro Cunhal

to de sacrifício e o apoio de numerosos comunistas e portugueses sem partido que nos ajudaram, não teria sido possível levar à cabo com êxito a nossa libertação.

Não queremos deixar de manifestar o reconhecimento pelas provas de simpatia e solidariedade ativa que, enquanto encerrados, nos foram prestadas, assim como aos restantes presos antifascistas, pelo nosso povo e pelo movimento operário e democrático internacional, que tanto contribuíram para a defesa das nossas vidas.

Muitos dedicados filhos do povo português continuam nas prisões fascistas, sofrendo torturas e longos anos de prisão. A ação dos patriotas portugueses apoiada pelos trabalhadores e democratas do mundo conseguirá libertá-los também.

Alvaro Cunhal, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Francisco Miguel, Guilherme da Costa Carvalho, Pedro Soares, Carlos Costa, Francisco Martins Rodrigues, Rogério de Carvalho e José Carlos, 3 de janeiro de 1960».

História do Movimento Operário

Em 1891, dois anos depois, portanto, do seu Congresso de fundação, a II Internacional realizava o Congresso de Bruxelas, ao qual compareceram 337 delegados. No essencial, discutiram-se ali as mesmas questões que tinham sido abordadas em Paris. Entre os problemas novos que figuraram na ordem-do-dia destacava-se o da greve e do boicote, em ligação com o qual discutiu-se também o da organização sindical.

A delegação alemã, ao opinar sobre esses problemas, reconheceu que a greve e o boicote eram de grande importância na luta contra a exploração capitalista. Ao mesmo tempo, entretanto, defendeu a ideia de que se devia ter toda prudência no emprego dessas formas de ação.

Os anarquistas de diferentes países europeus viviam acusando os social-democratas alemães por adotarem esses pontos-de-vista. Diziam que eles tinham a luta, que demonstravam exagerado apego ao parlamentarismo. No Congresso de Bruxelas, porém, se começaram a atacar logo quando do debate sobre o militarismo.

Coube a W. Liebknecht relatar este assunto em plenário. Partindo embora de premissa correta de que a guerra é um mal gerado pelo capitalismo, dada a própria natureza deste, Liebknecht não apontava qual o caminho a trilhar nem que tarefas cumprir na luta contra o militarismo.

O projeto de resolução apresentado ao Congresso, de autoria do francês Vaillant e do próprio Liebknecht, sofria do mesmo defeito. Os operários de todos os países, — era o mais que se afirmava nele, — deveriam protestar com vigor contra o militarismo e as alianças de política externa e tudo fazer pelo triunfo do socialismo através do trabalho infatigável em prol da aperfeiçoamento da organização internacional do proletariado.

O anarquista holandês Domela Nieuvenhuis, critican-

Os primeiros tempos da II Internacional

do o projeto, — que classificou de pura fraseologia, — propôs que em caso de guerra os socialistas de todos os países conclamassem os respectivos povos a declarar a greve-geral contra a guerra. Apesar de muitas das críticas de Nieuvenhuis serem acertadas, suas propostas de ação eram falsas, penetradas de nítido sentido anarquista. Liebknecht mostrou que a greve-geral do representante holandês, ela, sim, é que não passava de pura frase, pois é impossível declarar de antemão uma greve, proclamar antecipadamente a revolução. Mas ali se detinha a crítica do destacado dirigente alemão, que se mostrava assim incapaz também, por seu lado, de situar concreta e consequentemente o problema da greve-geral. A discussão em torno dessa importante forma de luta de massas só voltaria à ordem-do-dia muitos anos mais tarde, por ocasião da revolução de 1905 na Rússia.

O Congresso aprovou o projeto de resolução Vaillant-Liebknecht. Os anarquistas foram derrotados em Bruxelas, embora não definitivamente. Quem venceu foi o marxismo, que continuaria, nos anos subsequentes, a enfrentar-las e aos oportunistas de direita, em luta que se foi tornando mais e mais acirrada.

Em 1893, em Zurique (Suíça), presentes 411 delegados, reuniu-se o congresso seguinte da Internacional. Era extensa a ordem-do-dia, nela destacando-se três questões principais: a tática política dos social-democratas (posição dos socialistas face a atividade particular), a tática do proletariado em caso de guerra, e a festa de 1º de maio.

(LIV)

do social-democrata russo G. V. Plekhanov, que sustentava a informação sobre a conduta a adotar pelos socialistas em caso de guerra. No projeto de resolução que submeteu à consideração do Congresso e que foi adotado, Plekhanov, depois de mostrar que a greve-geral só se estabeleceria após a destruição do capitalismo, com a extinção das causas que geram as guerras, apresentava propostas concretas de ação contra o militarismo. Os representantes dos partidos operários no parlamento tinham a obrigação de votar contra os créditos para fins militares, deviam manifestar-se incessantemente contra a manutenção dos exércitos permanentes e contra o recrutamento.

Quanto ao 1º de maio votando embora contra a proposta de alguns dirigentes social-democratas alemães e socialistas ingleses — que propunham — que a festa de 1º de maio em dia certo, mas no primeiro domingo de maio — o Congresso fez concessões ao fundo oportunista de Nieuvenhuis. Em sua resolução, com efeito, dizia-se que o dia 1º de maio deveria ser feriado pelos trabalhadores em qualquer país onde não houvesse condições. Ao mesmo tempo, a resolução acolhia a tendência errônea dos dirigidos no vários partidos de limitar as comemorações do dia dos trabalhadores no terreno estritamente legal, com a renúncia aos métodos de luta revolucionários — as greves e demonstrações.

A sessão de encerramento do Congresso de Zurique foi presidida por Frederico Engels. Em seu discurso final, ele internacionalizou o desenvolvimento do movimento operário, os êxitos alcançados pela II Internacional no trabalho de congregar as forças da classe operária. Foi este o último congresso proletário de que Engels participou. Dois anos depois faleceu.

NOVOS RUMOS



A face da covardia

Como sempre, a valentia dos policiais manifestou-se apenas quando o oponente não tinha condições de oferecer resistência. Foram corajosos para espancar e prender o presidente da UNE e outros estudantes indefesos. Mas quando se tratou de enfrentar os acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito, barricados no interior da escola, a coisa foi diferente. Os policiais atiravam bombas de gás lacrimogêneo e recebiam de volta cadeiras, mesas, pedras e outros projéteis. Incapazes de invadir a Faculdade, os «tiras» começaram a se acovardar. A foto nos dá uma idéia do medo dos esbirros. Olhar esgazeado, mãos suplicando que os estudantes suspendessem o bombardeio. No primeiro plano à esquerda, vemos o chefe dos beaguins, inspetor Soares, um dos mais apavorados.

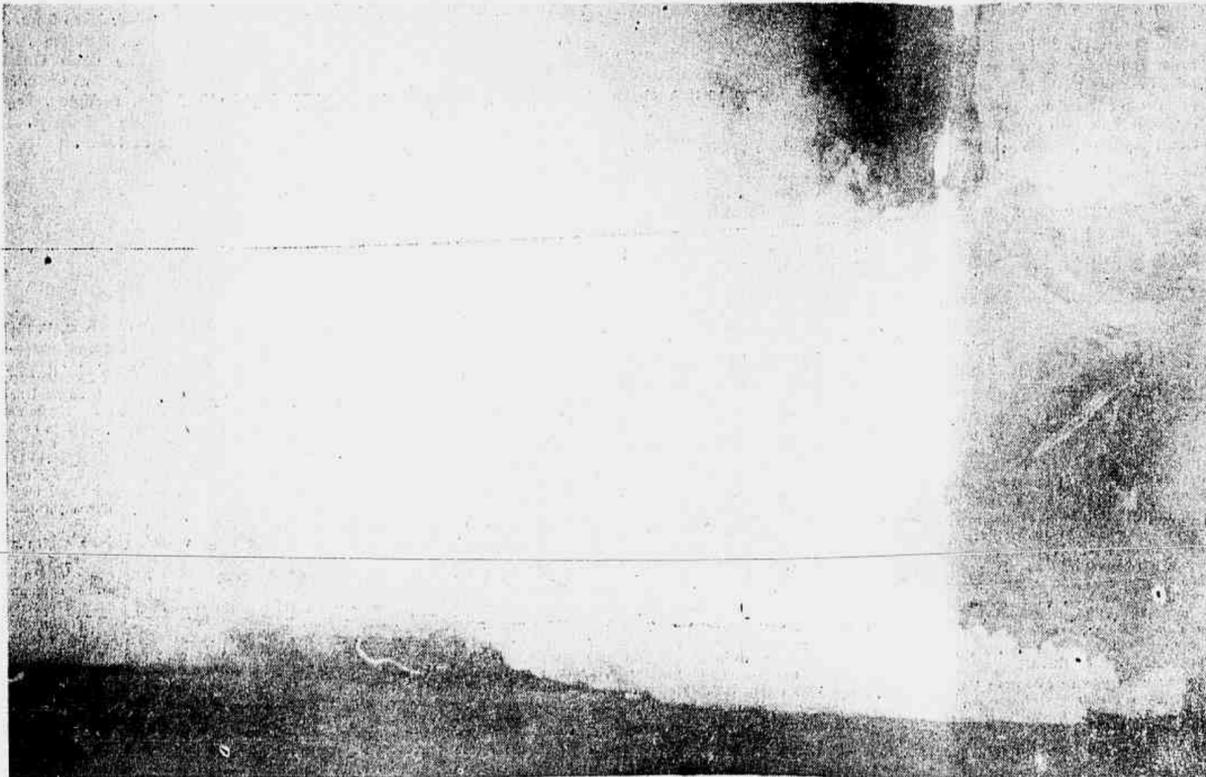


Esperem por mim

Quando mais acesa era a luta na Praça do CACO (FND), chegou o reitor da Universidade do Brasil, professor Pedro Calmon, e pediu que os estudantes interrompessem a batalha contra os policiais para que ele pudesse entrar no prédio.

Repelido o agressor

O cerco policial ao prédio da FND durou mais de duas horas e meia. Vitoriosos, depois de impedir a invasão de sua escola, os estudantes saíram para a marquise e começaram a entoar o Hino Nacional, em regozijo pela retirada das forças policiais derrotadas. Ao centro da fotografia vemos um estudante sobraçando a bandeira brasileira que, durante a batalha, esteve hasteada a meio-pau. Outro detalhe que pode ser notado são os vidros das janelas partidos por bombas atiradas pelos policiais. Nenhuma vidraça da FND ficou inteira após o combate.



Guerra Química

A ira dos desesperados diante da heróica resistência dos estudantes voltou-se também contra doentes e inválidos recolhidos ao Hospital Souza Aguiar. As dezenas de bombas de gás lançadas contra a Faculdade e o próprio Hospital, obrigaram a evacuação daquele nosocômio, pondo em perigo a vida de numerosas pessoas. Uma criança perdeu a vida e vários doentes tiveram agravado o seu estado.



O saber e a fôrça

A direita, de cassetete, revólver à cinta, pistola de bomba de gás à mão, camisa desabotoada, o Polícia Especial. A esquerda, o professor Hermes Lima, diretor da Faculdade sitiada

Não pode
ser vendido
separadamente

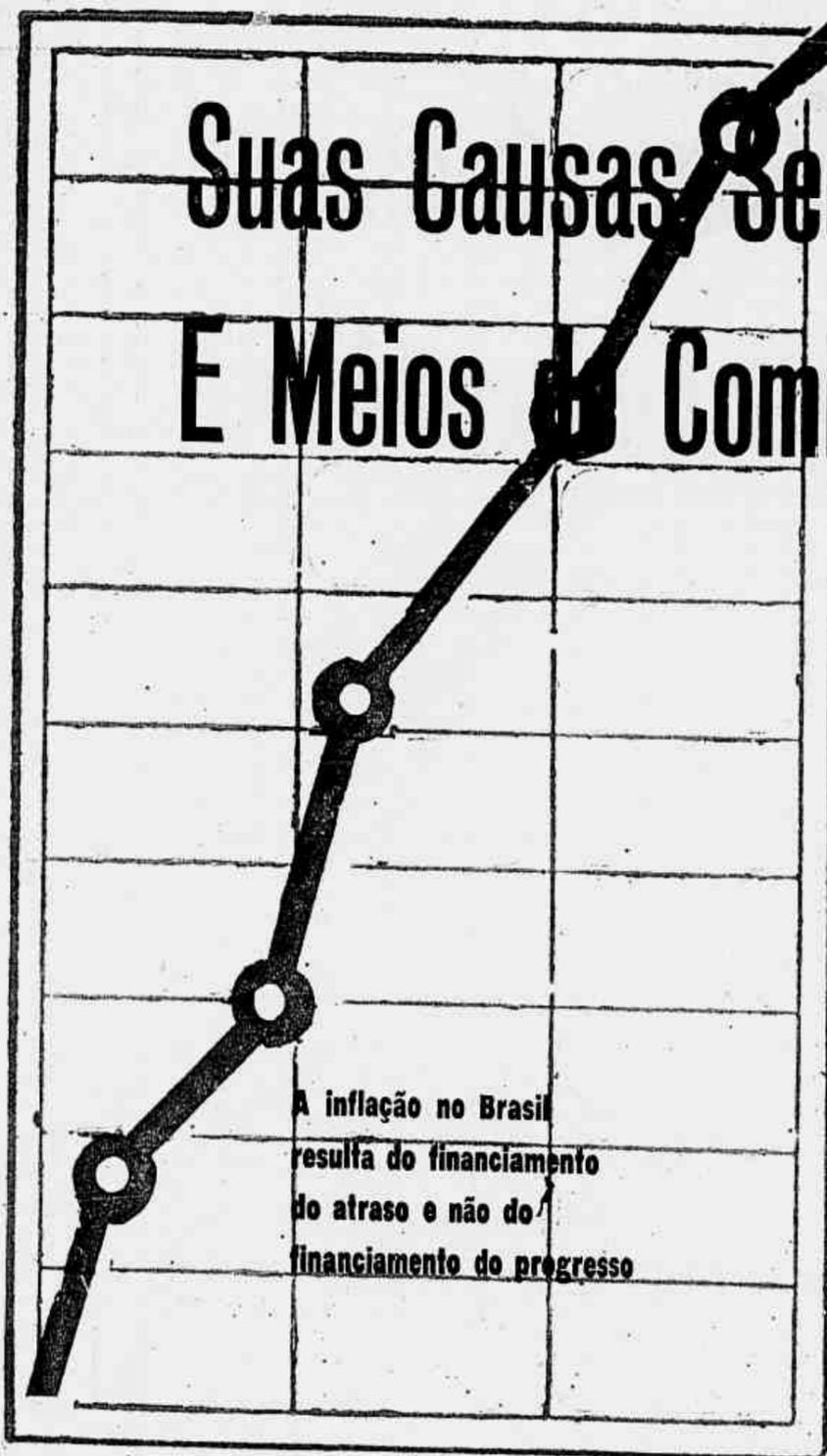
SUPLEMENTO ESPECIAL

NOVOS RUMOS

1960 — Rio de Janeiro, semana de 10 a 17 de Março — ANO II

A Inflação no Brasil:

Suas Causas, Seus Efeitos E Meios de Combatê-la



O problema da carestia no Brasil cuja gravidade ninguém hoje desconhece, tem a colocar-se, cada vez mais, no centro das preocupações de todo o nosso povo. E está a exigir a aplicação de uma nova política econômico-financeira que tenha como objetivo deter o processo inflacionário, estabelecer as condições necessárias ao desenvolvimento independente da economia nacional e garantir o bem-estar das grandes massas populares.

Nosso jornal, que tem defendido posições claras e definidas a respeito da questão, julga ser chegado o momento de convocar ao debate os técnicos e estudiosos de economia, os dirigentes sindicais, os líderes políticos dos diversos partidos, a fim de que emitam sua opinião sobre as causas e efeitos da inflação em nosso país e apontem as soluções que se imponham para o saneamento de nossa economia.

Como primeiro passo, e contribuição preliminar para esse debate, NOVOS RUMOS tomou a iniciativa de constituir um grupo de trabalho que preparou um documento intitulado «A INFLAÇÃO NO BRASIL: SUAS CAUSAS, SEUS EFEITOS E MEIOS DE COMBATE-LA», publicado como suplemento nesta edição.

Esse documento — faz-se questão de frisar — não pretende ser mais do que uma tentativa de interpretação, do ponto de vista marxista, do processo inflacionário brasileiro, assunto por demais complexo e controvertido para assumir, numa primeira aproximação, caráter definitivo.

Será desnecessário acrescentar que o documento publicado destina-se a ser apenas um instrumento para o debate e não representa a opinião deste jornal. É nosso objetivo, no entanto, submetê-lo à crítica de nossos leitores e de todas as pessoas interessadas na pesquisa e na elucidação do problema, até que, finalmente, possamos chegar às nossas próprias conclusões e aportar um corpo de idéias dentro das quais nos situaremos, daí por diante, no combate às causas principais e secundárias da inflação e na luta de opinião por soluções justas e acertadas que façam deter a elevação acelerada do custo da vida.

No correr de 1959, o custo de vida sofreu uma elevação maior do que em todos os períodos recentes de nossa história. No Distrito Federal, de acordo com os índices de Conjuntura Econômica, o incremento anual dos preços ao consumidor alcança a cifra recordista de quase 50%.

Essa taxa caracteriza uma situação alarmante e indica uma nova e extremamente forte aceleração do processo inflacionário, que já vem acusando maior intensidade desde os últimos cinco anos, de vez que a média anual de 19,4%, verificada no quinquênio 1954-58, deixa bastante abaixo a média anual de 11,6%, ocorrida no quinquênio 1949-53.

Por outro lado, em alguns setores da economia nacional aumentam os estoques e surgem indícios de retraimento ou de deflação, fenômenos que, se persistirem por muito mais tempo, poderão contribuir, de algum modo, para a contenção temporária dos preços em certas esferas, mas em condições tão indesejáveis e trazendo consequências tão graves para o conjunto da economia (por exemplo: desemprego em larga escala) quanto às produzidas pela inflação.

Os aspectos negativos que se desenvolvem na atual situação brasileira adquirem características de tamanha gravidade que não pode haver dúvidas sobre a inelutável necessidade de uma mudança imediata e profunda na política econômico-financeira do governo.

Hoje, a maioria da nação tem consciência da necessidade dessa mudança e de fato a deseja, porque o processo inflacionário, no nível em que se encontra, traz prejuízos e perigos à toda a coletividade, desde a massa trabalhadora, que suporta mais que quaisquer outras classes e camadas os seus desastrosos efeitos e por ele paga o tributo mais pesado, até mesmo a certos grupos econômicos, os quais até bem pouco tempo tiravam da inflação incontáveis benefícios.

A inflação, quando se desenvolve em condições «moderadas», «controladas», ou «reprimidas», prejudica a população trabalhadora, que vive de salários e vencimentos fixos, mas favorece a exploração capitalista, aumenta os lucros e as rendas das classes e camadas que vivem dos rendimentos do capital.

Exatamente como afirma Eugênio Vargas, a burguesia beneficia-se se a inflação transcorre em ritmos lentos, entretanto, «um ritmo veloz de crescimento inflacionário a prejudica e só dá vantagens a determinados círculos de especuladores». (Problemas fundamentais de la economía y de la política del Imperalismo, pág. 59, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1959).

Nas condições em que se expande o capitalismo no Brasil, uma inflação «moderada», principalmente se é acompanhada de uma relativa margem de desemprego, permitiria — segundo a preconizam os economistas pró-inflacionistas — a aceleração da acumulação do capital, elevaria as taxas de lucros e de rendas e diminuiria de maneira «tolerável», isto é, sem provocar fortes movimentos reivindicatórios, os salários e vencimentos da população trabalhadora. Essa seria a situação ideal para o desenvolvimento capitalista, a situação ótima para as classes proprietárias e notadamente para os grupos econômicos de rendas mais elevadas e para os trustes internacionais que exploram a nação.

Entretanto, o capitalismo não se livra da anarquia da produção nem das leis objetivas que regem o seu desenvolvimento e, ao buscar lucros sempre maiores, passa de uma inflação «moderada» ou «reprimida» a uma inflação incontrolada, como está acontecendo no Brasil.

Isso ainda é mais evidente na época atual de crise geral do sistema capitalista, quando, nos países adiantados e atrasados, a regra é a instabilidade e a deterioração da moeda, quando o processo inflacionário aparece como o fruto não apenas da ação destrutiva das leis do capitalismo mas das tentativas para escapar a essa ação destrutiva.

No período anterior à crise geral, na era do capital pré-monopolista, a estabilidade das moedas encontrava medidas «auto-correctivas» no aumento da produtividade técnica, na relativa liberdade de concorrência, na relativamente fácil pressão patronal no sentido de rebaixar os salários e de aumentar a intensidade do trabalho.

Na presente situação, porém, nesta «era da inflação», como a denominou um dos comentaristas da revista inglesa *The Economist*, o processo inflacionário é tanto mais rápido quanto o sistema capitalista se vê obrigado a recorrer a emissões de papel-moeda e de crédito para fazer face à ação destruidora da lei do valor, para subvencionar setores da economia sujeitos a crises, num esforço a fim de atenuar os efeitos das crises cíclicas gerais de superprodução.

Agora já se estabelece a dúvida, para os orônrios economistas burgueses sobre a possibilidade de o sistema capitalista escapar à inflação sem cair em depres-

são. O dilema é, portanto, para o capitalismo, sair da crise sem entrar na inflação ou sair da inflação sem entrar na crise.

Eis o que escreve o economista norte-americano Gottfried Harbeler:

«O fato é que, quando uma inflação tende a adquirir velocidade, o simples intento de controlá-la tem que originar desemprego e depressão. Precisamente isto foi o que ocorreu no ano passado. A política de restrição monetária não impediu a inflação, apenas impedindo que o passo se convertesse em tropeço; mas isso foi o suficiente para promover a depressão».

«Minha conclusão é, portanto, que de uma forma ou de outra, se necessário fortemente apoiada pelo Governo, a economia americana sairá da depressão, e o fará cedo, dentro de um ano no máximo. Mas que dizer acerca da inflação? Um incremento dos gastos totais do setor privado ou do Governo não significaria que os preços se elevariam outra vez exigindo restrições monetárias e um superávit orçamentário (ou ambas as coisas), o que voltaria a criar desemprego e depressão?» («A depressão americana», transcrito em *Moeda & Crédito*, Madri, setembro de 1958).

Também nesse aspecto particular da competição com o capitalismo, o socialismo já demonstrou sua incontestável superioridade ao dominar, sem maiores consequências, a inflação do pós-guerra na União Soviética, nos países europeus de democracia popular e na China.

Evidentemente, no mundo socialista, a inflação ou foi diretamente um legado do regime capitalista — como no caso da China — ou uma consequência de um flagelo do capitalismo — a guerra — como na União Soviética e nas democracias populares; mas nunca um produto do socialismo. Motivada pela destruição maciça de grande parte das forças produtivas, caracterizou-se pela redução da disponibilidade de produtos necessários ao consumo, sem correspondência com as disponibilidades monetárias. E tão depressa quanto foi possível reconstruir os setores destruídos, restabelecer os níveis anteriores ou elevar ainda mais os níveis de produção, os excessos de disponibilidades monetárias foram eliminados e os preços foram progressivamente rebaixados até atingirem a normalidade.

Assim sucedeu, como o confirma o seguinte trecho de um documento elaborado pelas Nações Unidas:

«Em outros anos (na União Soviética a partir de 1948, principalmente, e em outros países com economia de planifi-

cação centralizada, a partir de 1953), quando foi possível manter ou expandir a oferta de bens de consumo em relação com o produto nacional, as pressões inflacionárias cederam em geral.» (*Informe Econômico Mundial das Nações Unidas*, 1957).

Pode-se dizer que, no Brasil, a inflação e já intolerável não só para as massas trabalhadoras como também para as classes proprietárias e só não o é para grupos muito restritos de intermediários de negócios, ou de exploradores do povo que dela ainda tiram proveito.

Quando a taxa anual de inflação (ou de elevação de preços) é inferior à taxa média de juros, a inflação prejudica às massas trabalhadoras e beneficia a todas as classes proprietárias, inclusive aos negociantes, especuladores e aos trustes estrangeiros.

Quando a taxa anual de inflação começa a ultrapassar a taxa média de juros, aí se dá uma transformação qualitativa do fenômeno e surge um processo de tipo diferente — a hiperinflação. Nessa fase do processo inflacionário, os interesses das classes proprietárias se contradizem e uma parte delas é prejudicada, enquanto outra parte é beneficiada pela inflação; aguçam-se a competição entre elas, cada setor procurando aumentar sua participação na parte do produto suplementar ou na renda; as taxas de lucros tendem a elevar-se, assim como a taxa de juros, e novos elementos de aceleração do processo se criam e se desenvolvem.

O quadro da inflação no Brasil, no momento presente, aproxima-se do que foi traçado nas últimas linhas. Se a taxa média de juros em nosso país pode situar-se entre 12 e 18%, ao atingir 20% anuais a inflação brasileira transpõe os limites do primeiro tipo e ingressa no segundo (nos Estados Unidos ou nos países capitalistas industrializados a linha divisória entre um e outro tipo de inflação estaria na ordem de 3 a 5%) transformando-se em hiperinflação ou, como também é denominada, em inflação galopante.

Nas condições em que nos achamos, as contradições do capitalismo se acentuam, os desequilíbrios e as distorções se agravam, reduz-se a capacidade de compra dos assalariados, o poder de consumo social se contraí, o ritmo de reprodução do capital tende a reduzir-se, a expansão das forças produtivas se torna cada vez mais lenta e, finalmente, o desenvolvimento econômico se torna cada vez mais difícil.

Mas exatamente quando os efeitos da inflação se generalizam é que mais se desentendem as forças políticas, econômi-

cas e as classes sociais, em torno do estabelecimento de uma nova política econômico-financeira, ou, mais precisamente, em torno de um programa antiinflacionário.

Os grupos econômicos que dominam os postos-chave da economia e do governo — notadamente os monopólios estrangeiros e a minoria de intermediários internos vinculados a esses monopólios — os quais, durante todo o transcurso da inflação, usufruíram a principal parcela das rendas e dos lucros inflacionários, procuram a todo o custo impor soluções que resgatem os seus privilégios e façam recair sobre o povo ou a maioria da nação os principais ônus das medidas antiinflacionárias.

Para esses grupos, os principais instrumentos a manejar para deturpar a inflação consistem no congelamento dos salários e na contenção dos investimentos, o que equivale a dizer — contenção do desenvolvimento econômico.

De outro lado, a maioria das forças progressistas nacionais prejudicadas pelo processo inflacionário orienta-se por interesse e pontos de vista opostos, defendem posições que correspondem a uma política antiinflacionária socialmente justa, e aspiram à aplicação sistemática de medidas que mantenham ou elevem o nível real dos salários e vencimentos, acelerem o desenvolvimento econômico independente, contenham a pressão que os monopólios estrangeiros e a minoria de especuladores internos exercem para apropriar-se de uma parte cada vez maior da renda nacional.

Os principais problemas que se colocam na ordem-do-dia, e dos quais depende a correção do atual processo inflacionário, são os seguintes:

- 1) — contenção do crescimento excessivo dos meios de pagamento;
- 2) — manutenção e elevação do nível real dos salários e vencimentos e da taxa dos investimentos reprodutivos;
- 3) — equilíbrio dos orçamentos públicos;
- 4) — aumento da produção e, em geral, das disponibilidades alimentares e de outras mercadorias necessárias ao consumo interno;
- 5) — equilíbrio da balança de pagamentos.

E' em torno desses problemas que se há de travar, dentro e fora do governo, a luta entre as correntes entreguistas e reacionárias, de um lado, e as correntes nacionalistas e democráticas, de outro lado, por uma nova política econômico-financeira, por um eficaz programa antiinflacionário.

O PROCESSO INFLACIONÁRIO NO BRASIL

A desvalorização de nossa moeda e a subsequente alta dos preços das mercadorias são uma constante no curso da história brasileira. Sua origem perde-se no tempo e suas características diferem na forma e no conteúdo do que aconteceu nos países adiantados.

Durante os cem anos decorridos entre 1815 e 1914, de acordo com os levantamentos tabulares realizados por alguns eminentes economistas, os preços se mantiveram dentro de uma linha de relativa estabilidade na maioria dos países capitalistas; depois de diminuírem na segunda metade do século XIX, os preços em geral sofreram uma ascensão moderada até encontrar o nível de onde haviam partido, na primeira década do século XX.

Tal estabilidade relativa não teve nenhuma influência em nosso país. A moeda, que já acusava uma tendência secular para a perda de valor antes da revolução industrial, continuou a depreciar-se quase ininterruptamente. E durante os mesmos cem anos (1815-1914) que foram de declínio ou estabilidade de preços para a maioria dos países desenvolvidos, a moeda sofreu uma depreciação correspondente a 40 vezes do seu valor em ouro, ou de 4 000%. (Ver Simonsen: diagramas da economia brasileira).

Esse processo de depreciação monetária

antecedeu de muito, em nosso país, o primeiro surto de desenvolvimento industrial, ocorrido nos fins do século passado e prosseguiu, acentuando-se, por todo o presente século.

Quando a economia brasileira entrou numa fase de mais rápida transição das atividades primárias para as atividades industriais já encontrou como legado uma tendência inflacionária secular, ou mais do que isso um «sistema inflacionário» apoiado numa longa tradição, e que havia imprimido sua marca a todos os aspectos da economia.

A inflação no Brasil, ao contrário de constituir uma exceção, como era nos países capitalistas desenvolvidos, nos quais surgia ainda esporadicamente e em consequência de fatos extra-econômicos, como por exemplo as guerras ou as grandes comoções internas (as inflações dos «greenbacks» nos Estados Unidos ou dos «assignats» na França), constitui aqui a regra e decorria de exigências de natureza econômica.

Bem antes de que a escola keynesiana preconizasse seu método, de obter através das emissões de moeda e de crédito, de medidas fiscais e monetárias, certos efeitos na atuação da lei do valor, os estadistas brasileiros, por meios empíricos e até sem ter consciência disso, já

haviam chegado a resultados semelhantes.

O «método inflacionista» aplicado no Brasil nasceu da dupla pressão dos colonizadores estrangeiros e da aristocracia latifundiária interna para manter em nível elevado sua extorsão do produto do trabalho do povo. Esse «método» serviu aos interesses colonizadores dos capitalistas ingleses e depois aos dos capitalistas norte-americanos, aos barões da aristocracia açucareira e depois aos da aristocracia cafeeira.

Em que consiste esse método?

Consiste em relaxar o preço externo dos produtos de exportação sem baixá-lo internamente na mesma proporção; em manter alta a renda dos grupos vinculados às atividades de exportação à custa da elevação dos preços em moeda nacional; em desvalorizar a moeda em mãos de toda a população e reduzir o seu poder aquisitivo, a fim de não causar prejuízos aos grupos vinculados às atividades exportadoras.

Um dos primeiros economistas brasileiros a encarar esse problema foi o Sr. Celso Furtado. Sua tese, esboçada em artigo publicado em 1950 (*Revista Brasileira de Economia*, Ano 4, n. 1) e reproduzida com algumas modificações nas suas obras posteriores, assim se exprime:

«A economia de tipo colonial que prevaleceu no país até 1914 e que somente a partir da década passada vem sofrendo transformações substanciais, se baseia na exportação de uns poucos produtos primários e na importação de grande número de artigos de consumo, sobretudo manufaturas leves, como tecidos e alimentos semi-elaborados. Esse tipo de estrutura econômica facilita a transferência — através do mecanismo de câmbio — da perda resultante da piora na relação de troca, que se exerce secularmente, e das baixas bruscas dos preços dos produtos primários por ocasião das crises, dos reduzidos grupos exportadores para as amplas massas importadoras.»

E mais adiante:
«As razões pelas quais a taxa cambial não retornava à sua posição anterior, na fase subsequente da recuperação, são óbvias. Os governos, ante as pressões impostas pela crise, recorriam a emissões fiduciárias irresgatáveis. Por outro lado, a apreciação monetária significaria redução nas entradas dos grupos exportadores, força dominante no país, cuja resistência em tal caso é perfeitamente compreensível. ... A alta da taxa cambial e as emissões irresgatáveis eram, assim, o mecanismo pelo qual se transferia para a massa consumidora a pressão que a contração cíclica dos países importadores exercia inicialmente sobre o núcleo exportador e sobre o Tesouro Nacional.»

Entretanto, o Sr. Celso Furtado considera o sistema uma fatalidade irrecorrível e em seu último livro, publicado em 1959 (*Formação Econômica do Brasil*, pág. 197) até mesmo o justifica, sem encontrar solução para o problema fora das práticas colonialistas:

«Se a baixa dos preços de exportação se transformasse, como seria de esperar dentro da lógica do sistema, em redução dos lucros dos empresários, é evidente que, conforme fosse o grau dessas perdas, muitos deles teriam que interromper a produção do café, ou as compras desse produto aos pequenos produtores locais. ... Desta forma tenderia a paralisar-se uma grande parte da atividade econômica. Dada a natureza dessa atividade, a paralisação acarretaria a maior de todas as perdas.»

O conteúdo extremamente conservador e reacionário desse método é evidente.

Através de sua aplicação, os setores mais retrógrados da economia brasileira fugiam aos efeitos destrutivos da lei do valor, mediante a qual os produtores tecnicamente atrasados são eliminados e substituídos pelos produtores que adotam técnicas mais avançadas. Ao terem suas rendas mantidas mais ou menos no nível anterior à queda dos preços nos mercados mundiais, os produtores atrasados (do açúcar, do café, etc.) não precisam melhorar sua produtividade, aperfeiçoar os seus processos de produção, para competir com produtores mais avançados de outros países, de vez que muito mais fácil é pôr a máquina do Estado a seu serviço e transferir para a coletividade os seus prejuízos por meio da depreciação da moeda e da elevação dos preços internos.

Históricamente, essa sucessão de operações, além de manter em posição inferior a produtividade da economia brasileira, criou condições privilegiadas para agravar o caráter não equivalente das trocas internacionais, possibilitou, externamente, a evasão num grau muito maior da renda nacional e, internamente, a concentração da renda em mãos de um pequeno grupo de grandes produtores e grandes intermediários de negócios, verdadeiros monopólios pré-capitalistas.

Por se manter muito baixa a produtividade do setor primário, nosso país é forçado a trocar cada vez maior quantidade de produtos agrícolas predominantes em nossa exportação por menor quantidade de produtos manufaturados e a recorrer a freqüentes e contínuas depreciações de nossa moeda, com o que ainda muito mais se agrava a não-equivalência em nossas relações comerciais com o exterior.

Devido a essa combinação de fatos, nossa produção — e não só a produção exportável, mas toda a produção, à qual se transmite o efeito da depreciação monetária — tornou-se cada vez mais cara para o consumidor nacional e cada vez mais barata para os compradores externos, ou seja, para os trustes internacionais.

Uma saca de café teve o seu preço reduzido em ouro, de 4 10 libras, em 1887, para 0,99 libras em 1939; mas seu preço em moeda nacional, no mesmo período, elevou-se de 13 926 réis para 135 423 réis.

Em 1901, para comprarmos uma tonelada de produtos manufaturados eram precisas 21 sacas de café; em 1939, para adquirir a mesma quantidade de produtos manufaturados precisávamos de 33 sacas.

Esse sistema inflacionário, típico dos países de economia atrasada e dependente, funcionou durante toda a nossa história (com exceção apenas de um breve intervalo, no início deste século, sem encontrar eficaz resistência da parte das forças sociais por ele prejudicadas, até aproximadamente a década de 30. A evasão de parcela ponderável do produto social para os capitalistas estrangeiros através da depreciação externa de moeda, do pioramento das relações de intercâmbio e de outras formas de espoliação imperialistas, e a apropriação de outra parcela também ponderável pelos monopólios pré-capitalistas internos tiveram até então os seus efeitos inflacionários de certo modo limitados pelo empobrecimento relativo da maioria da nação, pela estagnação ou pelo vagaroso crescimento.

Todavia, as condições objetivas e subjetivas surgidas externa e internamente a partir da segunda guerra mundial, contribuíram para modificar as características das tensões inflacionárias e para anular algumas das propriedades auto-coriectivas da inflação na economia brasileira.

Nessa nova fase, agravaram-se consideravelmente as contradições entre o imperialismo norte-americano e a nação brasileira, assim também entre as velhas relações de produção pré-capitalistas e as novas forças produtivas que se expandiam. Especialmente nas duas últimas décadas, apesar de se ter enfraquecido, em seu conjunto, o sistema imperialista mundial, fortaleceram-se as posições do imperialismo norte-americano em nosso país; do mesmo modo, apesar do debilitamento relativo do sistema latifundiário no Brasil, uma minoria de latifundiários e de grandes intermediários de negócios enriquecida com a segunda guerra mundial teve suas posições fortalecidas. O aumento do poderio e da influência dos monopólios norte-americanos e dos monopólios pré-capitalistas internos de um lado, bem como o rápido crescimento da burguesia industrial e do proletariado, de outro lado, tornaram mais tensas as

lutas entre esses agrupamentos fundamentais de forças sociais dentro de nosso país.

Acrecece que com a guerra, além de não ter havido uma «trégua» das pressões imperialistas sobre a economia nacional, fomos obrigados ao fornecimento de mercadorias por preços abaixo dos níveis normais e, depois, a adiar a utilização das divisas assim obtidas para quando os preços dos equipamentos e matérias-primas de que necessitávamos estavam grandemente elevados.

Por conseguinte, os acontecimentos dessa nova fase, iniciada após os anos trinta, contribuíram para agravar as tensões inflacionárias, para alterar algumas de suas características, sem modificar seus fatores determinantes originais. No entanto, as propriedades auto-coriectivas anteriormente existentes, isto é, a possibilidade que tinham os setores decadentes da economia brasileira de corrigir ou limitar a aceleração demandada do processo inflacionário à custa da compressão das taxas de investimentos ou dos níveis dos salários e vencimentos, foram parcial ou totalmente afastadas.

Na fase atual e, do mesmo modo, na fase anterior, o processo inflacionário não se apresenta como uma consequência da crise de crescimento — não é uma consequência de um desenvolvimento imoderado, como pretendem fazer crer os agentes do imperialismo e os teóricos reacionários.

As tensões inflacionárias não se originam, em suma, fundamentalmente, das transformações progressistas que ocorrem na sociedade brasileira. Os fatos provam justamente o contrário: o processo inflacionário, que persegue secularmente nossa economia e que se agrava em períodos como o atual, representa um pesado tributo imposto ao povo para a conservação de tudo quanto a sociedade brasileira possui de mais retrógrado. Na verdade, os meios de pagamento crescem excessivamente, o governo emite desordenadamente e faz aumentar seus déficits orçamentários, muito mais para conservar nossa estrutura atrasada do que para atender às exigências do nosso progresso.

O Estrangulamento Imperialista

Para os economistas de maior projeção nos países capitalistas a causa básica do fenômeno inflacionário nos países subdesenvolvidos residiria no esforço que estes realizam para elevar a taxa de investimentos acima de suas reais possibilidades de poupança. Como nesses países a taxa de poupança oscila, por exemplo, entre 4 e 6%, ao se elevar a taxa de investimentos a 12% ou mais, submete-se a economia nacional a um esforço excessivo e se estaria criando ou agravando a inflação.

Tendo-se por verdadeira essa tese, nada impede que dela se tire a seguinte conclusão: quando a economia dos países subdesenvolvidos é submetida a um permanente processo de evasão ou de diminuição de sua renda, sua poupança, em termos relativos e absolutos, é ainda mais reduzida. Portanto, a diferença entre as possibilidades reais e as necessidades de investimento aumenta, e se está, de fato, com muito maior razão, criando ou ampliando a inflação.

A ser assim, a causa básica das tensões inflacionárias deixa de residir no esforço interno realizado pelos países atrasados para fomentar o seu desenvolvimento e se transfere para os fatores externos que determinam a evasão ou a diminuição de sua renda.

Por conseguinte, em casos como o do Brasil, ao invés de responsabilizarmos o esforço realizado para intensificar o ritmo do desenvolvimento econômico como a causa motora da inflação, precisamos partir do fato histórico que o antecede e que tem sobre os demais influência determinante: a espoliação imperialista.

Como e em que medida a economia brasileira sofre a espoliação dos monopólios estrangeiros e particularmente dos monopólios norte-americanos?

Não é possível dispor de todos os elementos capazes de permitir uma avaliação completa das perdas sofridas por nosso país em suas relações com as potências imperialistas. Pode-se, no entanto, indicar, em determinados períodos, o resultado dessa espoliação, através de duas de suas formas mais conhecidas: as trocas comerciais não-equivalentes e as remessas do capital estrangeiro.

De acordo com os cálculos realizados pela Organização das Nações Unidas, na América Latina, as remessas de lucros e juros alcançaram a cifra de 5 773 milhões de dólares, entre 1945 e 1952, enquanto a entrada de capitais foi de 3 992 milhões, ocorrendo assim uma saída líquida de 1 781 milhões de dólares, sem considerar as amortizações e as repatriações que atingiram 2 598 milhões (*Estudo Econômico da América Latina, 1951-52*, pág. 13).

Em relação ao Brasil, computando-se os dados revelados na Mensagem enviada ao Congresso em 1954 pelo Presidente Getúlio Vargas e os constantes do relatório da SUMOC referente ao ano de 1956, verifica-se que a soma das saídas líquidas, no período de 1939 até 1952, alcançou a enorme cifra de 1 000 milhões de dólares, ou 70 milhões de dólares por ano.

Em seu livro *Capitais Estrangeiros no Brasil*, o economista Aristóteles Moura, estabelecendo uma relação entre as quantias transferidas para o exterior e as exportações, admite, com base em estimativas feitas pelo Sr. Celso Furtado e por Celso Prado Júnior, que nos primeiros trinta anos do presente século tais quantias corresponderam a mais de um terço de valor das exportações, sem contar as remessas de lucros e dividendos.

Essas estimativas excluem, natural-

mente, as transferências clandestinas cujo volume, segundo o mesmo autor «em certas épocas assume não pequeno vulto».

Mas as repatriações do capital estrangeiro não representam toda a descapitalização ou evasão do produto social, que é também desfalcado em enormes proporções através das trocas comerciais realizadas sempre em condições desfavoráveis pelos países dependentes, ao exportarem produtos primários e importarem produtos manufaturados.

No trabalho preparado pelas Nações Unidas sobre esse problema lê-se o seguinte:

«Os dados estatísticos gerais existentes indicam que, a partir da última parte do século 19 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial — um período de boas vendas de moeda forte — registrou-se uma tendência acentuada para a queda dos preços dos produtos primários, em relação aos preços dos artigos manufaturados. Em média, uma certa quantidade de produtos primários exportados pagava, ao final desse período, apenas 60% da quantidade de artigos manufaturados que a mesma quantidade adquiria, no início do período.»

Os cálculos tomaram por base o ano de 1938, mas se tivessem tomado períodos anteriores a diferença contra os países subdesenvolvidos seria muito mais acentuada, como salienta o referido trabalho:

«... os índices de após-guerra seriam geralmente mais baixos, isto é, menos favoráveis aos produtos primários em relação aos artigos manufaturados, se baseados nos preços vigorantes em 1920, em vez de 1938 ou 1937; na base de 1913, os índices seriam muito mais baixos e ainda menos favoráveis aos produtos primários e aos países subdesenvolvidos.»

E mais adiante:

«A Seção III deste Relatório mostra, com base nos algarismos do Reino Unido e dos Estados Unidos, que os preços de 1913 foram um quinto ou um sexto, em média, mais favoráveis aos países subdesenvolvidos do que os de 1947. Uma melhoria correspondente, sobre 1947, daria aos países subdesenvolvidos US\$ 2 500 milhões a US\$ 3 000 milhões para o desenvolvimento econômico, através das trocas internacionais.»

Os processos de cálculo utilizados são ainda insuficientes para revelar com toda a exatidão as perdas causadas pelo sistema de trocas internacionais a que os países subdesenvolvidos se submetem. Tanto pode acontecer que os efeitos das relações de intercâmbio desfavoráveis sejam ainda mais desastrosos para os países dependentes, quanto é verdade que, em determinadas condições, as relações aparentemente favoráveis escondem outros tantos efeitos negativos para os países como o nosso. Se, por exemplo, a melhoria dos preços de exportação é obtida em consequência de uma diminuição do volume exportado (escassez de safra, etc.) os resultados não beneficiam os países vendedores de produtos primários.

A melhoria dos índices de intercâmbio revelada pelas estatísticas durante os anos posteriores à última guerra foi apenas aparente e oculta o fato de que as divisas foram obtidas muito antes a preços inferiores, tendo sido utilizadas num período em que os preços das manufaturas estavam muito mais elevados.

«A alta absoluta do nível de preços de após-guerra — diz a propósito o estudo da ONU — teve, todavia, mais um efeito desfavorável sobre os recursos de que os países subdesenvolvidos dispu-

nham para as importações necessárias a seu desenvolvimento econômico. Em resumo, a elevação dos preços no pós-guerra deprecia o poder aquisitivo das famílias acumuladas sobretudo durante a guerra».

Reconhecem ainda os técnicos das Nações Unidas a dificuldade em computar as transferências clandestinas, realizadas através das trocas comerciais entre empresas estrangeiras e suas filiais:

«Tais transações assumem importância considerável em certos países subdesenvolvidos. Os preços constantes das transações entre companhias não são os verdadeiros preços do mercado; o consignador e o consignado não têm interesses opostos. O único efeito dos débitos feitos às filiais que operam no estrangeiro, por equipamentos e outros artigos a elas enviados é de natureza contábil; os lucros se transferem entre a matriz e a filial no estrangeiro. A subavaliação transfere os lucros para a filial; a superavaliação age em sentido inverso».

Nessas condições, os cálculos sobre o efeito negativo das relações de intercâmbio só indicam uma parte das perdas so-

fridas pelos países dependentes em suas relações com as potências imperialistas. Essa a razão por que qualquer tentativa de quantificação de tais perdas estará tanto mais aproximada da realidade quanto fixar seu ponto de referência nos períodos em que as relações de intercâmbio se mostrarem menos desfavoráveis aos produtos primários. Como é compreensível, nesses melhores períodos as trocas entre os países produtores de matérias-primas e os países altamente industrializados estarão, ainda assim, em condições não-equivalentes, em confronto com épocas anteriores, dado que a tendência à deterioração se processa numa escala histórica, mas apresentam uma base de normalidade e um nível de comparabilidade muito mais aceitáveis para a mensuração do fenômeno e a determinação de sua natureza essencial.

O quadro abaixo revela o efeito das relações de trocas comerciais realizadas no decurso de meio século, com base em dois triênios, afastados pelo intervalo de 40 anos. Verifica-se que, apesar da distância entre os pontos de referência, os resultados são muito semelhantes.

BRASIL — ESTIMATIVA DAS PERDAS NAS TROCAS COMERCIAIS COM O EXTERIOR

(A preços de 1950, em milhões de cruzeiros)

PERÍODOS	EXPORTAÇÕES A PREÇOS	ÍNDICES DA RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO		PODER DE COMPRA REAL DAS EXPORTAÇÕES		EFEITO DA RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO	
	Constantes	1910/12 = 100	1950/52 = 100	Base: 1910/12	Base: 1950/52	Base: 1910/12	Base: 1950/52
1901/04	64 917	67	56	43 494	36 354	— 21 423	— 28 563
1905/09	92 477	67	57	61 960	52 712	— 30 517	— 39 765
1910/14	76 206	87	74	66 299	56 392	— 9 907	— 19 814
1915/19	91 603	40	34	36 641	31 145	— 54 962	— 60 458
1920/24	98 893	44	37	43 513	36 590	— 55 380	— 62 303
1925/29	99 399	68	57	67 591	56 657	— 31 808	— 42 742
1930/34	108 007	55	46	59 404	49 683	— 48 603	— 58 324
1935/39	140 932	44	37	62 010	52 145	— 78 922	— 88 787
1940/44	124 254	52	44	64 612	54 672	— 59 642	— 69 582
1945/49	162 534	61	52	99 146	84 518	— 63 388	— 78 016
1950	24 913	122	103	30 394	25 660	— 5 481	747
1901/1950	(Em milhões de cruzeiros de 1950)					— 449 071	— 547 607
	(Em milhões de dólares de 1950)					— 17 962	— 21 904

Em relação ao triênio 1910/1912, isto é, admitindo-se que nos cinquenta anos que vão de 1901 a 1950 as relações de troca se mantivessem naqueles mesmos termos, nossas perdas montam a 449,1 bilhões de cruzeiros ou 18 bilhões de dólares (convertidos à taxa de câmbio de 25 cruzeiros por dólar), (1) a preços de 1950. Em comparação com o triênio 1950-1952, a perda se eleva a 547,6 bilhões de cruzeiros ou 21,9 bilhões de dólares, também a preços e taxas de 1950.

Isso quer dizer que a economia nacional ficou desfalcada dessas enormes quantias por havermos vendido, durante a metade deste século, nossas mercadorias de exportação a preços inferiores aos que

(1) Esta taxa de conversão é admitida pela CEPAL como a taxa real de câmbio da época.

vigoraram em 1910/1912 ou 1950/1952 e por termos comprado produtos de importação a preços superiores aos vigorantes nesses mesmos períodos.

Através de tal sistema de relações de comércio em que os trustes internacionais nos obrigam a comprar seus produtos cada vez mais caros e nos obrigam a vender nossos produtos cada vez mais baratos, a economia dos países dependentes e atrasados é continuamente saqueada e submetida a um ininterrupto processo de estrangulamento.

Linhas atrás já nos havíamos referido ao montante das saídas líquidas verificadas entre 1939 e 1952, as quais somaram 1 000 milhões de dólares. A seguir veremos a quanto se elevaram as perdas ocorridas por efeito das relações de intercâmbio no mesmo período.

BRASIL — ESTIMATIVA DAS PERDAS NAS TROCAS COMERCIAIS COM O EXTERIOR

(A preços de 1950, em milhões de cruzeiros)

ANOS	EXPORTAÇÕES A PREÇOS	ÍNDICES DA RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO		PODER DE COMPRA REAL DAS EXPORTAÇÕES		EFEITO DA RELAÇÃO DE INTERCÂMBIO	
	Constantes	1910/12 = 100	1950/52 = 100	Base: 1910/12	Base: 1950/52	Base: 1910/12	Base: 1950/52
1939	33 035	43	36	14 205	11 893	— 18 830	— 21 142
1940	26 111	39	33	10 183	8 617	— 15 928	— 17 494
1941	28 025	47	40	13 172	11 210	— 14 853	— 16 815
1942	21 429	56	47	12 000	10 072	— 9 429	— 11 357
1943	22 971	58	49	13 323	11 256	— 9 648	— 11 715
1944	27 505	58	49	15 953	13 477	— 11 552	— 14 028
1945	30 495	56	47	17 077	14 333	— 13 418	— 16 162
1946	36 460	59	50	21 511	18 230	— 14 949	— 18 230
1947	31 610	63	53	19 914	16 753	— 11 696	— 14 857
1948	33 901	59	50	20 002	16 951	— 13 899	— 16 950
1949	30 535	68	58	20 764	17 710	— 9 771	— 12 825
1950	24 913	122	103	30 394	25 660	5 481	747
1951	27 323	117	99	31 968	27 050	4 645	273
1952	23 065	116	98	26 755	22 604	3 690	461
1939/52	(Em milhões de cruzeiros de 1950)					— 130 157	— 171 562
	(Em milhões de dólares de 1950)					— 5 206	— 6 862

Reunindo-se a parcela referente às saídas líquidas para o exterior com a parcela referente às perdas do intercâmbio (fontando a hipótese menos vultosa com base no triênio 1910-1912) teremos:

Saídas líquidas: 1.000 milhões de dólares.

Perdas do intercâmbio: 5.206 milhões de dólares.

Descapitalização no período de 1939 a 1952: 6.206 milhões de dólares.

Verificou-se, pois, que o montante da descapitalização, nas quatorze anos referidos, sobiu a 6,2 bilhões de dólares, ou o equivalente a 440 milhões de dólares por ano.

Vejam-se, agora, o que essa quantia representa comparativamente ao produto bruto global e à parcela destinada aos investimentos:

TOTAIS NO PERÍODO 1939-1952
A PREÇOS DE 1950

Produto bruto global: 113,3 bilhões de dólares.

Investimento bruto: 16,6 bilhões de dólares.

Descapitalização: 6,2 bilhões de dólares.

Resta saber de que maneira essa descapitalização repercute na economia nacional.

Para tornar o fenômeno melhor compreendido, suponhamos que os prejuízos causados por essa descapitalização recaíssem exclusivamente sobre os que se apropriam da mais-valia, isto é, da parte da renda nacional representada por lucros, juros e a renda agrária. Nesta hipótese, os investimentos líquidos (que no

conjunto dos 14 anos referidos foram aproximadamente de 10 bilhões de dólares ou cerca de 9% da renda nacional) teriam sido reduzidos a cifras insignificantes ou mesmo teriam caído praticamente a zero.

Na realidade, porém, isso não ocorreu. A parcela da produção bruta que se enviou para o exterior, seja em consequência da deterioração da relação de intercâmbio, seja em consequência da saída líquida de divisas, não determinou uma drástica redução dos capitais suplementares nem dos investimentos internos. E por quê?

Porque para contrabalançar a drenagem de capitais suplementares, para fazer face à resultante escassez de capitais, para manter o nível da taxa de acumulação e da taxa de investimentos, foram feitas crescentes emissões de papel-moeda e de crédito e efetuadas seguidas elevações nos preços internos.

Deste modo, as perdas causadas pela descapitalização foram transferidas para toda a população consumidora, através da intervenção do Estado no mecanismo de preços, em suma, através da inflação.

As estatísticas revelam que, entre 1939-1952, a produção real cresceu de 80,2% enquanto as emissões de papel-moeda tiveram um incremento de 692%. O meio circulante aumentou 8,6 vezes mais do que o produto real, ao mesmo tempo que os preços aumentaram de 350%.

Torna-se claro, portanto, como o estrangulamento imperialista se converte de fato, durante um longo período histórico, no fator determinante, na causa motora de nosso processo inflacionário.

até os grandes comerciantes ou grandes unidades industriais que monopolizam mercados regionais.

Estudando essas formas históricas do capital mercantil, diz Maitti que o seu desenvolvimento independente é inversamente proporcional ao desenvolvimento econômico geral da sociedade. (O Capital, livro terceiro, pág. 327, Edições Livros e Cultura, México). O desenvolvimento do capitalismo industrial pressupõe o domínio deste sobre o capital mercantil. Na medida em que essa forma do capital mercantil ou do capital comprador apresenta uma posição independente em face do capital industrial, em ação leva o desenvolvimento econômico.

No Brasil de nossos dias, esses monopólios pré-capitalistas, que detêm importantes quotas da produção e do comércio de produtos agropecuários, desempenham uma função regressiva em nosso desenvolvimento econômico.

O comércio exportador desfruta de grande influência na vida brasileira. De acordo com o censo de 1950, os estabelecimentos comerciais exportadores — uma minoria de 608 sobre o total de 271.939 estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas — realizaram vendas no valor de 21,3 bilhões de cruzeiros, quantia que representa 12% do movimento comercial total (178,8 bilhões de cruzeiros) e quase 20% do movimento realizado pelos 26.881 estabelecimentos atacadistas (115,4 bilhões de cruzeiros).

Na produção de produtos primários destaca-se o setor latifundiário que detém a propriedade de mais de 60% das terras. Alguns dos grandes estabelecimentos compreendidos nesse setor utilizam processos técnicos algo adiantados, mas a forma monopolista de domínio da terra e as relações anacrônicas de trabalho que predominam na sua quase totalidade caracterizam esses latifúndios como exploração pré-capitalista. Não há elementos disponíveis para medir a exata participação desses estabelecimentos no conjunto da produção nacional, mas se admite (cálculos da CEPAL) que só a produção do setor cafeeiro representa cerca de 10% do produto nacional e equivale a 60% do conjunto da produção industrial. (O desenvolvimento econômico do Brasil, pág. 184, BNDE, Rio de Janeiro).

Devido a grande influência de que desfrutam no aparelho do Estado e ao fato de dispor de grandes alavancas de comando da política econômica, financeira, esses monopólios pré-capitalistas exercem uma ação estranguladora, em geral, sobre o desenvolvimento da economia nacional e, em particular, ao transferirem para o conjunto da população trabalhadora os efeitos da espoliação imperialista, através da depreciação da moeda, da elevação dos preços, em suma, através da inflação.

Dir-se-á que tudo isso acontece porque assim o determinam as condições objetivas vigentes, porque com a atual estrutura de nossa economia as coisas não poderiam acontecer de outro modo.

Esse raciocínio poderia ser válido há alguns decênios, mas não se aplica à situação atual. Até, digamos, os começos do presente século as contradições entre os monopólios capitalistas estrangeiros e a nação e entre os monopólios pré-capitalistas e o setor capitalista em desenvolvimento ainda se encontravam em um nível tão inferior e a correlação de forças entre os polos do conflito era tão desfavorável que não havia possibilidade de se apresentar outra alternativa fora da submissão em maior ou menor grau àqueles monopólios.

A situação atual é profundamente diferente. Apresenta-se, agora, a possibilidade real de soluções positivas ou favoráveis ao progresso nacional, para pelo menos alguns dos aspectos contraditórios entre aquelas forças.

Nas condições atuais do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, o cerco das sobrevivências coloniais e pré-capitalistas já pode sofrer uma ruptura nos seus pontos mais vulneráveis, desde que as forças sociais progressistas se disponham a concentrar sobre eles o fogo de seu ataque.

É inteiramente incompatível com o estágio atual de nosso desenvolvimento econômico o controle de nossa política econômico-financeira por parte do setor latifundiário e do capital comprador ou, como os vinhos denominando, dos monopólios pré-capitalistas. Já não são compatíveis com o estágio atual de nosso desenvolvimento capitalista o domínio absoluto do capital estrangeiro sobre o capital nacional, o domínio do capital comercial sobre o capital industrial, o domínio do campo sobre a cidade ou da agricultura latifundiária sobre a indústria.

Nossa situação exige que as posições-chave no aparelho do Estado passem às mãos das forças progressistas da nação e que delas se afastem as forças conservadoras e retrógradas.

Sem que essas transformações político-administrativas se realizem, será impossível corrigir aquelas distorções e os

desequilíbrios de nossa economia que a cada momento geram e nutrem o processo inflacionário.

Com essas transformações político-administrativas que já estão historicamente maduras, será possível conter, em crescente medida, as pressões dos monopólios estrangeiros e dos monopólios pré-capitalistas no sentido de aumentar artificialmente a sua apropriação da mais-valia, no sentido de conservar altas ou elevar ainda mais as taxas de lucros, no sentido de forçar a redistribuição da renda nacional em seu favor, através do mecanismo de preços e da inflação.

Pelo comportamento dos preços internos no período 1935-52, comprovou-se em que medida os monopólios pré-capitalistas e em particular o setor cafeeiro foram beneficiados com a redistribuição da renda, em detrimento do setor capitalista e, em particular, do setor industrial.

INCREMENTO ANUAL DOS PREÇOS NO ATACADO

Anos	Preços agrícolas		Preços Industriais
	Total	Café	
1945	23,5	21,2	8,4
1946	19,0	36,5	12,2
1947	13,3	7,0	-2,0
1948	17,6	8,7	1,0
1949	13,0	47,0	5,0
1950	21,2	80,3	3,8
1951	21,2	15,8	18,3
1952	13,9	1,0	7,8
1945-52	142,7	217,5	54,5

FONTE: — Índices de Conjuntura Econômica.

Verifica-se que o café se coloca muito à frente da corrente alta, com um incremento cumulativo de 217,5%, enquanto no conjunto dos produtos agrícolas a alta foi de 142,7% e nos dos produtos industriais de apenas 54,5%.

Um semelhante processo de apropriação da renda por setores tão altamente concentrados, como se sabe que o são os monopólios pré-capitalistas, equivale a um verdadeiro estrangulamento da economia nacional. Isso é tanto mais grave quanto esse processo se subordina e se associa a um outro processo de estrangulamento, determinado pela espoliação imperialista, que é o processo dominante.

O efeito da renda que se esvai para o estrangeiro e o efeito da renda que se concentra no setor pré-capitalista atuam no sentido de apertar o cerco contra o desenvolvimento industrial, tornando este uma proeza cada vez mais difícil sem o recurso à inflação.

Mas, ao atrair e concentrar recursos (já de si diminuídos pela descapitalização imperialista) que de outra maneira poderiam ser redistribuídos mais convenientemente aos interesses do desenvolvimento da economia nacional, os monopólios pré-capitalistas não encerram aí seu rol de responsabilidades no processo inflacionário que se instaurou no país.

Outra consequência dessa dupla ação de estrangulamento, em seus aspectos externo e interno, consequência que por sua vez se transforma em causa secundária da inflação, surge e se desenvolve no próprio setor das atividades agrícolas, com a crise de produção alimentar.

O processo inflacionário, cujas causas motoras fundamentais residem, em primeiro lugar, na descapitalização promovida pelo imperialismo e, em segundo lugar, na absorção, concentração e consumo improdutivo da renda pelos monopólios pré-capitalistas, é agravado pelo conflito entre a parte da agricultura que produz para o mercado externo e a parte que produz para o mercado interno, o qual se manifesta hoje em termos quase idênticos aos do passado remoto, entre as chamadas «grande lavoura» e «pequena lavoura».

Não é uma simples coincidência o fato de que a agricultura de exportação (baseada na propriedade latifundiária) dispõe de todos os recursos (subsídios, crédito, transportes, armazenagem, etc.) concedidos pelo Estado, ao passo que a agricultura de subsistência (baseada na propriedade camponesa e na propriedade capitalista), feitas algumas exceções, esses mesmos recursos são praticamente negados.

A crise de abastecimento, que se expressa agora através da escassez e das altas desenfreadas dos produtos necessários à alimentação, é, indiscutivelmente, um produto de todas essas contradições, mas é, além disso, um fator de agravamento dessas contradições e se transforma — ela também — num acelerador do processo inflacionário.

Nas condições brasileiras, em que os gastos com a alimentação representam cerca de 40% das despesas da maioria da população, uma alta, digamos, de 100% nos preços dos produtos agrícolas alimentares, resultaria — se os demais preços fossem estáveis — numa redução de cerca de 40% no poder de compra dos salários; entretanto, uma alta da mesma proporção de 100% nos preços

O Estrangulamento Pré-Capitalista

Vimos que as perdas de descapitalização (as quais numa economia «livre», sem intervenção do Estado, tenderiam espontaneamente a diminuir ou anular os lucros, juros e a renda agrária) foram transferidas para toda a população através das altas de preços e, especialmente, para a massa que percebe salários e vencimentos fixos através da diminuição do seu poder de compra real.

Entretanto, os benefícios dessa generalização das perdas não se repartiram igualmente entre todas as classes proprietárias que se apropriam da mais-valia ou do valor novo criado na produção. Alguns grupos foram mais favorecidos do que outros com essa operação.

Se os meios de pagamento adicionais criados pela inflação fossem canalizados exclusivamente para o setor dinâmico da economia, isto é, para o setor capitalista industrial em desenvolvimento, essa nova corrente de moeda e crédito excedentes teria contribuído, apesar do estrangulamento imperialista, para acelerar a reprodução ampliada da indústria e para a mais rápida expansão da oferta de mercadorias e serviços, admitindo-se, ainda aqui, uma situação ideal em que não existissem outros entraves históricos a esse desenvolvimento. Haveria, certamente, uma alta de preços generalizada mas posteriormente corrigida ou ao menos atenuada pelo fluxo de mercadorias gerado no setor capitalista da economia.

Na realidade, porém, isso não aconteceu.

A experiência demonstra que todo processo inflacionário, principalmente se ele se desenvolve em virtude de uma pressão sobre o Governo, oferece maiores vantagens àqueles grupos de maior poder ou de maior influência no aparelho do Estado.

Lembremo-nos, no caso brasileiro, de que os elementos latentes do processo inflacionário remontam a um período secular e de que, ao longo de nossa história, a pressão combinada das potências colonizadoras e da aristocracia latifundiária amoldaram esse processo às suas conveniências e interesses. Essa tradição desempenha um papel relevante na formação das características do processo inflacionário em nosso país.

Ainda hoje, o mecanismo da inflação está montado de tal modo que é comandado simultaneamente pela pressão externa do capital monopolista e pela pressão interna dos monopólios pré-capitalistas. Nas épocas, em que o estrangulamento imperialista é mais intenso, em que aumenta a pressão baixista sobre nossos produtos exportáveis e pioram as relações de intercâmbio, aí os monopólios pré-capitalistas internos fazem pressão no sentido de baixar a taxa cambial, desvalorizar a moeda e elevar os preços internos, colocando em sua defesa ou a seu

favor o dispositivo inflacionário. Com isso também se beneficiam os monopólios estrangeiros que passam a se aproveitar de nessa moeda desvalorizada para comprar a preços ainda mais baixos os nossos produtos, enquanto a população consumidora passa a pagar preços ainda mais altos pelo que consome.

Nas épocas em que o estrangulamento imperialista é menos intenso, e os preços de nossos produtos exportáveis estão em alta nos mercados mundiais, os monopólios pré-capitalistas internos fazem pressão no sentido de não deixar subir a taxa cambial (e às vezes até conseguem baixá-la); aí os preços internos também sobem e não apenas sobem os preços dos produtos exportáveis, mas de todos os demais produtos; e a renda acrescida se canaliza e se concentra em boa parte, ou na melhor parte, em mãos daqueles monopólios pré-capitalistas.

A economia nacional em seu conjunto, que é debilitada pela descapitalização externa, é também debilitada por essa forma de redistribuição da renda em favor dos monopólios pré-capitalistas. Portanto, ao efeito do estrangulamento imperialista se soma o efeito do estrangulamento pré-capitalista.

Quais os traços característicos desses monopólios pré-capitalistas?

Esses monopólios dominam praticamente a produção e o comércio dos produtos primários no país e controlam as atividades de exportação.

Eles estão representados por dois grupos principais: o grupo latifundiário (em que predominam os grandes produtores de produtos exportáveis) e o grupo atacadista do comércio de produtos agropecuários (em que predomina o comércio exportador). A esses grupos se acrescentaria um terceiro grupo, formado pelas filiais e subsidiárias de trustes internacionais do tipo da SANBRA, Anderson Clayton & Cia. e de várias outras empresas estrangeiras que exploram a produção e o comércio de gêneros alimentícios ou de matérias-primas, algumas com compradoras ou comissárias que atuam a serviço de firmas estrangeiras, os frigoríficos estrangeiros, estes quase todos também criadores, inventistas e exportadores de produtos semi-elaborados, etc., etc., os quais, embora vinculados no exterior ao capital monopolista, empregam dentro do país as práticas extorsivas do primitivo capital comercial nas colônias.

Os traços principais que identificam todos esses grupos são as formas mercantis, usinárias, pré-capitalistas de suas transações. Eles constituem, ainda hoje, o sistema do capital comprador, que é uma sobrevivência do colonialismo.

Faço quase todos, então em todos os Estados do Brasil, esses grupos atuam sob condições monopolistas — desde os latifundiários que monopolizam a terra

dos produtos manufaturados (admitindo-se um consumo destes da ordem de 20% das despesas totais e a manutenção dos demais preços) resultaria numa diminuição do salário real em 20%.

Desse modo, a redistribuição da renda em favor do setor agrícola (redistribuição que se canaliza quase totalmente para a minoria latifundiária) não só descapitaliza o setor industrial, mas concorre também para reduzir o mercado interno para os produtos da indústria.

Outro efeito da concentração da renda nas mãos de uma minoria do setor pré-capitalista é a dissipação e o desperdício da parte não investida dessa renda que, logicamente, devem ser muitas vezes maiores nesse setor do que no setor capitalista. Mesmo esses investimentos reprodutivos, se se aplicam à ampliação da produção de gêneros em regime ou em perspectiva de superprodução — como é o caso do café — não contribuem para a correção do processo inflacionário, para reduzir a desproporção entre a oferta de mercadorias e a demanda solvente; antes representam uma imediata ou futura potencialidade inflacionária, como geradores de novas premissas de crises parciais, as quais vão exigir mais tarde novas subvenções, novas emissões de papel-moeda e de crédito para financiar estoques ou ressarcir dívidas.

É sabido que um dos requisitos exigidos para o desenvolvimento industrial no sistema capitalista consiste na desigualdade dos preços agrícolas em relação aos preços industriais. É através da transferência maciça da mais-valia criada na agricultura para a indústria, que, via-de-regra, o desenvolvimento capitalista encontra os recursos necessários à sua mais rápida expansão.

A subordinação do campo à cidade e a espoliação da agricultura pela indústria (de que se beneficiam especialmente os setores monopolistas dessa última) é uma característica do capitalismo, como a subordinação da cidade pelo campo o foi dos tempos do feudalismo.

Para estar de acordo com sua própria história e coerente com sua natureza, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve pressupor um sistema de relações com a agricultura que lhe permita obter uma parte crescente dos recursos de capital mediante a transferência da renda do campo para a cidade. É essa transferência se efetua por meio do mecanismo de preços, ou seja, pela atuação mais ou menos espontânea da lei do valor.

Portanto, quando a redistribuição da renda favorece a agricultura em detrimento da indústria, como aconteceu no período que examinamos, o desenvolvi-

mento capitalista só pode ocorrer em condições anormais e acompanhado de fortes abalos e desequilíbrios em toda a economia.

Em tais condições, parece fora de dúvida que a lei do valor foi impedida de atuar livremente em virtude da coerção exercida pelos monopólios imperialistas e pelas forças pré-capitalistas (setor latifundiário-exportador) contra as forças capitalistas (setor industrial).

Aqui se apresenta, com toda a clareza, a forma por que o processo inflacionário se agrava ou se intensifica em consequência da luta entre forças relativas antagônicas (no caso, particularmente, entre, de um lado, os monopólios imperialistas e os monopólios pré-capitalistas, de outro lado, o setor capitalista) pela apropriação da mais-valia criada no conjunto da economia nacional.

A inflação em nosso país é, pois, uma das manifestações exteriores — presente, mente a mais ostensiva — do choque entre as forças que lutam pelo desenvolvimento econômico e as forças que tentam estrangular este desenvolvimento. — É o produto das contradições internas de nossa sociedade, contradições essas que agora já podem, em vários dos seus aspectos, ser resolvidas a favor do progresso social.

OS RECENTES SURTOS INFLACIONÁRIOS

A partir de 1954 recrudescceu o processo inflacionário, tendo início um novo surto, como resultado, em parte, da acumulação dos fatores tradicionais e, em parte, das novas tensões geradas principalmente na esfera de nossas relações com o exterior.

Comparando-se a situação dos dois últimos quinquênios, verifica-se que durante o período 1949/53 a expansão dos meios de pagamento (moeda em poder do público mais moeda escritural) havia sido de 112,5% e o crescimento do produto real de 23,3%, enquanto no período 1954/58 os meios de pagamento cresceram de 133,1% e o produto real cresceu de 17,4%. Segue-se que no último quinquênio o incremento dos meios de pagamento foi 7,6 vezes maior que o do produto real, ao passo que no período anterior fôra 4,8 vezes maior (seja destacado, de passagem, que o produto real cresceu menos justamente quando foi maior o incremento dos meios de pagamento).

Está claro, portanto, que o processo inflacionário se desenvolveu mais rapidamente depois de 1954 e isso é comprovado, também, pela taxa do custo de vida no Distrito Federal que, no quinquênio último, subiu a cerca de 100%, contra uma alta de 60% nos cinco anos anteriores.

Se nos contentássemos com uma explicação mecanicista para esses fenômenos, bastaria registrar que a inflação se acentuou em virtude de se terem elevado a 72 bilhões as emissões de papel-moeda e a 136 bilhões os déficits orçamentários públicos (100 bilhões da União, 25 bilhões dos Estados e 3,2 bilhões dos Municípios) durante o quinquênio 1954/58.

Mas que razões econômicas ou extra-econômicas teriam impellido o governo a emitir em tão larga escala e a deixar subir a tão grandes somas os déficits orçamentários?

Será verdadeira quanto a esse quinquênio a afirmação dos teóricos e dos políticos entreguistas e reacionários, os quais pretendem fazer crer que as causas da inflação brasileira são exclusivamente de ordem interna e que os fatores preponderantes surgem dos continuados aumentos de salários e vencimentos e da «moderada» industrialização do país?

Os fatos provam justamente o contrário, como veremos a seguir. As tensões inflacionárias que perseguem secularmente nossa economia e que se agravam em períodos como o atual, não se originam de nosso crescimento, de um esforço «excessivo» de industrialização, não decorrem, em suma, das transformações progressistas que se realizam na sociedade brasileira. Elas representam, em vez disso, uma sobrecarga imposta ao povo para a conservação de tudo quanto a sociedade brasileira possui de mais retrógrado. Na verdade, também agora, os meios de pa-

gamentos crescem em ritmo anormal e muito superior ao incremento real da produção, o governo emite desordenadamente e faz aumentar seus déficits orçamentários, muito mais para atender às exigências de nosso atraso do que às de nosso progresso.

Partindo de generalizações superficiais, alguns economistas de boa fé tentam explicar os surtos inflacionários dos países subdesenvolvidos como uma decorrência do crescimento da renda ou da demanda monetária, que se segue às épocas de melhoria da conjuntura internacional dos produtos primários. Sua superficialidade está em que eles ficam na aparência dos fatos e não procuram distinguir o seu traço mais importante que é o modo por que se forma e se distribui essa renda. Por isso, igualmente não podem compreender como o processo inflacionário continua a desenvolver-se quando piora a conjuntura internacional dos produtos primários.

A experiência brasileira demonstra que há um fator constante em nosso processo inflacionário secular e que, por conseguinte, ele não pode ser encontrado nas variações da conjuntura. Onde pois achá-lo senão nos aspectos permanentes, nos aspectos estruturais da economia brasileira?

Ademais, se a inflação no Brasil é consideravelmente mais antiga do que o nosso desenvolvimento industrial, como responsabilizar este desenvolvimento por um fenômeno que lhe antecede de séculos?

O permanente no processo inflacionário de nosso país está, pois, em algo que não mudou, em algo que sobrevive às transformações progressistas da sociedade brasileira. É o que há de caduco, de decadente, de anacrônico em nossa economia que continua, basicamente, a gerar e nutrir a inflação.

Não importa que o respeitável Prof. Eugênio Gudín chame a isso de «abstracionismo econômico» (O Globo de 6-11-59) e invoque Keynes para classificar como «modernismos errados» as teses dos economistas que começam a reconhecer que o processo inflacionário no Brasil precisa ser extirpado também com modificações na estrutura de nossa economia. A verdade concreta tem sido uma impiedosa inimiga das opiniões e previsões do Prof. Gudín, que não é um abstracionista, mas um sagaz aproveitador de nosso estado de coisas e tudo faz para conservá-lo.

Quando na cúpula do setor pré-capitalista em nosso país os lucros são desmedidamente elevados ou mantidos em níveis superiores, seja nos altos, seja nos baixos da conjuntura, e os meios de pagamento aumentam para fazer face às altas naturais ou artificiais de preços, ocorre uma depreciação da moeda e a maioria da população sofre uma diminuição de seu

poder aquisitivo que sacrifica principalmente as massas trabalhadoras.

Porque os lucros do setor pré-capitalista se concentram na sua cúpula — uma minoria extremamente reduzida de latifundiários e exportadores — o que não resulta de uma casualidade mas das condições estruturais da economia brasileira, os investimentos reprodutivos apenas crescem numa proporção muito inferior ao crescimento dos lucros e da renda agrária e o processo inflacionário não é corrigido pela expansão física das forças produtivas ou pela melhoria da produtividade como pode ocorrer quando aumentam os lucros e os investimentos do setor capitalista.

E porque essa cúpula do setor pré-capitalista, onde se concentram as rendas e os lucros assim acrescidos, tem seus interesses voltados para o mercado externo, daí não resulta que aumente, na mesma proporção, a produção destinada ao mercado interno. Ao contrário, cada vez que aquilo se verifica, os recursos se transferem da produção destinada ao mercado interno para a produção exportável — o que por sua vez não se traduz sempre nesse setor por um aumento de exportação mas, não raro, num aumento dos estoques, numa premissa de crise ou numa crise parcial de superprodução, frequentemente contracenada com uma crise de produção no setor do mercado interno.

Para compreendermos melhor as novas tensões surgidas de 1954 em diante na economia brasileira precisamos rememorar os fatos que se desenrolaram no correr de 1953, os quais caracterizam uma grave crise de estrangulamento externo muito semelhante à de nossos dias.

Já vimos como, de 1939 a 1952, nosso país teve de suportar enorme descapitalização, superior a 6 bilhões de dólares, em decorrência das perdas nas relações de trocas e das saídas líquidas de recursos para as empresas monopolistas estrangeiras.

Assim como as divisas acumuladas durante a segunda guerra mundial foram malbaratadas com a brusca ascensão dos preços dos produtos manufaturados no justo momento em que nos permitiram importá-los, as divisas ganhas com o «boom» do conflito coreano foram desperdiçadas nas vultosas importações dos anos 1951/52 «inspiradas pelo receio de guerra», como disse em sua mensagem de 1953, o Presidente da República.

Os brasileiros jamais esquecerão essas duas operações de rapina, verdadeiras chantagens internacionais, representadas pelos famigerados «Acórdos de Washington» vigentes até 1952 e pela venda forçada de excedentes de guerra levada à prática no biênio 1951/2. Esta política — reconheceu o Presidente Getúlio Vargas em sua citada Mensagem — elevada a um ponto que se revelou excessivo,

de inflação, em proporção maior que a da queda do custo da venda; e 3) — a pressão exercida no crédito pelo sistema bancário, muito favorecido pelo Banco do Brasil e a S.A. Brasileira de Crédito e Câmbio, concedia emissão de cambiais para a aquisição dos monopólios estrangeiros, concentrando-se pela Portaria 70 na compra de café, no máximo, uma reação psicodélica que vinha a influir no fechamento e no crescimento, menos notável, que não se pode assimilar a prática da Portaria 70 de inflacionária, de vez que há mais possibilidade de deflação do que de inflação (Desenvolvimento e Conjuntura, junho de 1958).

O ano de 1954 foi marcado por uma pressão extraordinariamente intensa exercida sobre nosso país pelos monopólios e pelo governo dos Estados Unidos, a qual chegou praticamente a invalidar a aparente melhoria revelada nos índices de nossas relações de intercâmbio. As principais manifestações ostensivas de tal pressão consistiram na campanha baixista contra o café brasileiro (cujos preços tinham-se elevado verticalmente nos primeiros meses, devido às fortes geadas que danificaram um terço da safra, atingindo 95 centavos de dólar a libra-peso em abril) e nas exigências para a reparação dos rendimentos de capitais. Como é sabido, a pressão imperialista no plano econômico não se limitou a isso e visava a objetivos de maior alcance, notadamente, no que se refere ao nosso petróleo; e, no plano político, foi levada às graves perturbações que culminaram na morte do Presidente Getúlio Vargas.

Para fazer face ao bloqueio estabelecido pelos importadores norte-americanos, que reduziram ao mínimo suas compras ao nosso país, o governo recorreu às fórmulas habituais de valorização financiando os estoques que se ampliavam, até que, em agosto de 1954, uma nova reviravolta teve lugar com mais uma queda da taxa cambial e uma acentuada baixa nos preços externos do café.

Na Mensagem enviada ao Congresso de 1955 pelo Presidente da República (Sr. Café Filho), em que aparece velada crítica à política do governo anterior tentasse, ainda que de forma pouco clara, responsabilizar pelo recrudescimento da inflação a atitude de resistência aos trusts em vez de responsabilizar a pressão destes. Na citada Mensagem lê-se que «todo o produto dos ágios e o de novas emissões foram aplicados no financiamento do café, não ao preço de custo, mas a 80% do preço de venda que se pretendia fixar».

«O total do déficit previsto é, portanto, — diz o governo Café Filho — na realidade de mais de 14 bilhões de cruzeiros, sem incluir a importância das obrigações vencidas e não pagas nos exercícios de 1953 e 1954 nem a dos créditos especiais em vigor, no montante de Cr\$ 4 343 106 840,50.»

Os meios de pagamento cresceram em 1954 de 28,5 bilhões de cruzeiros, dos quais 13 bilhões depois do mês de agosto; aquele total representa um incremento de 23%, contra 19,1% em 1953 e 15% em 1952.

Esclarecendo as causas dessa expansão monetária diz a Fundação Getúlio Vargas: «Como causas predominantes dessas emissões, destacam-se: o financiamento em níveis bem mais elevados do café e outros produtos agrícolas (arroz, trigo, cana-de-açúcar, agava, etc.); o déficit financeiro da União no exercício de 1954; empréstimos a diversas entidades da Federação; suplementação de recursos a bancos, em virtude de retiradas anormais na capital paulista nos últimos meses do ano; e os subsídios aos exportadores, concedidos nos meses de novembro e dezembro, os quais foram elevados pela Instrução 99 da Superintendência da Moeda e do Crédito, de cerca de 10 cruzeiros, tanto para o café como para os demais produtos, e coincidiram com a diminuição da receita de ágios, decorrente da carência de divisas disponíveis para importação.» (Conjuntura Econômica, janeiro de 1955, pág. 59).

Somente os adiantamentos ao IBC para compra de café, a partir de agosto até o fim de 1954, absorveram 8,2 bilhões de cruzeiros, isto é, cerca de uma terça parte do total do aumento verificado nos meios de pagamento e quase duas terças

partes da produção no último quadrimestre. (Relatório do SUMOC de 1955).

Diante de todos estes fatos, convieria perguntar, não somente, porque não o monopólio que se registra em 1954 se dirigiu predominantemente, de uma maneira descontrolada sobre a economia brasileira pelos monopólios capitalistas estrangeiros e os monopólios pré-capitalistas internos?

Desde 1931 e até o presente nosso país, como a maioria dos países subdesenvolvidos vem suportando, em grau cada vez maior, a pressão baixista exercida pelos trusts internacionais sobre os preços dos produtos primários. Não se trata mais de flutuações de conjuntura, de baixas relacionadas com as variações cíclicas da economia dos países capitalistas desenvolvidos, como alguns acreditam, mas de uma depreciação de efeito ininterrupto e unilateral, porque só atinge os produtos primários, quando, simultaneamente, sobem os preços dos produtos manufaturados nos mercados mundiais.

O processo está relacionado com a crise inflacionária — para empregar expressão já aceita por alguns economistas marxistas — que domina o sistema capitalista mundial. Parece um contra-senso afirmar, mas corresponde a uma realidade concreta, que a inflação eleva os preços dos produtos manufaturados ao mesmo tempo que rebaixa os preços dos produtos primários, nos mercados mundiais. A lógica interna dessa contradição está em que tanto um quanto outro dos fenômenos indicados têm uma mesma essência. Enquanto nos países capitalistas avançados o método inflacionista, através do qual a taxa de lucros é mantida em alto nível ou é elevada, conduz às altas dos preços-ouro, nos países subdesenvolvidos ou dependentes o método inflacionista, que também é utilizado para a obtenção de lucros mais elevados, conduz à baixa dos preços-ouro.

O problema pode ser pôsto em termos teóricos pela economia política marxista como um efeito do «choque» entre duas leis objetivas do capitalismo, a lei tendencial à baixa da taxa de lucros e a lei da mais-valia (ou da elevação, ao máximo, dos lucros).

Admitindo-se que o estado monopolista, atualmente, tem à sua disposição os meios de influir poderosamente, através da política fiscal e da política monetária, na redistribuição da renda nacional, parece evidente que o método inflacionista se torna a fórmula ideal para neutralizar a tendência à baixa da taxa de lucros, para rebaixar por via indireta o nível do salário real e satisfazer às exigências de superlucros dos monopólios capitalistas.

Participa desta opinião, entre outros, o Prof. Cel. Balduino, da Escola Prática de Artes e Ofícios, sob o nome de «Economico Aplicado», ano VII, no. 1-2, Janeiro a Junho de 1954, pág. 109.

«Cada empresário exerce assim uma pressão constante sobre os salários, pressão que pode ser mais ou menos eficaz, segundo a situação do mercado de trabalho. Entretanto, de um lado, existe uma limitação física à baixa do salário real, limite abaixo do qual o nível de produtividade, longe de aumentar, começaria a baixar (o que faria surgir uma nova tendência à baixa da taxa de lucro). De outro lado, o próprio desenvolvimento do capitalismo nos países mais industrializados suscita a organização sindical dos trabalhadores e o aparecimento de forças que, nas condições econômicas favoráveis, podem não só se opor à baixa do salário real como assegurar sua elevação. Assim, quando estão reunidas as condições de uma tendência à baixa das taxas de lucro, as possibilidades de se oporem a esta tendência pela baixa dos salários reais são cada vez mais limitadas. Todavia, tais possibilidades podem reaparecer de modo mais ou menos duradouro, seja através de uma inflação suficientemente ampla para provocar uma baixa dos salários reais, seja através de uma depressão que (provocando uma baixa imediata do montante absoluto da taxa de lucro) cria condições favoráveis a uma baixa do salário real e, portanto, a uma eliminação ulterior, igualmente temporária mas de maior duração, da tendência à baixa das taxas de lucro.»

Em virtude da crescente disparidade entre os preços dos produtos industriais e dos produtos primários, a relação de trocas em nosso país sofreu uma deterioração de 31%, entre 1954 e 1958, segundo os dados numéricos da Fundação Getúlio Vargas (os índices da CEPAL atribuem uma diferença de pouco mais de 20%).

Os prejuízos causados por essa rápida e profunda deterioração podem ser considerados entre os maiores ocorridos em nossa história. Basta ver que por 4,3 milhões de toneladas de produtos exportados em 1954, recebemos 1,6 bilhões de dólares e por quase o dobro do volume, ou sejam 8,3 milhões de toneladas exportadas em 1958, recebemos apenas 1,2 bilhões de dólares. Mesmo que se levem em conta as diferenças na composição de nosso comércio exterior, nas duas datas, a queda verificada foi enorme.

Com base nos índices da Fundação Getúlio Vargas (valores unitários deflacionados pelo quantum) podemos calcular as perdas sofridas nesse período pela economia brasileira.

PERDAS NO INTERCÂMBIO EM MILHÕES DE DÓLARES DE 1954

ANOS	Exportações a Preços de 1954	Relação de Troca	Poder Aquisitivo das Exportações	Efeitos da Relação de Trocas Sobre 1954
1954	1 561,8	100	1 561,8	—
1955	1 801,5	78	1 405,2	396,3
1956	1 950,0	73	1 423,5	526,5
1957	2 046,5	71	1 453,0	593,5
1958	1 827,9	69	1 261,3	566,6
1954/58				2 082,9

Como se vê, se os termos de intercâmbio se mantivessem estáveis, no nível do ano de 1954, teríamos recebido em 1958, muito mais e não muito menos do que em 1954. Nossas perdas, com o pioramento das relações de troca, foram, por conseguinte, da ordem de dois bilhões de dólares no conjunto dos quatro anos que se seguiram ao ano de referência.

Esse violento impacto sofrido pela economia nacional haveria de ter profundas repercussões em nosso país.

Seria de imaginar que, com a queda dos preços dos produtos exportados, os prejuízos daí decorrentes fôssem recair

exclusiva ou principalmente nos exportadores e produtores de mercadorias de exportação. Não foi assim que aconteceu, pois tanto uns quanto outros mantiveram em níveis elevados suas rendas, apesar das baixas de preços nos mercados mundiais.

A explicação está, como já se viu antes, em que a queda dos preços internacionais é acompanhada por elevações da taxa cambial, as quais funcionam como subsídios ao setor da exportação.

O quadro abaixo possibilita uma avaliação dos efeitos das desvalorizações externas de nossa moeda em relação ao setor cafeeiro,

ANOS	Preços médios p/saca em moeda corrente				Dólar-Café (e)	Preços Médios p/saca a taxa do ano anterior (f)	Efeito da alteração cambial (g)	% (c)
	Dólares (a)	Índices (b)	Cruzeiros (c)	Índices (d)				
1953	69,93	100	1 394,20	100	19,94	—	—	
1954	86,84	124	2 272,70	163	26,17	1 731,60	541,10	
1955	61,62	88	2 217,20	159	35,98	1 612,60	604,60	
1956	61,28	88	2 244,00	161	36,62	2 204,90	39,10	
1957	59,05	84	2 164,30	155	36,85	2 162,40	1,90	
1958	53,37	76	1 967,00	141	36,86	1 956,00	11,00	
1959 *	43,00	61	2 516,00	180	58,74	1 585,00	931,00	

Já nessa oportunidade, os mais ativos teorizadores das correntes entreguistas e reacionárias firmavam posição ao lado dessa política. O Sr. Eugênio Gudín, enquanto aplaudia a reforma cambial, por ele mais tarde, como Ministro da Fazenda levada a conseqüências ainda mais desastrosas, apontava as três seguintes causas da inflação no Brasil: 1) — os déficits orçamentários; 2) — os aumentos

* Janeiro a junho FONTE: Dados brutos do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.



A primeira observação a fazer é que, enquanto houve no período focalizado uma defloração constante, a partir de 1954 a moeda em dólares por hectare diminuiu-se à metade entre 1954 e 1959 nos preços-que da exportação, em consequência da acumulação ininterruptamente os preços em moeda nacional, chegando a atingir em 1959 a base de 1953.

Os contratos mais violados ocorreram nos anos de 1954 e 1955 e, depois, nos primeiros meses do corrente ano, épocas, precisamente, em que se verificaram os maiores impactos no custo da vida: 22,1% em 1954, 23,3% em 1955 e 23,9% em 1959 (junho a junho), segundo os indi-

ces da Fundação Getúlio Vargas para o Distrito Federal.

Inversamente, nos anos em que foram menores os efeitos da inflação, o custo da vida não teve variações significativas: 15,8% em 1957 e 14,2% em 1958 (dados da mesma origem).

Por esse processo de intervenção no mecanismo do câmbio e dos preços, foi transferida para o conjunto da população consumidora uma considerável parcela das perdas infligidas pela especulação imperialista, parcela esta que pode ser também avaliada, ainda que imperfeitamente, do modo a seguir exposto.

EXPORTAÇÕES EM MOEDA CORRENTE					Efeito da Alteração Cambial Cr\$ milhões (e)	%
ANOS	DOLARES (US\$ milhões) (a)	CRUZEIROS (b)	Cruzeiros à Taxa do Ano Anterior (Cr\$ milhões) (c)	Dólar-Exportação (d)		
1953				20,82		
1954	1 561,8	42 068	32 517	27,61	10 451	21,3
1955	1 423,2	54 521	39 152	38,31	15 369	28,2
1956	1 482,0	59 472	56 775	40,13	2 697	4,5
1957	1 392,0	60 657	55 861	43,58	4 796	7,9
1958	1 243,0	63 753	54 170	51,29	9 583	15,0
1959 *	577,0	44 891	29 594	77,80	15 297	34,1
TOTAL		326 262	268 069		58 193	17,8

* janeiro a junho

FONTE: Dados brutos do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

O total das perdas transferidas pelo Estado, a serviço do setor de exportação, para o conjunto da economia deverá aproximar-se de 58,2 bilhões de cruzeiros ou 17,8% do total das exportações no período examinado. Esses números indicam as proporções dos subsídios encaminhados ao setor exportador, em decorrência das desvalorizações externas de nossa moeda.

Comparando-se o efeito da alteração cambial no conjunto da exportação e no setor cafeeiro, observa-se que nos anos de 1954 e 1955 a margem do subsídio

é praticamente idêntica (café: 23,8% e 27,3%; conjunto da exportação: 21,3% e 28,2%); nos anos de 1956, 1957 e 1958 a margem obtida pelo conjunto é maior do que a obtida pelo setor cafeeiro; mas este adquire importante vantagem sobre aquele no primeiro semestre do corrente ano (37% contra 34,1%).

A repercussão das desvalorizações externas da moeda nos preços internos e sua influência decisiva na sustentação e mesmo na elevação dos preços do café e dos preços agrícolas podem ser mais bem comprovados no quadro seguinte.

INDICES COM BASE MÓVEL DAS TAXAS DE CONVERSÃO E DOS PREÇOS

ANOS	Taxas de Conversão		Preços no Atacado			Preços ao Consumidor (Custo da Vida no Distrito Federal) (f)
	Dólar-exportação (a)	Dólar-Café (b)	Total (c)	Agrícolas Café (d) Industriais (e)		
1954	132	131	129	159	132	122
1955	139	137	113	90	114	123
1956	105	102	116	107	124	120
1957	109	100	109	102	117	117
1958	118	101	108	100	117	114
1959 *	152	159	118	94	139	126

* janeiro a junho

Nota — Colunas a) e b): índices baseados na divisão da quantia anual das

exportações em cruzeiros correntes pela quantia anual das exportações em dóla-

res correntes; colunas c), d), e) e f): dados de Conjuntura Econômica.

Em todo o período, os incrementos nos preços industriais foram superiores aos dos produtos agrícolas. Apesar disso, os preços industriais, cuja posição desvantajosa se acentuou num longo período anterior, não conseguiram recuperar essa desvantagem até novembro de 1958 (os índices de Conjuntura Econômica, partindo do ano base de 1948, acusam no mês de novembro a seguinte posição: preços agrícolas 478; preços industriais 471). De dezembro de 1958 até julho de 1959, os preços industriais (média dos 8 meses: 558) passam à frente dos preços agrícolas (média mensal dos 8 meses: 502) mas em agosto de 1959 o índice dos preços industriais (589) volta a um nível inferior ao dos preços agrícolas (594).

Nas condições da economia brasileira, em que a artificialidade dos preços está fora de qualquer contestação, as flutuações nos preços relativos dão a medida do grau acirrado da disputa entre os monopólios pré-capitalistas e o setor capitalista pela apropriação da mais-valia, disputa esta que, por sua vez, se trava no plano político em torno de posições-chave que assegurem a concessão de favores do Estado.

Os anos em que o setor exportador, e particularmente o setor cafeeiro, foi menos beneficiado (conforme revelam, com a maior nitidez, os números índices acima apresentados) por subsídios de exportação (o que não quer dizer que não tenha sido beneficiado por outras formas de subsídios) coincidem com a execução, por parte de alguns setores do governo, de uma política inclinada a amparar e favorecer mais os interesses da indústria do que os do setor agrícola-exportador (sustentação dos preços ex-

ternos do café e resistência à desvalorização externa da moeda).

Entretanto, como tem acontecido frequentemente durante nossa história, e mais recentemente aconteceu à altura de 1953, sob pressão dos monopólios norte-americanos e dos grupos de latifundiários e exportadores, foi o governo compelido a dar marcha à ré e a substituir suas posições anteriores (inclusive a mudar alguns de seus ministros) por «novas» posições capitulacionistas. Essa reviravolta — que elevou ao comando da política econômico-financeira o Sr. Lucas Lopes — se revela e se «lê» através do comportamento dos preços, os quais, mais uma vez, em consequência de alterações cambiais adquirem maior ascensão inflacionária e velocidade ainda maior nos setores beneficiados com as subvenções à exportação.

Diante de todos esses fatos, surpreende que haja alguém que dê um mínimo de crédito aos trabalhos de ficção estatística destinados a provar que, ao invés de ser subvencionada pelo Estado, a agricultura latifundiária ou a agricultura de exportação é que subvenciona a economia brasileira, o que constitui não só uma aberração estatística mas também uma aberração histórica.

Um desses trabalhos foi divulgado no órgão especializado da Fundação Getúlio Vargas (Conjuntura Econômica, julho de 1959), com o propósito de imprimir coloração técnica e conteúdo teórico à campanha dirigida pelo Imperialismo norte-americano e pelo setor latifundiário-exportador contra o que é por este chamado de «conflito cambial».

Todo o raciocínio desenvolvido no referido trabalho está apoiado numa série de supostas «taxas cambiais de equilí-

brio», obtida pelos índices de preços de atacado no Brasil e nos Estados Unidos e, segundo se declara, elaborada pelo Fundo Monetário Internacional (Quadro I, página 84). Como estas «taxas de equilíbrio» estão mais altas do que as «taxas efetivas», pelas quais foram realizadas as exportações, deduzem os autores do trabalho que a diferença entre uma e outra representaria os subsídios indiretos concedidos pelo setor exportador».

Mas, qual a validade dessas taxas de equilíbrio? Essas taxas se prestam às conclusões tiradas sobre os pretendidos subsídios?

Muito prudentemente Conjuntura Econômica não diz uma palavra a tal respeito e, transformando uma incógnita numa verdade consagrada, emprega todo o seu engenho numa petição de princípio, nada conseguindo provar.

Acontece que nem aquelas taxas podem, do ponto-de-vista técnico, ser consideradas como taxas de equilíbrio nem se prestam para os fins a ela destinados por Conjuntura Econômica.

Se autores daquele trabalho pretendessem, ao menos por uma questão de respeito hierárquico, apresentar, como base de seus cálculos, algo menos fantasista poderiam ter seguido os ensinamentos dos Professores Eugênio Gudin e Jorge Kingston — ambos membros da Fundação Getúlio Vargas — os quais em artigo publicado há dez anos (Revista Brasileira de Economia, dezembro de 1949) tentaram demonstrar, entre ressalvas sem conta, que a taxa de equilíbrio do cruzeiro estaria entre Cr\$ 25,00 e Cr\$ 28,00, no ano de 1950 (e não Cr\$ 41,52, como figura no recente trabalho de Conjuntura Econômica).

Mas não só deixaram de fazê-lo, como ainda, tomando alhos por bugalhos, chamaram de equilíbrio taxas cambiais obtidas mediante a comparação de índices de preços de atacado, o que é uma forma das mais precárias de comparar poderes de compra de moedas de países de estruturas tão diversas como o Brasil e os Estados Unidos.

As taxas utilizadas por Conjuntura Econômica para seus malabarismos a respeito dos «subsídios concedidos pelo setor exportador» bem se poderia aplicar o que disse o Sr. George Marshall, membro do Fundo Monetário Internacional:

«Este método tem dois inconvenientes sérios: a) os tipos de câmbio computados de acordo com a teoria da paridade do poder de compra são, em geral, maus indicadores dos tipos de câmbio de equilíbrio, não somente devido às deficiências técnicas dos índices de preços mas também porque em um período relativamente longo ocorrem muitas mudanças nas funções de demanda e de custos, e b) ainda que se pudesse obter uma boa medida da sobrevalorização da moeda, a redução de que se necessita na demanda de divisas dependerá da elasticidade da demanda na região relevante». (Trabalho apresentado na Mesa Redonda da Associação Econômica Internacional, realizada no Rio de Janeiro em agosto de 1957 — publicado em Economia, n. 63, Santiago do Chile).

Não nos parece correto, ademais, partir de elementos imaginários e discutíveis, os quais na melhor das hipóteses poderiam ser invocados para a indicação de uma tendência, e com eles chegar a estimativas evidentemente exageradas e a afirmações sem nenhuma base científica.

Os articulistas de Conjuntura Econômica de certo se filiam à corrente dos que só admitem um equilíbrio em nossa balança de pagamentos conseguido à custa de concessões aos especuladores baixistas internacionais, à força de ininterruptas desvalorizações de nossa moeda, e de portas indiscriminadamente abertas aos capitais estrangeiros.

Por que, necessariamente, as «taxas de equilíbrio» devem resultar de uma política de depreciação de nossa moeda e não de uma política de valorização dos preços-ouro de nossos produtos exportados?

Se nossa agricultura de exportação só se pode manter socorrendo-se com tipos de câmbio cada vez mais baixo é porque há alguma coisa que precisa ser modificada e esta coisa não é o câmbio mas sua estrutura anacrônica, sua incapacidade de produzir a custos mais baixos, enfim — seus processos antiquados de produção e de comercialização.

A experiência de nosso comércio externo mostra que todas as vezes em que nosso tipo de câmbio é rebaixado, disso se servem os trustes internacionais para aviltarem os preços-ouro de nossos produtos, com o que o valor global de nossas exportações ou permanece no mesmo nível anterior ou cresce com prejuízo de nossas relações de troca.

No primeiro caso, supondo-se que uma desvalorização de 20% de nossa moeda provocasse uma queda da mesma ordem de 20% nos preços das mercadorias exportadas, sem um correspondente aumento do volume, o valor global das exportações ficaria praticamente inalterado. Como, então, determinar a existência de «subsídios» se o produto exportado não se alterou?

No segundo caso, supondo-se que uma desvalorização de 20% na moeda provocasse um aumento do volume das mercadorias exportadas, cresceria o valor global das exportações. Esse aumento de

volume poderia resultar de causas estranhas à desvalorização (aumento da demanda externa, flutuação cíclica, destruição de colheitas nos países competidores, etc.) Como, também aqui, determinar a existência de subsídios?

Mas, se tanto num como noutro caso, é impossível provar que a agricultura de exportação está «subvencionando» a indústria do país exportador, fica no entanto provado que o país exportador está de fato subvencionando a indústria do país importador, que adquire a preços mais baixos a mercadoria exportada.

A conclusão que se pode tirar do fato é, pois, que as «taxas de equilíbrio» apenas permitiriam verificar como a transferência de renda se faz do país exportador de produtos primários para o país importador desses mesmos produtos. A isso Conjuntura Econômica não se refere. Mas, para medir essa transferência, o método mais indicado seria o das relações de troca.

O Confisco Inflacionário (1)

Todos os recursos de imaginação dos articulistas de Conjuntura Econômica não puderam ocultar que os verdadeiros confiscados, nesse sistema de espoliação que se implantou em nosso país, não são os monopólios pré-capitalistas, mas sim a grande maioria do povo. O fato econômico que prevalece, o traço dominante nesse sistema é o confisco inflacionário a que é submetida a grande massa de trabalhadores e consumidores, sempre que o Estado brasileiro sob pressão dos monopólios imperialistas e a serviço principalmente dos setores mais conservadores, quer obter recursos monetários excessivamente superiores à capacidade normal da economia do país.

Quando uma parcela desses recursos é desviada para outras atividades (para a produção ou para a comercialização de artigos industriais, para obras públicas ou quaisquer outras aplicações urbanas) os monopólios pré-capitalistas, que antes se completavam com todas as sobras que lhes ficavam (depois de pago aos monopólios imperialistas o seu quinhão) começam a se dizer «confiscados» e a chamar pelo «direito» a receber uma parte maior dos recursos extraídos do povo por meio da inflação. A campanha do «não venda o seu café», realizada em 1953 e a «marcha da produção» tentada em 1958, são amostras desse clamor.

Seria dispensável repetir que a obtenção de recursos monetários excessivos, ou o confisco inflacionário, pressupõe, naturalmente, escassez de recursos reais, escassez de capitais, e não se tornaria um fato objetivo, necessário, pelo menos em tão larga escala, se nossa economia não tivesse de suportar um permanente processo de descapitalização externa, isto é, uma evasão constante de renda, através das trocas comerciais com o exterior e da saída de divisas em favor dos trustes internacionais. Nessas condições, ao tratarmos do confisco inflacionário a ele associamos a espoliação imperialista, o que equivale a identificar como causas primárias responsáveis pela inflação, em primeiro lugar a ação de estrangulamento imperialista e,

(1) A expressão não é nova e se ajusta exatamente à situação brasileira. Talvez por traduzir com clareza o processo pelo qual a grande maioria do povo é despojada de sua parte na renda nacional não é frequente o seu emprego pelos economistas oficiais. Dele, entretanto, fez uso o Sr. Oswaldo Aranha, quando Ministro da Fazenda em 1953:

«deve-se esclarecer que a política emissionista contrária fundamentalmente, em primeiro lugar, o desenvolvimento econômico equilibrado a que se visa. É verdade que a alguns se afigura possível obter recursos monetários capazes de financiar programas de desenvolvimento, mediante o confisco inflacionário. Por último, tudo quanto se torna disponível pela poupança voluntária e o confisco inflacionário volta-se de preferência para os negócios especulativos a curto prazo ou para o setor mobiliário precisamente como defesa contra a desvalorização acelerada da moeda. As economias fogem, assim, ao encaminhamento necessário a qualquer programa governamental». (Política Econômica e Financeira, págs. 31 e 32).

em lugar imediato, o estrangulamento pré-capitalista.

O agravamento da inflação no correr dos últimos meses teve o mérito de acentuar e tornar ainda mais clara a responsabilidade dessa dupla ação de estrangulamento na rápida expansão dos meios de pagamento, na depreciação de nossa moeda e nas altas dos preços.

Já no ano de 1958, os monopólios pré-capitalistas haviam recebido bonificações e subsídios superiores a 70 bilhões de cruzeiros pagos à conta das sobretaxas cambiais, isto é, pagos indiretamente pelos consumidores de produtos de importação. Como esses produtos (equipamentos, matérias-primas industriais, etc.) se incorporam à quase totalidade da produção manufatureira, que por sua vez é em sua quase totalidade consumida internamente, os consumidores de produtos de importação são a totalidade ou a quase totalidade da população.

Essas quotas das sobretaxas cambiais, ou ágios, distribuídas em 1958:

Aplicações principais	Quantia em bilhões de cruzeiros
Bonificações pagas aos exportadores	42,1
Prêmios aos exportadores de café	6,3
Financiamentos ao Instituto Brasileiro do Café	21,5
Financiamento da exportação de açúcar	1,3
Total	74,2

Para que essas sobretaxas cambiais fornecessem os suprimentos reclamados por esses setores da economia, elas tiveram que ser sucessivamente elevadas pela SUMOC, a partir do segundo semestre de 1958 e até o primeiro semestre de 1959, a saber:

- em 10 de junho de 1958, pela portaria n. 157, as bonificações das 1.ª, 2.ª, 3.ª, e 4.ª categorias foram elevadas respectivamente, a Cr\$ 18,70, Cr\$ 24,70, Cr\$ 51,61 e Cr\$ 73,61.
- em 10 de janeiro de 1959, pela portaria n. 174, as bonificações das 1.ª, 2.ª, e 3.ª categorias foram elevadas a, respectivamente, Cr\$ 41,61, Cr\$ 51,61 e Cr\$ 81,61.
- em 29 de junho de 1959, pela portaria n. 185, as bonificações das 1.ª e 2.ª categorias, em que foram reunidas as categorias anteriores, elevaram-se, respectivamente, a Cr\$ 75,61 e Cr\$ 81,61.

Em virtude de tais elevações, a arrecadação dos ágios, no primeiro semestre de 1959, somou 69,9 bilhões de cruzeiros com um acréscimo de 29,4 bilhões de cruzeiros sobre o primeiro semestre de 1958 e de 7,5 bilhões de cruzeiros sobre o segundo semestre de 1958. Verificaram-se tais aumentos apesar de ter sido menor no corrente ano, o valor de nossas importações em comparação com a dos dois períodos anteriores.

Tudo isso se opera nos quadros da política de completa capitulação às pressões externas dos trustes internacionais, política esta cujos principais autores foram os Srs. Lucas Lopes, Roberto Campos e Garrido Torres.

É de estarrecer que a política eco-

nômico-financeira do país possa estar sujeita a tão curtas e inseguras variações dentro de um mesmo governo, como as que se sucederam nos últimos anos. É ainda é mais espantoso que as decisões de tamanha magnitude como as que são tomadas, em que estão envolvidos interesses de todo o povo e podem representar prejuízos, de uma parte, e vantagens, de outra parte, da ordem de dezenas de bilhões de cruzeiros, estejam na dependência de apenas um órgão executivo como a SUMOC ou de apenas um homem como o seu Diretor, sem a menor fiscalização e controle do Legislativo. Basta mencionar que durante a sua gestão e entre outubro de 1958 até junho de 1959, o Sr. José Garrido Torres teve possibilidade de elevar ao quádruplo, as bonificações concedidas aos setores cafeeiros e exportadores além de tomar por sua livre iniciativa outras providências, as quais representaram uma redistribuição de pelo menos 10% da renda nacional.

Em virtude das pressões externas, os preços-ouro de nossos produtos exportáveis ficaram por muito tempo praticamente abandonados ao jogo das especulações no mercado de Nova Iorque, enquanto que, internamente, o mercado de câmbio era também abandonado ao arbítrio dos especuladores com as sucessivas medidas que destinavam parcelas cada vez maiores de liquidações de divisas ao chamado «câmbio livre».

Contra isso não se insurgiam os monopólios pré-capitalistas, porque é medida que os preços-ouro caíam, os preços internos de seus produtos eram elevados. Assim, ao mesmo tempo que o café (Rio 7) tinha sua cotação externa reduzida de 41,10 centavos de dólar, em julho de 1958, para 33,50 centavos de dólar, em julho de 1959, seus cotizações internas aumentavam de 285 cruzeiros, em julho de 1958, para 357,10, em julho de 1959.

Como resultado direto dessas manipulações cambiais, nossa moeda sofreu uma depreciação externa de 26,5%, comparando-se o último semestre de 1958 com o primeiro de 1959, uma vez que a média ponderada do dólar norte-americano subiu de 99,49 cruzeiros (média do segundo semestre de 1958) a 125,85 cruzeiros (média do segundo semestre de 1959), o que se refletiu numa desvalorização interna de 21,9%, de vez que o custo da vida no Distrito Federal subiu do índice 431 (média do segundo semestre de 1958) ao índice 525 (média do primeiro semestre de 1959).

Esse processo agravou-se no segundo semestre de 1959 e tende ainda a agravar-se nos próximos meses.

No transcurso de 1959, o processo inflacionário brasileiro revela uma significativa particularidade: a pressão exercida sobre os preços por parte de um setor que se vem reforçando nos últimos tempos e que se distingue pela participação cada vez maior do capital monopolista estrangeiro: a indústria pesada.

Com a implantação da indústria automobilística e de algumas outras empresas siderúrgicas e de mecânica pesada em que tem considerável participação o capital estrangeiro, o processo inflacionário recebe um novo impulso cujas particularidades não devem passar sem um exame.

A partir do último trimestre de 1958, os preços industriais adquirem maior velocidade e transpõem o nível dos preços agrícolas. A redistribuição da renda que esse movimento dos preços traduz não significa que dela se tenham beneficiado as indústrias de bens não duráveis ou indústrias leves, mas sim, e principalmente, as indústrias de bens duráveis

ou indústrias pesadas. É o fator fundamental da pressão superior dos preços desse setor industrial sobre os preços agrícolas não decorre do poderio do conjunto da indústria ou do setor nacional da indústria, mas, como se pode depreender, do poderio do setor estrangeiro que tem maior peso na indústria pesada. Vem a propósito citar que a implanta-

ção da indústria automobilística exigiu emissões de crédito, nos anos mais recentes da ordem de 120 bilhões de cruzeiros ou à razão de 40 bilhões de cruzeiros por ano (segundo estimativas elaboradas pelo Economista Moacyr Paixão) o que já por si define as responsabilidades desse setor na enorme expansão dos meios de pagamento no período

a que nos estamos referindo. Além disso, vários produtos manufaturados e semi-elaborados (inclusive as carnes) foram favorecidos com bonificações cambiais alentadas, o que também se constitui num fator de elevação dos preços industriais.

Vejamos a evolução dos preços de atacado nos últimos doze meses:

INCREMENTOS TRIMESTRAIS (PORCENTAGENS)

Períodos	Agricultura	Indústria
1958		
4º trimestre	11,0	11,3
1959		
1º trimestre	6,0	10,1
2º trimestre	1,0	8,2
3º trimestre	16,1	0,3

FONTE: Dados brutos de Conjuntura Econômica.

Destaca-se nitidamente o avanço da indústria no último trimestre de 1958 e

nos dois primeiros de 1959. Mas no terceiro trimestre deste ano os preços agrícolas retomaram sua posição anterior no comando do processo inflacionário.

Se observamos parceladamente o comportamento dos preços de atacado, chegaremos a compreender que, no agrega-

do dos preços industriais, destacam-se no comando das altas de preços os grupos da indústria pesada, a saber:

INCREMENTOS TRIMESTRAIS (PORCENTAGENS)

PERÍODOS	METAIS E PRODUTOS METALÚRGICOS	TEXTÉIS E TECIDOS
1958		
4º trimestre	15,5	14,2
1959		
1º trimestre	11,7	5,9
2º trimestre	10,0	1,9
3º trimestre	- 4,6	7,3

FONTE: Dados brutos de Conjuntura Econômica.

Apenas no 3º trimestre deste ano os têxteis, no comércio de atacado, sofrem

uma elevação maior do que os metais e produtos metalúrgicos.

Em todos os outros trimestres a superioridade coube aos metais e produtos metalúrgicos.

Também o confronto dos preços de produção por operário-hora, nos setores pesado e leve da indústria nos conven-

tem de que os preços naquele primeiro setor, estão aumentando com maior rapidez do que no segundo:

INCREMENTOS DOS PREÇOS DA PRODUÇÃO POR HORA

PERÍODOS	INDÚSTRIA METALÚRGICA (Índices)	INDÚSTRIA MAT. TRANSPORTES (Índices)	INDÚSTRIA TEXTIL (Índices)
1958			
Julho	100	100	100
Dezembro	128	130	124
1959			
Julho	159	151	132

FONTE: Dados brutos dos Inquéritos Econômicos do IBGE.

O fato conclusivo, porém, é que apesar de toda a pressão do setor industrial e do reforço que ele recebeu dos grupos de indústria pesada, os preços agrícolas voltaram a superar os preços industriais,

a partir do mês de agosto do corrente ano. Como demonstram os índices de preços de atacado divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, com base no ano de 1958, as variações mensais, no terceiro trimestre deste ano apresentam-se assim:

MESES (1959)	PRODUTOS AGRÍCOLAS (1948=100)	PRODUTOS INDUSTRIAIS
Julho	538	588
Agosto	594	589
Setembro	618	599

Não parece restarem dúvidas de que a aceleração dos preços agrícolas sobrevém às portarias da SUMOC, como uma consequência direta dos subsídios concedidos ao setor exportador.

Diretrizes Para Uma Nova Política Econômico-Financeira

A primeira conclusão a tirar dos fatos e dos dados estatísticos aqui apresentados é a de que o processo inflacionário no Brasil tem resultado muito mais das pressões exercidas pelos elementos atrasados de nossa estrutura econômica, das relações de dependência externa e do subdesenvolvimento interno do que das condições criadas no esforço pela emancipação nacional e o progresso social. Isso quer dizer que os meios de pagamento excessivos, a sucessão de déficits orçamentários, de emissões de papel moeda e desvalorizações cambiais, ao contrário de resultarem, como alegam os teóricos e políticos reacionários, das necessidades de nosso desenvolvimento econômico, decorrem, fundamentalmente, das exigências formuladas em nome e em prol da conservação dos setores mais retrógrados de nossa economia.

A segunda conclusão a tirar é a de que esses mesmos setores, historicamente decadentes, representados pelos monopólios internacionais e pelos monopólios pré-capitalistas internos (grandes fazendeiros e grandes intermediários de negócios), têm sido os mais largamente beneficiados pelos astronômicos lucros inflacionários e, por isso, sobre eles deverá recair a parcela principal dos encargos resultantes de todas as medidas antiinflacionárias.

E a terceira conclusão, a de que o processo inflacionário em nosso país, para ser efetivamente atenuado ou detido, requer todas as usuais medidas de técnica fiscal ou monetária, mas exige, fundamentalmente, antes e acima de tudo, a aplicação de medidas radicais que atinjam as principais causas motoras da inflação. Essas causas principais são: a espoliação imperialista, a deterioração de nossas relações de intercâmbio, a depreciação externa de nossa moeda e os subsídios aos monopólios pré-capitalistas da economia brasileira.

A eliminação completa e definitiva dessas causas somente será alcançada com a realização de transformações profundas na estrutura da economia e da sociedade brasileira, à medida que as forças nacionais e democráticas forem

aumentando sua participação no poder do Estado e que se cumprirem os objetivos históricos da revolução brasileira.

Entretanto, nas presentes condições de nosso país, já existem possibilidades reais para um combate decisivo a essas causas, através de medidas capazes de deter ou atenuar seus efeitos mais prejudiciais e de impedir, em grande parte, a intervenção dos monopólios imperialistas e dos setores retrógrados internos na orientação de nossa política econômico-financeira.

O caráter dependente de nossa economia, duplamente estrangulada pela ação do capital monopolista estrangeiro e dos monopólios pré-capitalistas internos, transfere-se à nossa moeda que é, essencialmente, uma moeda dependente. Como reflexo dos preços e representante da riqueza concreta, nossa moeda está submetida às mesmas forças que dominam nossa economia ou nossa riqueza material.

No sentido rigorosamente exato da expressão, não dispomos ainda de uma «moeda nacional» e só a teremos na medida em que os preços de nossos produtos forem regulados pelo mercado interno e não pelos mercados externos, ou melhor, pelo arbítrio dos trustes internacionais. O grau de vulnerabilidade de nossa moeda depende antes de tudo, do grau de nossa resistência a essas pressões externas sobre os preços de nossos produtos. Se estes sofrem do lado externo uma pressão baixista, isto é, uma pressão no sentido de diminuir o seu equivalente em ouro, e, do lado interno, sofrem uma pressão altista (por parte dos setores atrasados da economia que teimam em conservar processos rotineiros de produção e baixa produtividade) no sentido de elevar o seu equivalente em moeda-papel a tendência à depreciação monetária não poderá ser contida,

Como moeda dependente, o cruzeiro «interno» não pode deixar de guardar estreita relação com o preço-ouro de nossos produtos, isto é com o cruzeiro «externo» do mesmo modo que este guarda

estreita relação com o ouro em espécie; se aquele preço-ouro baixar, tal como se baixasse o teor de ouro de nossa moeda, esta se desvalorizará.

Este é o efeito do estrangulamento exterior.

Acontece, porém, que, nos períodos excepcionais, quando o preço-ouro de nossos produtos se eleva, também se elevam os preços internos ou seu equivalente em moeda-papel. Ai, os monopólios pré-capitalistas (latifundiários e demais interessados em negócios de exportação), exercem pressão no sentido de impedir que se reduza a taxa cambial.

Tanto no primeiro como no segundo caso, a taxa cambial é artificialmente acionada para baixo e desvalorizado o cruzeiro «externo». Essa depreciação do cruzeiro como meio de compra externo transmite-se rapidamente ao cruzeiro como meio de compra interno, porque as condições estruturais da economia brasileira e os interesses das forças mais poderosas que a dominam tendem nesse sentido e nesse sentido atuam. Ao contrário, a valorização do cruzeiro interno não se transmite, na mesma velocidade (ou simplesmente não se transmite) ao cruzeiro externo, porque contra isso atuam aquelas mesmas forças interessadas em manter elevados, e cada vez mais elevados, os preços e as taxas de lucro.

Este é o efeito do estrangulamento interno.

Segundo Marx, «a uma certa rapidez da circulação, a massa do meio circulante é, pois, simplesmente determinada pelo preço das mercadorias. Os preços não são altos ou baixos porque circula mais ou menos dinheiro, mas sim circula mais ou menos dinheiro porque os preços são altos ou baixos. Eis uma das leis econômicas mais importantes». (Contribuição a Crítica da Economia Política, página 147).

Sob o regime do padrão ouro, as variações na soma de todos os preços — admitindo-se constantes a velocidade da circulação e o valor do ouro — determinavam a quantidade de moeda necessária a pôr em circulação a mesma quantidade de mercadorias. Nessas condições,

uma quantidade excessiva de moeda (desde que o valor do ouro não fôsse modificado) não poderia ter influência sobre os preços e nisso está o equívoco dos antigos quantitativistas. Pelo mesmo motivo, o «método inflacionista» como sistema para manter ou elevar a taxa de lucros não tinha razão de existir,

Com o regime do papel-moeda ou da moeda de crédito, as leis monetárias, as leis que regulam a circulação são inteiramente diversas. «A quantidade das cédulas é, portanto, determinada pela quantidade de ouro amoeado — diz Marx — que aquelas representam na circulação; e como as cédulas apenas são signos de valor tanto quanto elas representam o ouro, seu valor é unicamente determinado por sua quantidade. Ao passo que a quantidade do ouro em circulação depende dos preços das mercadorias, o valor das cédulas em circulação depende exclusivamente de sua própria quantidade». (Karl Marx, op. cit. pág. 166). (1)

Por conseguinte, se aumentarem os preços, crescerão os meios de pagamento na mesma proporção; e se aumentarem os meios de pagamento muito mais do que a soma anterior dos preços, estes crescerão mais uma vez, e assim sucessivamente.

Depois de abolido o padrão ouro na circulação interna, criaram-se todas as condições para transformar a inflação num «método» ou num «sistema» por meio do qual o Estado, a serviço das forças econômicas mais poderosas, pode reduzir o salário real e aumentar as taxas e a massa dos lucros nos setores onde se manifestem tendências a um declínio da rentabilidade. Eis a razão por que o Estado, nos países capitalistas desenvolvidos ou subdesenvolvidos, embora tão solícito e tão pródigo nas emissões de papel-moeda, encontra, em certas condições sérias resistências, por parte das forças beneficiadas por estas emissões, para conter o ritmo de expansão excessiva dos meios de pagamento.

1. CONTROLE DAS DISPONIBILIDADES MONETÁRIAS

Será inteiramente inútil fixar tetos para o crescimento dos meios de pagamento, como pretendeu fazer o «Programa de Estabilização Monetária» apresentado pelo governo em 1958, se nada for feito para atenuar ou suportar as pressões exercidas fora da esfera monetária.

Comecemos pelas pressões mais fortes, as pressões originadas dos grupos econômicos estrangeiros.

Já vimos em outro tópico deste trabalho como as pressões externas têm imediata relação com a depreciação contínua de nossa moeda e com o crescimento excessivo dos meios de pagamento. Portanto, a estabilização dos preços internos não terá sentido se ela não for precedida de um esforço para a estabilização dos preços externos de nossos produtos de exportação.

Os países exportadores de produtos primários terão possibilidade de alcançar essa estabilização dos preços externos? E por que meios?

O problema da queda dos preços dos produtos primários, da deteriorização das relações de trocas dos países subdesenvolvidos e da conseqüente depreciação de suas moedas assume proporções graves e tem sido objeto de exame nas últimas reuniões internacionais.

Entre as causas ostensivas do fenômeno, aparecem com a posição destacada as restrições ao comércio mundial decorrentes principalmente dos acordos que proibem o livre comércio com os países

(1) — A essa frase de Marx, o Prof. Henri Dentz, da Faculdade de Direito de Rennes, dá a seguinte interpretação, que transcrevemos sem, entretanto, estarmos de acordo com todos os seus termos: «Uma expressão de Marx na Contribuição a uma Crítica da Economia Política poderia levantar a dúvida de que ele mantivesse tão firmemente, no domínio em que nós penetramos, sua posição anti-quantitativista... Mas o contexto mostra com bastante clareza que ali Marx deseja apenas salientar que a quantidade de ouro representada pelas cédulas de curso forçado é, como nós vimos, tanto menor quanto maior for a massa das cédulas em circulação. Parece, ademais, que no Capital Marx tinha voluntariamente evitado o emprego de expressões do tipo daquela citada que pudessem por menos que fosse prestar-se a equívocos. (V. Capital, t. 3, pág. 133 e 134). Muito diversa é a questão, que formulamos agora, das causas que podem engendrar a multiplicação dos signos monetários de curso forçado. Marx não realizou uma análise particular dessas causas, tendo o fenômeno muito menor importância no seu tempo do que hoje». (La Monnaie, pág. 142).

socialistas e a colocação dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos.

Durante a sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, realizada no México em abril do corrente ano, o Sr. Per Jacobson, Diretor Gerente do Fundo Monetário Internacional reconhecia:

«Desde vários anos vêm baixando os preços dos produtos básicos, em consequência do que tem melhorado a relação de intercâmbio dos países adiantados e se tem deteriorado a dos países de produção primária. Esta queda de preços não é simplesmente uma consequência da flutuação cíclica. Tem causas mais profundas, relacionadas com a própria estrutura da economia, entre elas o aumento considerável da capacidade de produção, a concorrência dos produtos sintéticos e dos novos produtos, e as dificuldades inerentes à colocação dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos.

A divisão do mercado mundial, outra ra única, em área capitalista e outra socialista, bem como as restrições impostas ao comércio entre uma e outra área favoreceram consideravelmente os países industrializados do campo capitalista que, com a eliminação de concorrentes do mercado de matéria-prima e produtos primários em geral, tiveram maiores possibilidades de forçar a baixa dos preços desses produtos. Esse jôgo foi grandemente favorecido pela estocagem de excedentes agrícolas, os quais se calcula atinjam hoje à proporção de 10% da produção agrícola mundial, estando localizados na América do Norte cerca de suas três quartas partes.

A ação deprimente desses enormes estoques sobre os preços mundiais dos produtos primários é também reconhecida pelo GATT:

«Os estoques de produtos excedentes, acumulados como resultado dos preços de sustentação do governo aos produtos e à renda agrícola, permanecem em nível elevado. A existência desses estoques tende a deprimir os preços mundiais; as colocações maciças, naturalmente, criariam condições caóticas.» (International Trade 1957-58, pág. 282).

Em consequência desses fatos, as balanças de pagamentos dos países subdesenvolvidos ficaram cada vez mais desequilibradas, suas reservas sofreram crescente diminuição, e se acentuou a tendência para o aumento das importações de manufaturados por parte dos países subdesenvolvidos e para a diminuição das exportações dos produtos primários. Para fazer face a essas perturbações em sua economia, os trustes internacionais, de que se faz o o Fundo Monetário Internacional, reforçam sua pressão no sentido da depreciação das moedas dos países subdesenvolvidos, o que abre caminho a novas quedas nos preços mundiais dos gêneros alimentícios e matérias-primas.

Acresce que, apesar de todas essas dificuldades que se avolumaram nos últimos anos, os países imperialistas exigem que os países subdesenvolvidos cumpram os tão decantados «compromissos internacionais» quando estes dizem respeito às restrições ao comércio mundial (Battle, Act e outros) mas nada se faz pelo cumprimento, da parte dos países capitalistas desenvolvidos, dos acordos que dizem respeito à defesa dos preços mundiais dos produtos primários e da ampliação das facilidades de comércio para estes produtos.

Por tudo isso, o controle da expansão dos meios de pagamento, para ser realmente eficaz, deve começar por uma política externa independente e voltada para a defesa dos interesses soberanos da nação brasileira. Objetivamente, tal política se traduziria pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações internacionais fixadas através de convênios em que haja dispositivos favoráveis aos nossos interesses, como por exemplo a seguinte cláusula do Acordo de Bretton Woods:

«Promover o comércio equilibrado de matérias-primas, a preços equitativos, tanto para o produtor como para o consumidor».

Não será preciso esgotar argumentos para demonstrar que, se em vez de apenas se sentir obrigado o governo brasileiro ao cumprimento de acordos lesivos às práticas do comércio internacional, como o «Battle Act» e semelhantes, insistisse na efetivação das obrigações firmadas no espírito daquela de Bretton Woods, teríamos desde muito tempo rompido o círculo de ferro que nos obriga a limitar praticamente nossas transações internacionais à chamada «área ocidental» e a nos submeter aos preços e às condições que nos são impostas pelos trustes internacionais.

A expansão geográfica de nossa área de comércio internacional, a revogação dos acordos lesivos aos interesses econômicos nacionais, a celebração de acordos de defesa dos preços-ouro de nossos produtos e as medidas de resistência às pressões dos trustes internacionais são as pré-condições exigidas e os primeiros passos a dar no sentido de uma política de saneamento de nossa moeda.

O governo brasileiro tem possibilidades de transformar, por exemplo, a OPA em um instrumento dessa política, para a qual recebera indiscutivelmente o apoio da maioria dos países latino-americanos.

Depois de aliviadas as pressões externas, em virtude das quais nossa moeda vem sofrendo contínuas depreciações, sobrecarregando-se os meios de pagamento com vultosos subsídios inflacionários ao setor exportador, será possível atenuar as pressões internas, mediante a aplicação de medidas técnicas de controle, tanto na esfera fiscal quanto na esfera monetária.

2. MAIORES INVESTIMENTOS E MAIORES SALÁRIOS SEM INFLAÇÃO

Ninguém ignora que no Brasil é muito grande a desproporção entre as taxas de lucros, que são bastante mais elevadas do que nos países industrializados, e os níveis salariais, que são bastante inferiores aos daqueles países. Logicamente, a essa situação deveria corresponder uma taxa de acumulação de capital igualmente elevada e uma alta percentagem de investimentos sobre a renda nacional.

Entretanto, a parte da renda nacional destinada aos investimentos, como em geral nos países subdesenvolvidos, é reduzida. Quais as razões dessa disparidade entre a alta taxa de mais-valia e a reduzida taxa de investimentos?

As principais razões são as seguintes:

- a) a descapitalização externa;
- b) a forma extremamente concentrada da apropriação da mais-valia, notadamente no setor pré-capitalista;
- c) a massa ainda reduzida da mais-valia no setor capitalista nacional;
- d) a elevada proporção do consumo supérfluo e de luxo nas camadas sociais de rendas mais altas.

Essas peculiaridades da formação e da distribuição da renda nacional em nosso país, as quais decorrem de nossa condição de país dependente dos capitais monopolistas estrangeiros e de nossa estrutura econômica atrasada, representam graves problemas e sérios entraves ao nosso desenvolvimento econômico, constituindo as fontes originais de nosso processo inflacionário.

O caráter histórico e objetivo dessas particularidades da economia brasileira não exclui a possibilidade real que têm as forças interessadas no desenvolvimento independente da economia nacional de fazer o Governo aplicar uma política econômico-financeira orientada no sentido de elevar a taxa de investimentos e os níveis de salários e vencimentos sem recorrer à inflação.

Essa é uma tese que pode ser defendida tanto pelos economistas marxistas como pelos não-marxistas.

«Se o processo para converter uma economia de 5% para 12% de poupança — afirma o economista britânico W. Arthur Lewis — depende essencialmente do aumento dos lucros em relação à renda nacional, segue-se que a explicação correta para o fato de os países pobres pouparem tão pouco não está em serem eles pobres e sim em serem pequenos os seus setores capitalistas. Nenhum país é tão pobre que não possa poupar 12% de sua renda se assim o desejar: a pobreza nunca impediu que os países se lançassem em guerras ou desperdiçassem seus recursos por outros meios. E muito menos podem esses países alegar pobreza como desculpa para não pouparem, quando mais ou menos 40% da renda nacional são malbaratados pelos 10% que percebem rendas mais altas, vivendo faustosamente de rendimentos. Nestes países, o pequeno investimento produtivo é pequeno porque os excedentes são utilizados na manutenção de grupos improdutivos de possuidores, para a construção de pirâmides, templos e outros bens de consumo duráveis, ao invés de se transformarem em capital produtivo. Se esses excedentes fôsem, ao contrário, constituídos de lucros dos capitalistas ou de impostos aplicados produtivamente pelos governos, seriam possíveis níveis muito mais elevados de investimentos sem haver inflação.» (The Theory of Economic Growth, pág. 236).

Mas aí não está dito tudo. Nas condições do Brasil, a taxa de investimentos pode elevar-se não só com a compressão

do consumo supérfluo e de luxo, que assume extremas proporções, mas, além disso, com a retenção dentro do país da enorme parcela da renda e do produto que se evadem para o estrangeiro.

Já vimos que no quinquênio de 1954-1958 as perdas por efeito das relações de trocas podem estimar-se, com base em 1954, em quantia superior a 2 bilhões de dólares. No mesmo período, computando-se apenas as rendas de investimentos estrangeiros, saíram de nosso país 628 milhões de dólares. Isso quer dizer que se pode estimar para simples fins de comparação, em 300 ou 400 bilhões de cruzeiros o que a economia nacional deixou escapar de nossas fronteiras no espaço de cinco anos.

Comparando esses 300 ou 400 bilhões de cruzeiros com a quantia investida no país, no mesmo quinquênio, em máquinas, equipamentos e imóveis (total de investimentos, excluindo estoques), a qual atingiu 594,6 bilhões de cruzeiros (dos quais 427,6 bilhões de cruzeiros pelas empresas e 167 bilhões de cruzeiros pelo governo), compreendemos quanto é verdadeira afirmação sobre as possibilidades de que dispomos para elevar nossa taxa de investimentos, sem recorrer à inflação.

Essas cifras também nos indicam que as causas do processo inflacionário não se encontram no «esforço exagerado» pela industrialização, pela aplicação «excessiva» de parte da renda em investimentos, mas sim, e fundamentalmente, na espoliação imperialista.

As mesmas causas históricas que atuam negativamente na esfera dos investimentos, comprimindo a sua quota em relação à renda nacional e reduzindo a massa da acumulação no setor capitalista nacional também exercem efeito deprimente sobre os níveis dos salários, mantendo-os no limite mínimo (ou mesmo abaixo dele) necessário para a reprodução da força de trabalho.

Devido à própria natureza secular do processo inflacionário no Brasil, são excepcionais e de curta duração as épocas em que os salários se mantêm acima desse padrão mínimo. Em regra, os movimentos mais ou menos generalizados de altas salariais apenas conseguem restabelecer — e por pouco tempo — o nível real anterior. Por isso é completamente desarrazoado e absurdo falar de um excessivo aumento do poder de compra das massas trabalhadoras como fator determinante da inflação em nosso país.

A realidade dos fatos, ainda neste aspecto do problema, prova o contrário e dá inteira razão aos que sustentam, com apoio de fartos elementos estatísticos, a falsidade teórica e prática das teses segundo as quais os aumentos de salários constituiriam a causa motora das altas estruturais ou conjunturais dos preços.

Do ponto de vista estrutural, os salários representam no Brasil uma parcela tão insignificante no preço da produção (em torno de 10% do preço por que são vendidas as mercadorias nas fábricas, segundo dados do IBGE) que na hipótese de uma alta geral de 100% (hipótese evidentemente improvável) nos salários pagos pelas indústrias, os preços de fábrica não seriam afetados em mais de 10%. Sabendo-se que os baixos salários em vigor em nosso país estão relacionados com o baixo nível da técnica empregada em nossas indústrias, quaisquer altas generalizadas — se predominassem formas de concorrência mais ou menos livres — seriam incentivos à melhoria da técnica e ao aumento da produtividade, fatores estes que influenciariam as baixas dos custos de produção e não as altas dos preços. Se, como de fato acontece, as altas de salários se transformam em pretextos ou em «reação psicológica» para a elevação dos preços, é porque entram em ação elementos artificiais coercitivos, tais como a imposição de elevadas taxas de lucros, as quais normalmente, deveriam vir declinando com o desenvolvimento econômico e com a elevação da composição orgânica do capital industrial. Por conseguinte, neste caso específico, são as práticas monopolistas ou semimonopolistas as causas mais responsáveis pela ascensão estrutural contínua dos preços e não as altas de salários.

Do ponto de vista conjuntural, não pode restar dúvida de que as altas verificadas nos salários só acompanham com muito atraso e muito lentamente as altas de preços. Confrontando-se, por exemplo, nos últimos quatro anos, de 1955 a 1958, o valor do produto de uma hora de trabalho do operário industrial com a quantia paga de salários também numa hora de trabalho, de acordo com os dados fornecidos pelos Inquéritos econômicos do IBGE, verifica-se que o preço do

produto tem subido mais e cada vez mais rapidamente que o salário.

	Salário-hora	Produto-hora
1955	100	100
1956	125	128
1957	151	156
1958	175	204

Assim, observa-se que no segundo ano (1956) o preço da produção em uma hora havia aumentado mais 3 pontos do que o salário recebido em uma hora pelos operários; no terceiro ano (1957), a diferença para mais é já de 5 pontos; e no ano (1958) ainda mais cresce a diferença, elevando-se a 29 pontos.

Esses e muitos outros dados que podemos utilizar provam que, naquele como em outros períodos, os preços sempre andam adiante dos níveis de salários e não o contrário.

Só por ignorância ou interesse podem os técnicos reacionários insistir nas teses que pretendem imputar aos aumentos de salários, nas condições brasileiras, a principal responsabilidade pelos aumentos dos preços.

Todas as vezes que esses teóricos se apoiam nessas teses, para tirar conclusões práticas a respeito das consequências dos aumentos salariais, caem no ridículo e fracassam redondamente.

Logo após a promulgação do decreto nº 35.450, de 1º de Março de 1954, o Instituto Brasileiro de Economia, órgão presidido pelo sr. Eugênio Gudín, aventurou a «previsão» de que, dentro do período de 12 meses, a contar da vigência do novo salário-mínimo instituído por aquele decreto, os preços das mercadorias em geral seriam aumentados de 100% (ver Conjuntura Econômica, de julho de 1954).

Que aconteceu, porém, no período de 12 meses que se seguiu ao decreto nº 35.450? Contrariando a sabedoria do renomado Instituto, o que se verificou, entre novembro de 1954 e novembro de 1955, foi uma alta de 20%, em nada excepcional diante das ocorridas em anos em que não houve decretação de novos salários-mínimos. No período seguinte, entre novembro de 1955 e novembro de 1956, a alta foi de 21%, maior que a do período anterior, mas ainda assim nem em 24 meses a alta dos preços excedeu de 41%. E, como para destruir de uma vez a profecia dos iluminados discípulos do Professor Gudín, quando um novo decreto — o de nº 39.604, de 14 de julho de 1956 — elevou novamente os níveis do salário-mínimo, sucedeu que, no período imediatamente posterior, de novembro de 1956 a novembro de 1957, os preços subiram de 10%, como acusaram os índices (para eles insuspeitos) da revista Conjuntura Econômica. Que é preciso acrescentar?

3. EQUILIBRIO ORÇAMENTÁRIO

Desde que os cofres públicos se liberem dos tremendos encargos que lhes impõem os setores subvencionados da economia brasileira, os quais decorrem, fundamentalmente, das pressões baixistas exercidas do Exterior sobre os preços de nossos produtos primários e sobre nossa moeda, fácil se tornará o equilíbrio orçamentário.

O Governo poderá ampliar consideravelmente a receita tributária através de aumentos dos impostos diretos e em particular dos impostos que recaem sobre os lucros extraordinários (inclusive dos lucros extraordinários da agricultura latifundiária), assim como através do aperfeiçoamento da arrecadação dos impostos vigentes em geral, sem recorrer a aumentos dos impostos indiretos, que recaem sobre as massas populares.

É inaceitável a propalada tese de que os aumentos de impostos diretos e a taxação mais elevada dos lucros extraordinários devam, necessariamente, produzir desestímulos aos investimentos produtivos. Nas condições brasileiras, como a experiência no período da Segunda Grande Guerra comprovou, não só não existe incompatibilidade entre uma razoável taxa de investimento e uma forte taxação dos lucros excessivos, como, além disso, o fato de estarem os lucros extraordinários a salvo de uma justa taxação direta é que constitui, verdadeiramente, enorme estímulo aos investimentos especulativos que agora, mais do que nunca, se elevam a grandes proporções.

Dada a elevada taxa de lucro e de renda agrária em vigor no Brasil, fato soberbamente notório, mantém-se muito mais alta do que nos países industrializados a parte dos lucros não investida, o que caracteriza uma situação em que os gastos ostentatórios e o consumo de luxo são a regra.

Basta correr os olhos sobre nossas estatísticas do comércio exterior para ver que os artigos de luxo (whisky, champag-

ne, caviar, jóias, objetos de adorno, etc) crescem em nossa pauta de importação. Também não se ignora como aumenta o número de automóveis caros das residências suntuosas, das casas de campo de alto luxo, e como crescem os gastos ostentatórios em geral. Acrescente-se a isso a fuga para o exterior de capitais, que se acumulam nos bancos de depósito, na Suíça e outros países, sem falar nos que alimentam a corrente de contrabandos. Todo esse desperdício de recursos não deixa a menor dúvida sobre as grandes possibilidades que existem para uma ampliação na taxa de investimentos produtivos e a um argumento de prova incontestável de que há lucros em excesso que poderão ser reconduzidos por meio de impostos progressivos, a melhores finalidades econômico-sociais.

Não há o que temer, pois, de uma política orientada a basear no aumento da receita pública por meio da melhoria na arrecadação dos impostos em geral e da imposição de taxas fortemente progressivas sobre as rendas e particularmente sobre as rendas mais altas.

Quanto aos cortes nas despesas públicas, deverão eles ser feitos de modo a que se mantenham e sejam preservados os gastos de capital, destacadamente os investimentos nas empresas estatais e nas atividades industriais e sociais em curso. Nem haverá necessidade de reduzir as despesas com pessoal, desde que o governo se disponha a eliminar os gastos supérfluos, as verbas adiáveis e todos os outros gastos sem finalidade social, suprima os prejuízos decorrentes da má administração e combata decididamente as malversações dos fundos públicos.

4. AUMENTO DA PRODUÇÃO

Os economistas oficiais, limitando-se a examinar apenas um lado de nosso processo inflacionário, concentram sua atenção no «aumento da procura de bens e serviços», sem levar em conta os antifalores que freiam o crescimento da produção. Esse erro decorre de seu modo de encarar esquemáticamente a realidade nacional, e estabelecendo falsas analogias com os países capitalistas de economia desenvolvida, onde a regra são as crises gerais ou parciais de superprodução.

Devido a tal deformação, na análise de nosso processo inflacionário esses economistas recusam atribuir qualquer importância ao aumento de produção como meio de combate à inflação, sob o pretexto de que por mais que aumente a produção esse aumento não alcança o ritmo de crescimento dos meios de pagamento e dos preços.

Que tal raciocínio não se aplica ao nosso caso, prova-o a recente crise de abastecimento, caracterizada por uma vertiginosa alta de certos gêneros alimentícios, a qual por sua vez impulsionou mais ainda as altas dos preços de outras mercadorias. Um aumento da produção de um reduzido grupo de gêneros pode fazer baixar em 20%, 30% ou mais o custo de alimentação, baixa que, por sua vez, se traduzirá por uma queda imediata do custo da vida, sabido como é que os gastos alimentares contribuem com pelo menos 40% da maioria dos orçamentos familiares.

Essa circunstância, embora vista de modo incompleto e um tanto superficial, não escapou aos técnicos das Nações Unidas, responsáveis pelo estudo sobre a inflação nos países subdesenvolvidos (Informe Econômico Mundial das Nações Unidas, 1957): «na verdade, é o ritmo de crescimento da produção de alimentos e não o total da produção de bens de consumo, o que pode constituir um elemento decisivo na pressão do excesso de demanda e, em consequência, no estabelecimento de limites para dar um ritmo razoável ao desenvolvimento econômico geral».

No citado documento, o problema da escassez de alimentos é examinado porém, muito resumidamente, e não se apresenta a questão básica da agricultura dos países subdesenvolvidos que é a sua estrutura atrasada, pré-capitalista, sua extrema concentração nas mãos de uma reduzida parcela de monopolizadores da terra. Daí a conclusão de que mesmo feitas parcialmente, certas modificações em sua estrutura podem resultar num grande impulso à produção de gêneros alimentícios e na supressão da escassez de boa parte dos gêneros cuja demanda é bastante superior à oferta.

Dentro desse quadro, peculiar ao nosso país, é que se situa a atual crise de abastecimento de produtos agrícolas alimentares e, até certo ponto, a escassez de produtos manufaturados de consumo popular, para os quais o mercado interno não teve suficiente expansão devido à conservação da estrutura agrícola atrasada. O consumidor nacional sofre, pois, muito mais da falta de oferta do que do excesso de procura de certas mercadorias de consumo popular.

Podemos dizer sem receio de erro, que, em nosso caso particular, adquire especial relevo, num programa antiinflacionário, a eliminação dos entraves ao crescimento da produção e, muito especialmente, ao crescimento da produção agrícola.

Voltamos, aqui, aos aspectos do conflito entre os setores atrasados e os setores em desenvolvimento de nossa economia, já antes focalizados.

No que se refere à produção agrícola, a desigualdade entre os recursos e auxílios postos à disposição do setor de exportação e os que sobram para o setor de consumo interno explica amplamente a maior parte das dificuldades que perturbam o abastecimento alimentar.

Não se ouve falar de falta de transportes, de armazenagem, de crédito, e de assistência oficial nem de subvenções e auxílios para o café, o cacau e a maioria dos produtos da lavoura latifundiária ou do setor de exportação, recursos esses, no entanto, praticamente negados aos produtores de feijão, batata, milho e outros muitos produtos agrícolas da lavoura menor e que se destinam, principalmente, ao mercado interno.

A correção dessa desigualdade só será levada às suas melhores consequências com uma reforma agrária radical, que promova a redistribuição da propriedade, que facilite o acesso à terra em larga escala, que faculte aos agricultores pobres e médios, notadamente aos que produzem para o mercado interno, os recursos financeiros e técnicos necessários a uma agricultura moderna e bem organizada.

Desde já se impõe, por parte dos partidos políticos e por parte do governo, uma mudança de atitude em face de tão grave problema nacional, no sentido de apressar a tramitação e a promulgação de uma lei básica de reforma agrária, que se apresenta como um problema estreitamente vinculado às dificuldades inerentes ao processo inflacionário.

Enquanto essa providência de caráter mais profundo segue seu curso, até que ela culmine com a solução de nossos mais graves problemas da produção e da distribuição de produtos agropecuários, é indispensável a realização de um plano de emergência visando a estimular e desenvolver a produção agrícola alimentar e a de matérias-primas industriais, plano este que deve abranger a concessão de maiores facilidades de crédito, de armazenagem e transportes e a promoção de prêmios e incentivos diversos para a produção agropecuária dos gêneros mais necessários ao consumo popular.

No que concerne ao aumento da produção industrial de artigos de uso pessoal e de uso doméstico, há que estimulá-la através de medidas adequadas que beneficiem não só as grandes indústrias, como especialmente aos pequenos e médios estabelecimentos industriais, os quais constituem a maioria da indústria nacional e cujo papel excepcionalmente importante em qualquer esforço de desenvolvimento não foi até agora plenamente reconhecido.

5. EQUILÍBRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

É no desequilíbrio da balança de pagamentos que mais se têm refletido os erros da política econômico-financeira oficial; e é da correção desses erros que depende o equilíbrio de nossa balança de pagamentos.

Em casos semelhantes ao do nosso país, em que a luta pela apropriação da mais-valia se processa, fundamentalmente, entre, de um lado, o setor capitalista nacional em desenvolvimento e, de outro lado, os monopólios capitalistas estrangeiros e os monopólios pré-capitalistas internos, a balança de pagamentos se agrava na medida em que ganham terreno os últimos, na medida em que a moeda é depreciada, a evasão de renda para o exterior cresce e o método inflacionista é aplicado em favor dos setores mais atrasados da economia.

Já nos referimos ao fato de que, desde épocas muito remotas, mesmo quando o controle de nossas transações com o exterior se limitava às trocas comerciais, a busca de cegas do equilíbrio de nossa balança de pagamentos seguia a linha de menor resistência: a queda da taxa cambial.

Esse sistema empírico, fixado através de uma tradição secular, ganhou foros «científicos» com o aparecimento das teorias sobre o equilíbrio da balança de pagamentos nos países capitalistas desenvolvidos, e não faltou quem encontrasse nessas teorias a confirmação de nossa experiência anterior, sem que se indagasse de sua validade para os países subdesenvolvidos.

De fato, nos países capitalistas adiantados, onde a inflação é provocada pelos

fatores internos, evidentemente não há como restabelecer o equilíbrio na balança de pagamentos sem uma desvalorização da moeda desse país. Mas não é este o caso do Brasil, onde a inflação, considerada as suas causas mais remotas e mais profundas, não precede mas, ao contrário, sucede os desequilíbrios da balança de pagamentos.

Nas condições brasileiras, as relações de troca, em seus efeitos seculares, ao contrário de melhorarem, como acontece nos países capitalistas desenvolvidos se deterioram. Ora, os problemas que aparecem na esfera da balança de pagamentos em países industrializados onde a tendência secular é para a melhora da relação de trocas não podem ser iguais aos dos países não industrializados onde a tendência é para a deterioração.

Em princípio, nos países subdesenvolvidos e dependentes, uma política de equilíbrio de sua balança de pagamentos deve atacar, principalmente, as causas que provocam a deterioração nas trocas externas e a escassez de divisas. O fato de que isso não possa ser completamente alcançado nos quadros de nossa atual estrutura semicapitalista, não impede nem justifica uma atitude passiva do governo e das forças sociais interessadas no progresso. Pelo contrário, todas as possibilidades de deter a pressão externa, mesmo parcialmente, devem ser utilizadas em favor de uma política de resistência a essa pressão.

Agora que a situação de nossa balança de pagamentos é grave e tende a agravar-se ainda mais, não há porque hesitar na aplicação de providências mais energéticas, tanto no plano externo, quanto no plano interno, as quais se não forem tomadas desde já, terão de ser aplicadas mais tarde, em condições piores e com repercussões ainda menos desejáveis.

Como é óbvio, o equilíbrio de nossa balança de pagamentos só poderá ser alcançado com um conjunto de medidas, de caráter político e de caráter técnico, que, de um lado, resultem em ampliar ao máximo a receita e, de outro lado, disciplinem severamente as despesas em divisas estrangeiras.

Será desnecessário repetir que a ampliação de nossa receita de divisas exigirá uma política exterior independente e racionalmente aplicada visando à garantia de preços compensadores aos mercados externos, a expansão irrestrita de nossa área geográfica de comércio, acompanhada de uma política interior de incentivo às exportações, sem sacrifício do consumo das massas populares.

Aqui cabe com toda a oportunidade frisar quanto é inconveniente e errado subordinar os subsídios concedidos ao setor exportador ao mecanismo cambial. Os subsídios a esse setor não diferem, por sua natureza, dos subsídios concedidos a outros produtos ou a outros setores que produzem para o mercado interno e podem, do mesmo modo que os demais, sem prejuízo de sua qualidade nem de sua quantidade, obedecer aos mesmos modelos de outros quaisquer subsídios.

Sempre que os subsídios aos produtos de exportação se tornem absolutamente inevitáveis, como meio de evitar consequências desastrosas para o conjunto da economia, a eles devem ser dados através da sustentação dos preços internos, do financiamento de estoques, mas nunca sob a forma de bonificação adicionada à taxa de câmbio.

Finalmente, para disciplinar os gastos de divisas, são absolutamente imprescindíveis as seguintes medidas: a) além do critério de essencialidade das importações já adotado, estabelecer, por outros meios mais eficientes do que os usados em situações anteriores, um regime de controle das importações, de modo que estas fiquem subordinadas ao orçamento cambial e não possam exceder a disponibilidade de divisas; b) consolidação a longo prazo das dívidas externas e eliminação dos financiamentos compensatórios a prazo curto que não sejam rigorosamente necessários; c) limitação imediata das remessas a título de juros, «royalties», lucros ou quaisquer rendas de investimentos diretos; d) fortes restrições às saídas por conta de serviços.

Em síntese, diante da gravidade da presente situação, é preciso submeter cada vez mais o mecanismo cambial e o comércio externo a um eficiente controle estatal, pois já está suficientemente provada a impossibilidade de nossa economia suportar as consequências da liberação do câmbio e do comércio exterior.

* * *

A inflação atual constitui grave perigo para a economia nacional, não só pelo que em si mesma ela tem de prejudicial, não só pelos seus efeitos imediatos que dela decorrem, A inflação é também um gra-

ve perigo pelas reações que provoca contra si mesma, pelos maus efeitos que poderá trazer uma política antiinflacionária orientada num sentido contrário aos interesses do povo e da nação.

O processo inflacionário brasileiro expressa um estado de tensão entre forças antagonicas, tensão esta, que poderá atenuar-se ou desaparecer por haver cedido quer uma quer outra dessas forças antagonicas. Isso significa que para debelar a inflação pode haver duas políticas, duas soluções diametralmente opostas, correspondentes aos interesses de cada uma daquelas forças.

Uma dessas políticas ou dessas soluções é defendida pelos que entendem que a inflação pode ser combatida com o sacrifício da maioria do povo, à custa da miséria, da estagnação, da desindustrialização e da desnacionalização da economia brasileira; pois que afirmam que os países atrasados devem combater a inflação tornando-se ainda mais atrasados, fazendo parar a marcha de sua expansão, rebaixando ainda mais sua taxa cambial, deteriorando continuamente suas relações de intercâmbio, abrindo as portas submissa e indiscriminadamente à entrada de capitais estrangeiros, cortando nos salários e nos investimentos, reduzindo o consumo das massas populares e contraíndo o mercado.

Por este caminho, com maior ou menor semelhança, seguiram recentemente os países que capitularam ante as exigências do Fundo Monetário Internacional, como o Egito, a Itália, a Espanha, a Argentina, etc.

Lê-se no relatório de 1958 da FMI a seguinte insinuação:

«A queda nos preços de exportação afetou os programas de desenvolvimento de vários países incluindo o Egito, Paquistão, México e Sudão. Em geral esses países fazem determinados esforços para prevenir a inflação por meio de aumentos de impostos e limitações aos investimentos privados, mediante restrições de crédito. A despeito desses esforços, o aparecimento de pressões inflacionárias e rápidos declínios nas reservas de divisas estrangeiras levou numerosos países a reduzir seus gastos de desenvolvimento. Na Índia, por exemplo, despesas de desenvolvimento menos essenciais foram adiadas e o Governo espera reduzir o deficit excessivo de cerca de 4 bilhões de rúpias, em 1957-58, para cerca de 2 bilhões de rúpias em 1958-59. No Egito, o Governo reduziu duramente as despesas de desenvolvimento em 1957 e também melhorou sua arrecadação tributária» (Pág. 73).

Na maioria dos casos — e a Argentina é o exemplo mais recente — a aplicação de uma política antiinflacionária orientada contra os interesses nacionais e populares requereu algo mais do que simples medida de caráter técnico na órbita fiscal ou monetária, exigiu soluções de força, a quebra de franquias democráticas, aplicação de métodos de violência, mediante os quais as reivindicações dos trabalhadores foram sufocadas, as greves proibidas, as liberdades públicas violadas, sustado o desenvolvimento econômico e interrompida a marcha para a democracia e o progresso.

Por esse caminho, e com o sacrifício da maioria do povo, alguns países pretendem alcançar, por assim dizer, uma «cura clínica» da inflação, esperam estabilizar os preços depois que eles tenham chegado ao seu nível mais alto e, assim, após ter elevado a taxa de lucros até o máximo de seu limite e fazer crescer também ao máximo o desemprego, fazer retardar o ritmo do desenvolvimento econômico e, por fim, esperam reprimir a expansão dos meios de pagamento.

Soluções dessa espécie são as mais desejadas pelos monopólios estrangeiros e pelos grupos econômicos e políticos internos que defendem posições reacionárias e entreguistas.

O outro caminho — caminho justo e acertado — por que lutam e devem lutar as forças nacionalistas e democráticas de nosso país é diametralmente oposto ao primeiro.

Para atenuar ou fazer desaparecer a tensão inflacionária, é preciso que, das duas forças fundamentais em conflito, cedam aquelas que usufruíram da inflação os maiores e melhores benefícios, isto é, os capitais monopolistas estrangeiros, os latifundiários e os especuladores, em resumo, os setores para onde foram canalizadas as mais altas rendas.

Não é com a miséria, com a estagnação, a desindustrialização e a desnacionalização de nossa economia que devemos combater o atual processo inflacionário, mas justamente com o contrário de tudo isso: com a elevação do nível de vida do nosso povo, com o desenvolvimento independente da economia nacional.

Suplemento Especial

NOVOS RUMOS